

ANTÃO DE VASCONCELLOS

Organizadores  
Yann Almeida Belmont Paula  
Marcelo Abreu Gomes

---

**MEMÓRIAS  
FLUMINENSES**

---

**EVOCAÇÕES**  
**CRIMES CELEBRES EM MACAHÉ**  
**CHICO DO PADRE, CARUKANGO, MOTTA-COQUEIRO**

---

DISSERTAÇÃO SOBRE PRESUMPÇÕES, INDÍCIOS E A PROVA CIRCUMSTANCIAL



CAMPOS DOS GOYTACAZES

  
Essentia  
EDITORA  
FLUMINENSE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V331e Vasconcelos, Antão de, 1842-1915.  
Evocações: crimes celebres em Macahé: Chico do Padre, Carukango, Motta-Coqueiro [recurso eletrônico] / Antão de Vasconcelos; organizadores Yann Almeida Belmont Paula, Marcelo Abreu Gomes. — Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2023.  
(Memórias fluminenses; v. 9).

Livro eletrônico (146 p.).  
Modo de acesso: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/310>.  
Subtítulo: Dissertação sobre presumpções, indícios e a prova circunstancial.  
Primeira edição publicada em 1911 no Rio de Janeiro, pelo editor Benjamin de Aguilã.  
ISBN 978-65-87500-33-1 (e-book)

1. Macaé (RJ) - História. 2. Crime - Macaé (RJ). I. Paula, Yann Almeida Belmont (org.). II. Gomes, Marcelo Abreu (org.). III. Título. IV. Série.

CDD 981.53

Bibliotecário-Documentalista | Henrique Barreiros Alves | CRB-7/ 6326

**Essentia Editora**

Rua Coronel Walter Kramer, 357 - Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ  
CEP 28080-565 | Tel.: (22) 2737-5648  
[www.essentiaeditora.iff.edu.br](http://www.essentiaeditora.iff.edu.br) | [essentia@iff.edu.br](mailto:essentia@iff.edu.br)

**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**

<b>Reitor</b>	Jefferson Manhães de Azevedo
<b>Pró-Reitor de Administração</b>	Guilherme Batista Gomes
<b>Pró-Reitora de Gestão de Pessoas</b>	Aline Naked Chalita Falquer
<b>Pró-Reitor de Ensino</b>	Carlos Artur Carvalho Arães
<b>Pró-Reitora de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade</b>	Cátia Cristina Brito Viana
<b>Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	José Augusto Ferreira da Silva
<b>Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	Pedro de Azevedo Castelo Branco

**Equipe Editorial da Série Memórias Fluminenses**

*Editor Assistente* Henrique Barreiros Alves  
Gabriel Almeida Frazão  
Fernando Gil Portela Vieira

*Conselho Editorial Especializado* Paula Aparecida Martins Borges Bastos  
Raimundo Helio Lopes  
Rogério Ribeiro Fernandes  
Priscila Mattos Monken  
Aristides Arthur Soffiati Netto  
Ivo Matos Barreto Júnior

**Equipe Editorial**

<i>Capa</i>	Camila Pavoni Monteiro
<i>Ilustração da Capa</i>	Retrato falado de Motta-Coqueiro (1877), autor desconhecido.
<i>Projeto Gráfico e Diagramação</i>	Claudia Marcia Alves Ferreira
<i>Catalogação</i>	Henrique Barreiros Alves
<i>Preparação do texto</i>	Andréa de Matos Procópio
<i>Revisão do texto original</i>	Yann Almeida Belmont Paula
<i>Revisão de texto (Prefácio e Pós-fácio)</i>	Denise Rena Haddad

## SUMÁRIO

---

Prefácio à presente edição .....	5
Dedicatória .....	13
Ao leitor .....	15
Capítulo I - Macahé .....	17
Capítulo II - O Chico do Padre .....	21
Capítulo III - O Carukango .....	33
Capítulo IV - Motta Coqueiro .....	43
Capítulo V - Dissertação .....	51
Artigos Analíticos .....	89
Sobre a Série Memórias Fluminenses .....	145



# PREFÁCIO À PRESENTE EDIÇÃO

---

## A TRAIÇÃO DA ESCRITA: O LIVRO, SEU TEMPO E A MEMÓRIA CATIVA

*Yann Almeida Belmont Paula<sup>1</sup>*

Parece fora de lugar um antropólogo de formação contemporânea se meter em território estranho a seu ofício. A Ciência do Homem, com fronteiras menos estreitas como desejava Ferdinand Braudel e Darcy Ribeiro, ainda está por ser feita. Nesse sentido, não sem embaraço e intermitências, me insiro nesse projeto mais afeito aos historiadores, principalmente àqueles que se interessam pelas coisas regionais.

Se antropologia é aquilo que os antropólogos fazem, comungamos com nossos colegas um fazer escriturário. E, nesse sentido, me mantenho à moda antiga e me atrevo a estreitar uma conversa vadia – de quem anda ociosamente de uma parte a outra, cujo ofício busca manter uma vida conversável e sempre atenta aos salutares encontros que podemos entretecer em nossos campos científicos.

A presente edição só foi possível a partir desses encontros. Inicialmente indicamos para publicação um curioso livro<sup>2</sup> de reminiscências com descrições de festejos populares, transcrições

---

<sup>1</sup> Antropólogo. Professor temporário de Antropologia Cultural da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Coordena o Laboratório Aberto de Etnografia e Antropologia Fluminense.

<sup>2</sup> O livro, escrito por um jornalista e intelectual regional, se intitula Memórias de minha terra, de Godofredo Guimarães Tavares.

documentais e momentos políticos emblemáticos de nossa região e da cidade de Conceição de Macabu. Infelizmente inviabilizado por questões autorais.

Não menos importante, o livro que segue manteve o espírito inicial da empreitada. *Evocações – Crimes Celebres em Macabé* é um documento histórico que pode interessar a muitos pesquisadores de cultura universitária ou não. E, como todo documento, sua autonomia textual é precária. E, quando “posto em situação”, revela seus condicionantes históricos nos seus fundamentos epistemológicos, éticos, linguísticos e políticos. Como produto dum segmento da sociedade letrada<sup>3</sup>, evoca as posições e as visões de mundo daquele que o produz. A decodificação de seus signos e pressupostos é condição prévia para qualquer análise.

Neste prefácio, ventilo algumas nótulas e impressões. E espero que os leitores possam fazer essa prosa se alongar em outros espaços.

## O LIVRO POSTO EM SITUAÇÃO

Henrique Antão de Vasconcellos nasceu em Macaé, RJ, no dia 11 de outubro de 1841, filho de Henrique Antônio Coelho Antão e Maria Madalena das Dores Pacheco, neto, paterno, do coronel Antônio Coelho Antão de Vasconcellos e Antônia Francisca de Vasconcellos.

A família Vasconcellos é mencionada no florilégio nominal de Alberto Federico Lamego<sup>4</sup>, sendo um núcleo antigo da aristocracia rural da velha província fluminense. Detendo capitais nobiliárquicos, capitais advindos de imensas propriedades de terra, capitais políticos e do comércio, seus membros se dedicavam às profissões liberais do Império Brasileiro – Direito e Medicina – e à administração pública nas cidades onde estavam nucleados.

Antão de Vasconcellos se forma em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal, como inúmeros outros jovens da aristocracia fluminense num momento em que as elites regionais brasileiras não mais mandavam seus filhos para essa universidade, que possuía uma formação conservadora e pendor eclesiástico nos últimos decênios

<sup>3</sup> No sentido de *ciudad letrada*, do ensaísta latino-americano Ángel Ramá.

<sup>4</sup> Terra de Goytacá, v. 7.

do século XIX. Com a fundação da Faculdade de Direito de Olinda tão logo a Independência do Brasil fora proclamada, podemos em certa medida perceber como a elite regional ainda se mostrava muito atrelada a Portugal (“ideologicamente?”). Essa escolha também pode explicitar as conexões entre os núcleos familiares lusitanos e luso-brasileiros e as estratégias familiares de formação de seus membros.

Seu primeiro livro, publicado em 1905, se intitula *Memórias do Mata-Caroça*, alcunha recebida nos seus tempos de estudante. O subtítulo desse livro, *Memórias de um Estudante Brasileiro em Coimbra* (1858-1865), revela uma preocupação já com registros e narrativas memorialísticas. E também uma possível trajetória de vida entretecida numa formação compulsória<sup>5</sup> como advogado e uma paixão pela escrita com pendor estético, pois suas memórias de estudante se inserem num gênero literário muito cultivado pelos alunos coimbrãos durante e após as revoluções liberais em Portugal. Basta lembrar o primeiro romance moderno de Guilherme Centazzi.

Em *Evocações – Crimes Célebres em Macabé* (doravante *Evocações*), essa mesma relação estética com a escrita se atualiza. O próprio título revela sua opção metodológica e parece “fora de lugar”. Quero dizer: no Brasil, “crimes célebres” era *tropo* por excelência dos bacharéis do Direito – esses livros<sup>6</sup> descreviam e analisavam crimes de grande repercussão nos meios noticiários e tertúlias profissionais, evocando, portanto, as opiniões de seus autores, juristas muitos deles, sobre casos célebres segundo as modas teóricas de seu tempo, das arenas públicas de debates das Faculdades de Direito e de seus egressos. Não é isso que Antão de Vasconcellos realiza nesse livro, que agora vem a lume em nova edição. Por isso, fora de lugar.

Mediante a leitura do livro, editado em 1911<sup>7</sup>, assistimos ao tom descritivo do autor, fruto de enunciados de interlocutores, em especial, seus familiares, que foram coetâneos aos fatos criminais, além de protagonistas de sua resolução, como seu avô, que era militar

<sup>5</sup> Outro bacharel que também se viu obrigado a ter uma formação em Portugal e viveu uma vida intensa como estudante foi Augusto de Carvalho. Diz-se que ele mais aproveitou sua estada no velho mundo como pesquisador de documentos sobre a antiga Capitania de São Thomé e participou de festas de tertúlias do que foi assíduo estudante de cátedra.

<sup>6</sup> Como gênero literário bacharelesco, existiu um mercado editorial e círculos de leitores. Infelizmente, pouco se escreveu ainda sobre esses trabalhos e os universos sociais que eles engendraram. O mais significativo é o já clássico *Palácios de Destinos Cruzados*, de Tania Maria Tavares Bessone.

<sup>7</sup> Sabemos de uma edição anterior a esta, contudo, não conseguimos rastrear o ano e informações a respeito.

e organizador da Guarda Nacional e comandante de combates célebres, como o que se abateu com Garibaldi, e a chacina (usemos os termos) que assola o Quilombo do Carukango. É um livro que evoca memórias, e a própria escolha do autor em evocá-las não revela seus interesses investigativos e experimentais? Se sim, quem vier depois que possa nos explicar a circulação e o consumo desses gêneros monográficos produzidos no exercício da profissão de tantos homens afeitos à vida pública.

Se seu livro parece “fora de lugar” ao apresentar uma análise comedida, sua circulação por pessoas curiosas e que vislumbraram o desenrolar dos eventos certamente foi intensa nos salões e nas casas fluminenses na região onde os crimes foram consumados. *Evocações* parece, desse modo, ter atingido um ligeiro sucesso, pois o investimento dispensado por Antão de Vasconcellos ao publicar duas edições e seu uso por contemporâneos como fonte documental atentam para isso. Sem falar dos intelectuais regionais a que pejorativamente imputamos a classificação de “memorialistas”.

Em tempo, a autonomia de um texto sempre é precária. E por isso, sua atualidade se manifesta a cada ida ao texto para dele sacar novas impressões, material para pesquisas, as dimensões simbólicas de um tempo histórico, descobrir o que ainda tem pra dizer, além de situá-lo mesmo em sua materialidade traiçoeira. Isso numa perspectiva letrada, em que a dominação pode se exercer no próprio fato escriturário de quem escreve sobre tudo aquilo que podemos classificar como “fato/ou evento histórico”.

Não sem mérito uma nova edição de *Evocações* chega em boa hora, pois com ela podemos fazer avançar pesquisas ou apenas suscitar aos leitores atuais uma vontade de compreender melhor os eventos históricos emblemáticos de nossa historiografia regional. Se Antão de Vasconcellos evoca uma versão dos fatos e dos personagens a partir de sua situação numa figuração histórica, um bacharel afamado e afeito às letras na Capital do Império, fica para os leitores atuais a necessidade de recuperar a versão da “história” daqueles que perderam – a visão dos perdedores.

O que é um Quilombo? O enunciado historiográfico e generalizado nos informa ser uma forma de resistência contra o sistema escravista, “espaços de rebelião” cuja manutenção pelos

“aquilombados” foi complexa, com estreitas relações de trocas comerciais com as localidades onde se situavam etc. O movimento abolicionista, um movimento social como os atuais, aponta certa sociologia histórica.

Se a antropologia pode se intrometer nesse tema é para lembrar que a escravidão como um sistema econômico e político globalizado necessitou de um sistema de organização social em que sujeitos foram destituídos de sua própria condição de pessoa social, de suas posições étnicas, como a antropologia da escravidão<sup>8</sup> tentou compreender. O processo de despersonalização de escravizados nos portos do comércio escravista transatlântico no âmbito do capitalismo moderno, lá e cá, explicita processos concretos de dominação num mundo em que o Capitalismo se tornou global na modernidade ocidental.

Esses processos simbólicos e históricos da escravidão como um sistema de reprodução da negação da noção de pessoa humana a uma imensa parte do mundo descoberto após as grandes expedições ibéricas nunca se fizeram por completo. Mesmo numa conjuntura histórica em que a violência é condição *sine qua non* das formas de ordenamento social que nosso processo civilizatório se fez, a negação de si como escravizado também gerou formas muito singulares de negação da realidade impingida. O banzo e a rebelião em quilombos foram as duas formas que mais atemorizavam os segmentos dominantes. O banzo como prejuízo e a rebelião como custo.

Além do banzo e da rebelião, outras formas foram encontradas na experiência histórica pelas gentes escravizadas: a feitura da seita, do Candomblé, a atualização do culto aos seus deuses também cativos em terra estrangeira. As expressões populares como os reisados, cavalhadas, o culto ao Divino Espírito Santo - onde os perdedores em *performances* dramáticas travestem-se de vencedores e reis. Todas formas “ágrafas” de produção e registros de memórias.

E é nesse processo civilizatório de brancos bastardos e negros escravizados e moídos nos engenhos, como o iracundo antropólogo Darcy Ribeiro apontava em sua análise de formação do Brasil, que essas “formas diferenciais” de evocar experiências históricas são produzidas.

---

<sup>8</sup> Claude Meillassoux e George Balandier são referências importantes nesse movimento crítico em Antropologia.

Nesse sentido, pode ser a memória “cativa” do processo e dos eventos históricos mesmo passadas décadas de seu acontecimento? Se a memória é produto das representações sociais, simbólicas em sua concretude e, portanto, sempre forjadas numa dialética entre indivíduo e as posições sociais em que ele se encontra historicamente, **sim**. A “expressão diferencial” da memória se enuncia ora incorporando as práticas discursivas dos vencedores, ora jazendo no silêncio mais profundo e intransponível. Será por isso que os folcloristas e sua disciplina foram acusados de conservadores e não entraram em nossas universidades como campo científico? Pela incapacidade de descreverem esses processos singulares quando assim puderam fazê-lo?

Os crimes de Mota Coqueiro e a rebelião dos aquilombados sob a liderança de Carukango são eventos históricos de que nada sabemos ao certo. Este livro, como argumentei acima, é uma versão válida e muito precária.

Portanto, as análises desses eventos ainda são insuficientes. Mas onde não há nada, há que se fazer. E certamente a nova edição desse livro para a coleção Memórias Fluminenses é um convite à possibilidade.

À guisa de conclusão: e se certos eventos concentram em si a condição de enigmas e demandam mais dos cultores de “ciências do enigma” como a Antropologia e a História? E se a partilha duma versão daquilo que ocorreu oferece às novas gerações o irromper do silêncio que enlaça os perdedores? E se os descendentes de Mota Coqueiro resolverem encerrar seu silêncio e sentenciarem na cidade de Conceição de Macabu a inocência de seu ancestral? Sabemos que eles ainda existem e deliberam manter a manutenção desse silêncio.

Lidar com o passado quando seus eventos são traumáticos é sempre duma temporalidade outra que não aquela do exercício de nossos ofícios e ciências. Há que se esperar, pois o tempo nos atravessa sem que possamos dominá-lo.

## DA NOVA EDIÇÃO

O livro que usamos para consulta desta edição é uma fotocópia da edição de 1911 que o professor e pesquisador Marcelo Abreu

Gomes, que coordena esta edição comigo, possui desde sua época de formação em História pela UNIFLU. Fotocópia que o proprietário da Livraria Noblesse esmeradamente vendia aos milhares de alunos que iniciavam suas incursões profissionais na cidade de Campos.

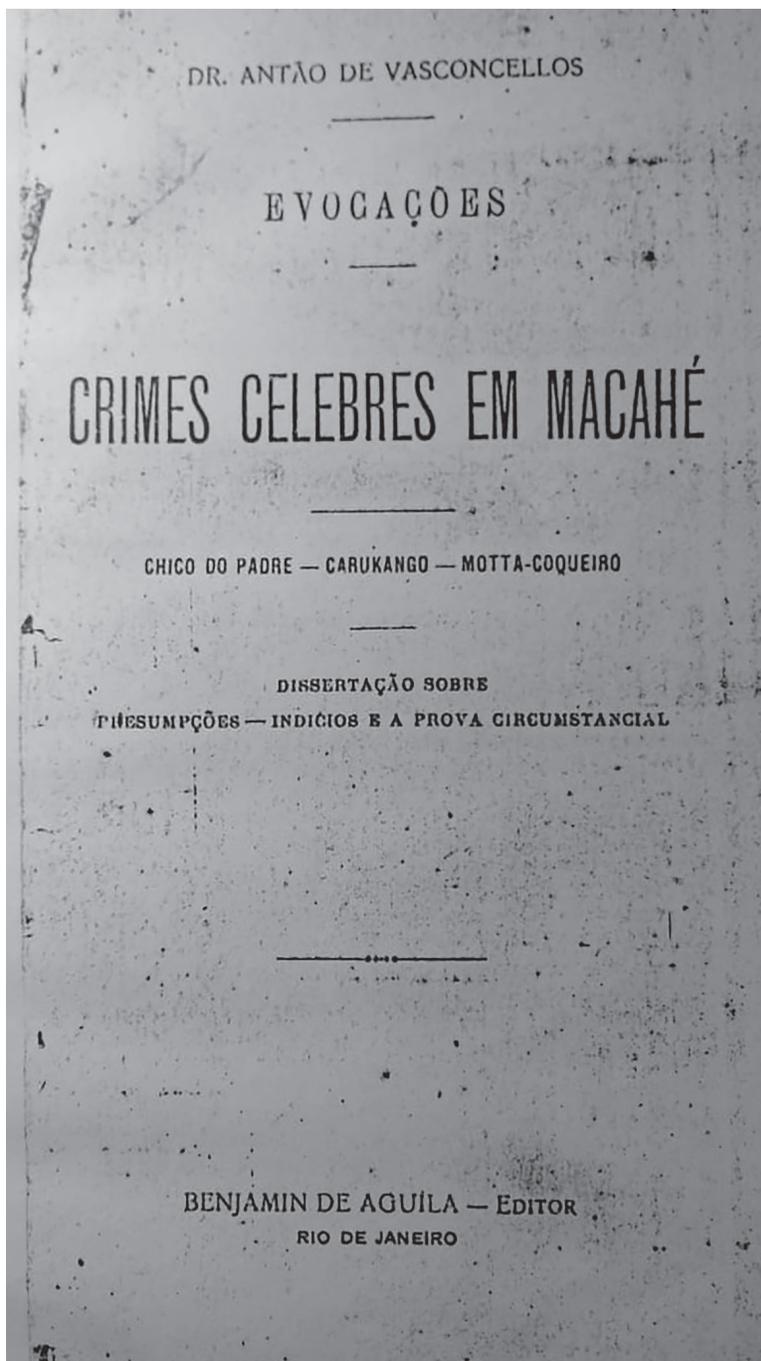
Contamos com a ajuda profissional e dadivosa de Andréa de Matos Procópio, responsável pela digitação profissional do livro segundo a grafia de sua época. Algo que não faríamos com tanta competência.

Além da versão original do livro, a presente edição conta com dois artigos que contextualizam o leitor atual sobre os eventos descritos e que colocam o livro mais ainda “em situação”.

## O SONHO DO ANTROPÓLOGO

Antropólogos sonham quando se colocam numa empreitada. Numa incursão dessas de revolver com ferramentas que se têm à mão enigmas. Este jovem antropólogo que vos fala sonha um dia desbravar com alunos e interessados o passado inscrito no chão onde essas gentes foram ceifadas. Os sítios arqueológicos esperam, silenciosos debaixo do solo, escamoteados na paisagem em que todos nós pisamos ainda. E teimo em acreditar que podemos encontrar o Quilombo de Carukango mesmo com documentos históricos que se contradizem. Mas o tempo para o irromper de outras versões segue ritmos lentos e serenos.

Agradeço aos servidores públicos do Instituto Federal Fluminense pela acolhida da proposta, especialmente a Paula Aparecida Martins Bastos e Henrique Barreiros Alves pela atenção dispensada ao projeto e sua feitura ao longo da Pandemia de Covid-19.



Fac-símile da 3ª edição, de 1911.

# DEDICATÓRIA

---

*Aos meus Amigos e a todos os habitantes dos dois Municipios de Macabé e Campos, ofereço este pequeno trabalho*

*Rio 06 de Fevereiro de 1911*

*Antão de Vasconcellos*

---

*Ao Fôro e a todos os Collegas, dedico este livrinho*

*O Autor*



## AO LEITOR

---

*Este livrinho, de pouco ou nenhum merito, vae por isso mesmo consignado a clemencia do Leitor.*

*No mundo litterario, quando muito, pode caber-lhe a classificacão de — Parasita.*

*O assassinato de Motta Coqueiro, embora legalizado pela tyrannia da Justiça e do Governo coligados, é uma idéa, que desde a meninice me obsecava, me torturava a alma.*

*Alliviei-me do pesadelo, desafoguei a minb' alma revoltada e eis porque, bem ou mal fiz este Opusculo.*

*Quando outra utilidade não tenha, ficará o Leitor conhecendo as peripecias das duas tremendas tragedias, cada qual mais hedionda: — o assassinato da familia Francisco Benedicto — 8 pessoas; o assassinato de Motta Coqueiro e seus pseudo mandatarios — quatro pessoas executadas na — Forca.*

*Como o saber não occupa lugar, quando não haja lucro, tambem não trará prejuizo a seus Leitores. São paginas de sangue; são os dias tristes que nodóam a chronica da pittoresca Macabé!*

*São Evocações.*

O Autor.



# CAPÍTULO I

---

## MACAHÉ

Ao Sul da Cidade do Rio de Janeiro, capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil e tambem do extincto Imperio em 1889, cerca de dois grãos, está situada a pitoresca cidadezinha de Macahé, ligada á Capital por uma linha de navegação costeira e uma outra férrea, que parte de Sant'Anna de Maruhy, pequeno porto de embarque, pouco abaixo de Nyctheroy, capital do Estado do Rio de Janeiro.

Florescente ainda, há poucos annos, que era o empório forçado de toda a exportação de Cantagallo, Santa Maria Magdalena e Campos, por falta absoluta de vias de comunicação, foi solapada na sua prosperidade, por novas artérias que se abriram, matando-a pela concorrência e nem mesmo o seu porto alfandegado pôde salvá-la da ruína em que se acha.

Mataram-lhe o commercio, enfraquecendo-lhe a exuberância de vida, mas não puderam diminuir-lhe a encantadora seducção com que prende os visitantes extasiados com tão bella contemplação.

Não há, decididamente, outra posição topográfica capaz de competir com aquella que faz jactância e o garbo da linda Macahé.

A sua população é apenas de cerca de três mil habitantes e repousa, com suas ruas rectilíneas, largas, sem uma curva, com suas

casinhas brancas como garças, nas margens do poético rio Macahé, onde se espelham e boiam, ondulando com as maolas que saltitam na flôr de suas aguas.

Quantas inspirações porticas não beberam n'elle, José Lino de Almeida, José Gomes Braga Macahé, José Maria Velho da Silva, João Souza, e... Casimiro de Abreu?!

Ao longe, a serra dos Orgãos circundando-a em toda a vasta planície que domina, atira sobre ella os braços, para cingil-a em doce amplexo, vindo morrer-lhe aos pés, no morro de Sant'Anna e do Cavalleiro, ao norte e ao sul.

Em frente á Cidade, o rio do mesmo nome tem cerca de oitenta metros de largura e só a banha depois de ter saudado, em graciosa curva, a pequena povoação da — Barra — e vem marulhar nos pegões da ponte, que o transpõe, despedindo-se da sua bela enamorada logo abaixo, no Trem, onde faz barra, enfiando-se como a lamina de uma espada no dorso do oceano.

As arêas do mar encapellado pelo nord'este, revolvidas em infenal movimento pelo reboir incessante de suas vagas, vem dar d'encontro ao deslizar ameno e tranquilo do Macahé, que as repelindo para o lado, ora as empilha, ora as arrasta em sua corrente para restituil-as ao mar, que de novo as recebe para de novo as rechaçar.

D'essa lucha eterna nasceu o pontal de arêa, com cerca de um kilometro de comprimento, por 30 metros de largo, verdadeiro isthmo, que divide as duas aguas, do rio e do mar. Da Rua da Praia, protegida das aguas por solida muralha, até á foz, o visitante extasia-se na contemplação do sublime quadro: — além, onde acaba o pontal, a Barra; em frente á cidade, o rio, o pontal, a foz, o mar, onde os olhos ainda acompanham a corrente do rio, pela diferenciação da côr; azul-carregado a do rio, e cerúleo a do mar, percebendo-se nitidamente a linha de separação. Mais ao longe, cerca de tres milhas, avista-se o grupo das ilas de Sant'Anna, onde se formam as mais belas miragens, que jamais olhos humanos contemplaram; e entre estas e a cidade está a ilha do Papagaio, sentinella que vela sobre a estrada dos dois portos — a Concha, pelo seu feitio e a Imbetina, onde está situada a Alfandega. As noites de luar são indefiníveis; a luz argentina da lua reflectindo-se sobre o rio, sobre a vastidão do mar e o oceano da branca areia que cobre toda aquella cercania, é de tal intensidade que,

em qualquer ponto em que esteja colocado o observador, lê uma carta com facilidade.

O espectáculo é sempre majestoso e deslumbrante.

Todo aquelle conjunto de belezas, encimado pela capellinha de N. S. Sant'Anna, que pouza á cavaleiro sobre a cidade, como santa sentinalla a vigiál-a e a lua em seu paio sereno e luminoso, anima o espirito de sensações desconhecidas.

## A LENDA

Macahé tem tambem a sua lenda, que se prende á Capellinha de N. S. Sant'Anna e tão bela, que não resistimos ao desejo de contál-a.

A capellinha de Sant'Anna foi construida pelos Jesuitas e tem a sua historia muito tocante.

Toda a costa de Macahé até Cabo-Frio é immensamente piscosa e as classes pobres se entregam a esse meio de vida, no rio e no mar.

A pesca é feita, em regra, durante a noite e depois d'ella os pescadores vão descansar nas ilhas de Sant'Anna, aguardando a madrugada para trazerem ao mercado o produto da noite.

Em certo dia, em que os pescadores reunidos em torno de pequena fogueira, em cujo calor aqueciam-se e enxugavam as roupas, sentiram ligeiro movimento nos arbustos que coroam a ila onde se achavam e dirigindo-se para o local, temendo qualquer surpresa de animal feroz, com grande pasmo deparou-se-lhes uma vella Imagem de N. S. Sant'Anna. Dando parte do ocorrido ao Vigario, preparou-se uma esquadilha de canôas e batelões nos quaes seguiram as irmandades e foi conduzida a Imagem eem solemne procissão para a Igreja do Sacramento, única que eentão existia.

No dia immediato havia desaparecido a Imagem, e, feitas as precisas pesquisas, foi de novo encontrada em seu poetico retiro, na ilha do centro, que d'ahi em deante ficou denominada Ilha de Sant'Anna, nome que se estendeu ás duas outras.

Resolveram então as confrarias erguer uma capellinha, que é a que ainda hoje existe, no alto do morro sobranceiro á cidade, em frente ás ilhas para as quaes ficava voltada.

Concluída a capellinha, que passou a chamar-se de Sant'Anna, foi a Imagem trasladada para a sua nova morada e instalada no seu respectivo altar.

No dia seguinte ao da transladação, quando o povo afluía para ouvir missa na Capella Nova, a Santa havia desaparecido e de novo foi encontrada no mesmo sitio, na sua antiga morada.

Ficou então resolvido mudar-se a frente da capella e a porta para o lado do morro, dando as costas ao mar e ás ilhas.

Concluída a obra e feita de novo a transladação, a Santa ficou no seu throno, onde é venerada por toda a população dos arredores e de fora, além da de Macahé.

Innumeros são os seus milagres, o que atestam as oferendas que lhe ornaram o altar e a unção com que ali vão os fieis procurar allivio ás suas dôres.

Tal é em breves traços esta tocante historia, atestada pelas denominações dos logares onde ella se passou.

A tradição passa como certa.

\*

\*                      \*

Que horrível contraste! Macahé, tão bela, tão formosa, tão attrahente pelas suas praias, seus incomparaveis banhos de mar, tem sua pagina negra, seus dias sombrios, celebridade mesmo nos annos do crime e não poucas foram as vezes em que teve de vêr suas ruas ensopadas com sangue de assassinos celebres, que expiaram no cadafalso seus crimes horripilentos.

E esta narração que faz o principal assumpto d'este opusculo.

## CAPÍTULO II

---

### O CHICO DO PADRE

Esse hediondo facínora vivia na freguesia das Neves, pequena povoação situada na margem esquerda do Rio Macahé, cerca de quatro leguas ao norte da cidade.

Era mais que um regulo africano; era senhor de barraço e cutelo; todos obedeciam cegamente ás suas ordens, tal o terror que ao povo da localidade e cercanias inspiravam a sua fâca e o bacamarte, que trazia sempre a tiracollo.

Muitas foram as suas victimas e aqueles mesmos, que mais ousados se armavam e unidos se collocavam em tocaias para por uma vez acabarem com o bandido, não ousavam atacá-lo, nem mesmo á falsa-fé, razão porque incoluine é impune zombava de tudo e de todos

O Chico do Padre, assim se chamava por ter sido creado em casa de um Padre, de quem diziam ser filho, e lhe dera alguma educação em diversos collegios.

Logo que morreu o Padre, em má hora para ele, livre da prisão que lhe impunha o respeito ao santo varão, deu largas aos seus instinctos perversos, desprezou a mãe, entregou-se aos vícios do jogo, da embriaguez e alentou-se no crime.

Era elle de côr parda, alto, espadaudo e desde os verdes annos tornou-se logo temido pela sua força, coragem, audácia e malvadez feroz.

Além de innumeros crimes somenos e perversidades, á vista dos que fizeram a sua negra celebridade, juncando as estradas de cruzeiros pelos assassinatos que comettia, um houve, o ultimo, que tal horror causou a todo o Municipio, que as autoridades de Macahé e entre ellas o delegado de Policia Henrique Antonio Coelho Antão, revestindo-se da energia e coragem que o caso reclamava, lograram apanhar a fêra e mettê-la em jaula.

Além de outros característicos que com facilidade fariam reconhecer o criminoso, era pronunciadamente gago.

Em certo dia achava-se o Chico do Padre em uma venda na freguesia das Neves, em constantes e ininterruptas libações de cachaça, quando apeou-se e entrou um pequeno fazendeiro da localidade, moço estimadíssimo por todos, por suas excelentes qualidades; chamava-se elle Sabino Cêa.

Este infeliz rapaz, no verdor dos annos, casado apenas havia um anno, viera á freguesia comprar medicamentos para sua esposa, que estava em trabalho de parto.

Acabava elle de fazer suas compras e aguardava o embrulho dos medicamentos para correr em socorro da esposa querida, quando abeirou-se d'elle o Chico do Padre e convidou-o para jogar uma *queda de bisca*.

Não posso, Chico, respondeu-lhe o Sabino; estou com minha mulher muito mal de parto e tenho de correr para casa.

— Bem sei, retorquiu o perverso! Voce não joga commigo, porque eu sou negro, mas, d'aquí a um pouco, nós ficamos da mesma côr; e sahiu ás pressas.

Montou o Sabino a cavallo e logo que chegou ao extremo da freguesia ouviu-se o echo de um tiro!

Correram todos os presentes ao lugar, distante uns cem metros, e deparou-se-lhes o triste e horripilante quadro: — junto á barranca jazia sem vida o desgraçado Sabino Cêa, com a cabeça em estilhaços; ao lado o cavallo, estirado; de pé, saqueando os dois cadáveres, o Chico do Padre, que com a maior tranquillidade, voltou á venda, conduzindo os arreios e o mais que arrecadára em suas victimas, e, bebendo ainda alguns tragos de cachaça, retirou-se para o seu covil, de todos desconhecido.

O grito de horror, pelo povo, foi o de alerta ás autoridades, que então, dia e noite, com escoltas bem municiaadas e ordem escripta de matar, perseguiram sem descanso o criminoso que, acossado por todos os lados, fugiu para esta Capital.

O Delegado Antão dispunha a esse tempo de um seu empregado de nome Belchior, muito intelligente, sagaz, e ousado; sabendo que o assassino partira para a Capital, em um cavallo roubado a esmo, no seu encaço despachou o Belchior, bem montado, portador de um officio dirigido a Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara, então chefe de Policia d'esta Capital, relatando as occurrencias e dando todos os signaes do criminoso, cuja prisão requisitava.

Partiu o Belchior e pelas informações que foi toamando em caminho, teve certeza de achar-se na pista do assaddino e como sua sombra o acompanhou de fôrma que juntos, chegaram á Nyctheroy.

O Belchior atravessou a Bahia em uma falúa, dirigiu-se ao chefe de Policia e fez entrega do officio.

O Chefe pôl-o logo á frente de quatro praças, visto que conhecia o criminoso, e por seu lado, indo casualmente a transitar pelo Largo do Paço e deparando-se-lhe aquelle typo, que coincidia com o assignalado officio, dirigiu-se para elle e pediu-lhe que lhe indicasse onde era a Praia de D. Manuel.

A esta pergunta, respondeu-lhe o Chico, gaguejando: — *Não sei, não senhor.* Era o que faltava ao chefe de Policia, a verificação d'este ultimo signal, para ter a certeza que tinha na frente o Chico do Padre, que prendeu d'ahi a minutos e foi reconhecido pelo Belchior.

Remettido o facinora para Macahé, tal era o medo que inspirava, que nem mesmo Roberts François Damiens, quando tentou assassinar Luiz XV, foi garrotado com tanta segurança, no acto da prisão em flagrante.

Eis como estava preso: do pescoço circulado de grossa argola de ferro, cravada a frio, partia uma grossa corrente que ia ligar-se á trave mestra da prisão; as duas pernas estavam presas por machos pesadíssimos, além de embutidas em pesadíssimo tronco de madeira. As mãos eram algemadas e só uma era solta para as refeições; comia com uma colher de madeira.

A despeito de toda essa segurança, tinha por sentinella constante um inspector de quarteirão, e o delegado, entre dia e noite, fazia-lhe repetidas visitas.

Todo processo foi instruído na prisão d'onde só sahiu o Chico do Padre para o julgamento plenário no Jury.

N'esses julgamentos, como é de lei, os reus não podem entrar manietados e até é da fórmula lavrada na acta, em autos: — *Achando-se o Reu livre de ferros ou qualquer outra coacção*, foi julgado... etc,

O caso era complicado e muito terror, para consentir-se que o criminoso fosse julgado em liberdade, o que constituia risco imminente.

Até ao Tribunal, foi elle algemado, dentro de um quadrado de soldados embalados, com ordem de fuzilál-o ao menor movimento de fuga.

No Tribunal continuou dentro do quadrado, e aos lados do reu dois soldados de cavallaria de pistolas engatilhadas, apontadas á cabeça do reu, á distancia, com ordem de matál-o.

Presidiu a essa sessão momoravel o Dr José Augusto de Menezes.

Deu-se, por essa occasião, um episodio comico e grotesco, que passou á posteridade; ainda hoje é relatado com prazer e graça.

O Reu não tinha advogado; era preciso dar-lhe um; achando-se no Tribunal o solicitador Luiz José Vianna, foi nomeado *ex-officio* — para defender o preso.

Feita a accusação, teve a palavra o defensor. O Luiz Vianna, depois de dar as suas escusas e declinar da sua competência, por falta de intelligencia, saber e não ser orador, (*o que aliás era notório*) entregou os autos ao Jury, pedindo justiça.

N'esse momento o Chico do Padre, dirigindo-se ao publico, exclamou: — *Quem me empresta abi meia pataca, para comprar um lenço de alcaçoa e dar ao meu advogado para limpar ao suor, pela grande defesa que me fez?!*

*Como é*, (continuou dirigindo-se ao Juiz de Direito), *que eu não hei-de ser condemnado, dando-se-me um burro por defensor!*

— O reu contenha-se, bradou-lhe o juiz de Direito...

— Contenha-se o que, redarguiu o criminoso?! O que é que vocês podem-me fazer? Mandar me enforcar? Ah! Ah, ah! em estrondosa gargalhada... mas com isso já eu conto, é o que me espera. Pois mandem e peçam a Deus que eu não torne a ganhar o largo, porque o primeiro que eu mato é o Henrique Antão e depois o meu sabio advogado... *coitado, como está cansado... suma-se da minha vista, seu burro.*

Foi condemnado á pena capital.

Corridos os devidos prazos e tramites legais, fixado o dia para a execução, veio de Minas o carrasco, Pai Fortunato, e quando chegou, como é de estylo, tinha de ser apresentado ao sentenciado.

Como é natural, o Delegado, os Juizes e mais funcionarios quiseram vêr o effeito que sobre aquella alma perversa produzia a vista d'aquelle que lhe ia arrancar a vida.

Logo que entrou o carrasco, o Delegado fez a apresentação dizendo: — *Chico, é o carrasco!*

— «É esse? Respondeu elle a rir-se. Com que então é você einh, Pai Fortunato, que vem brincar comigo na corda bamba? Não ha novidade, que senão... eu te deito a unha e tu é que vaes.»

Retiraram-se todos enojados de tanto cynismo e malvadez.

No dia immediato tinha o Chico de entrar nos três dias de oratorio e cabia ao Padre Tremedal, vigario da parochia, levar ao condenado os auxilios da religião.

O Padre Tremedal era um tanto apurado nas roupas e usava, como era estylo então, *os bacalhaus, golla e punhos de renda*.

Assim paramentado apresentou-se ao condemnado, sollicitando d'elle a sua bôa vontade actos de sua vida... n'esse momento o tronco tremeu; ouviu-se em toda prisão o fragor dos ferros que o manietavam, e o sentenciado, lívido, com os olhos esbugalhados, a boca entreaberta a verter espuma, verdadeira baba que se escoava pelos lábios, e qual fêra enraivecida, bradou ao vigario, que recuára e tremia: — «*Quem cá o mandou, seu pelintra? Querem que se converta, que se arrependa de seus crimes, um desgraçado como eu e mandam um boneco de cheiro, coberto de rendas, como prostituta?!... Vão buscar o sr. Padre Freitas, o Vigario Geral; sim, d'esse quero ouvir a palavra de Deus, porque é um santo... e tu, desgraçado, se lá fôres, atiro-te da forza embaixo ou racho-te a cabeça com estas algemas.*»

Retirou-se o Padre Tremedal, tremulo de terror, ficando os demais presentes, uns a tremarem de raiva e odio, outros, compadecidos da desgraça do infeliz.

Morando o Padre Freitas em sua fazenda, no Barreto, a legua e meia da Cidade, foi logo expedido um portador, com o respectivo officio, narrando-lhe o occorrido e sollicitando a alta mercê de vir assistir ao penitente, pois era essa a sua ultima vontade.

Achava-se o Padre Freitas então doente, com as pernas inchadas

por consecutivos ataques de erysipela, guardando o leito, tranzido de dôres cruciantes, quando recebeu o convite.

«Meu Deus, exclamou elle, erguendo os olhos e as mãos aos Ceus! Dai-me forças, meu Pai, para que possa, em boa hora, levar áquelle infeliz, em vosso Bemdito Nome, o conforto que só vós podeis dar.»

No estado em que se achava, não podendo andar, fez parte da viagem em carro de bois e o restante em canôa, até á porta da prisão, onde desembarcou, pois ficava ella á margem do rio Macahé, em frente a foz.

Antes de prosseguir, seja-nos permittido uma pequena digressão, para consagrar duas palavras a esse verdadeiro Ministro de Deus, cuja memoria não deve perecer nas brumas do passado. Quem escreve estas linhas ainda o conheceu, e finou-se o santo homem, pouco mais ou menos, em 1860.

Desde moço, impôs-se pela sua sã moral e pureza de costumes. O Padre Freitas não era estimado, era venerado; quando apparecia nas ruas da cidade de Macahé, o povo, homens, mulheres, crianças, escravos embargavam-lhe os passos, postados de joelhos, para lhe beijarem a mão e receberem suas bênçãos.

As mãis levavam-lhe os filhinhos recém-nascidos, á rua, para que elle, como o Redemptor, lhes impusesse as mãos sobre a cabeça e erguiam-se felizes exclamando: — Serás feliz, meu filhinho! O Santo te tocou!

Tal é o Apostolo de Jesus, que vae enfrentar o mais abjeto dos criminosos.

A scena cobriu-se de uma solemnidade tocante.

O Padre Freitas, acompanhado por todas as auctoridades que o foram esperar á margem do rio, foi annuciado ao penitente... — Que venha, foi a sua resposta; ha muito que por elle espero.

O Padre Freitas assomou á porta do xadrez já aberto e parou, olhando compadecido para o infeliz e a maneira deshumana como se achava manietado. Em toda a imponência da sua respeitabilidade, sobre elle estendeu as duas mãos e exclamou: — « Que a paz de Deus esteja n'este recinto e, sobretudo, possa ainda penetrar no teu coração e achar guarida em tu'alma, infeliz condemnado. »

O penitente tinha os olhos pregados n'elle e á proporção que ouvia a sublime invocação, duas lagrimas silenciosas orvalharam-lhe as faces decompostas pelo soffrimento.

Retirado o carrasco e todos os ferros, menos a gargalheira do pescoço, que era a maior segurança, foi ouvido de confissão e de tal modo actuaram sobre o malvado as santas palavras do venerado ministro de Deus,

que ao abrir-se de novo a porta do carcere para retirar-se o Padre, o Chico soluçava genuflexo no meio do carcere, beijando-lhe as mãos bemfasejas, ungando-as com as lagrimas do arrependimento!

A modificação foi completa e por isso não mais foi jungido aos machos e ao tronco, a pedido mesmo do Padre Freitas, que o não abandonou um só instante nos tres dias de oratorio.

Seu estado, entretanto; não lhe permitia fortes commoções do horrivel supplicio da forza e forçoso foi deixar que outrem o fizesse.

No ultimo dia, vespera da execução, levou o Padre Freitas em sua companhia e Padre Tremedal e com elle penetrou na prisão.

O penitente, logo que o viu, cahiu de joelhos, agarrando-se-lhe ás pernas, a bradar em soluços: — « Perdão, meu Padre, eur era um louco; hoje, só, foi que meu Pai santo, apontando o Padre Freitas, me ensinou que todos vós sois eguaes e falaes pela voz do mesmo misericordioso. »

« — Sim, meu filho, continuou por elle o Padre Freitas; só um Deus existe e nós somos os seus ministros na terra. Não posso, bem o quizera, completar a minha obra até ao supremo momento; o meu amigo, tão digno como eu, a completará com equal uncção e n'elle, peccador, só verás a minha propria pessoa. Que a justiça da terra se consume e a vontade de Deus se cumpra; reconciliado com Elle, como te achas pela contricção, pelo teu sincero arrependimento, a sua infinita Miserisordia será o teu amparo e dar-te-ha forças para sofrer o castigo, que teus crimes provocaram. » « Padre, exclamou, dirigindo-se ao Padre Tremedal: — não é um criminoso, não é mais um revoltado contra Deus; é um infeliz, é meu filho que a ti entrego e que conduzirás á sua ultima morada, com todos os carinhos da nossa santa religião. Adeus, meu pobre filho; si tua alma chegar pura á suprema provação, lá em cima nos encontraremos. »

Todos os presentes, debulhados em lagrimas, cahiram de joelhos, e o Sacerdote, que tambem chorava, sobre todos derramou as suas Benções, em nome de Deus.

E' impossivel crear-se uma situação mais dramatica, lance mais doloroso do que foi este!...

Por longos annos foi elle o assumpto das conversações no lar e raros eram os que não se comoviam até ás lagrimas, ao aouvir a triste historia do Chico do Padre. Chegou, enfim, o dia tremendo, o dia fatal em que pela vez primeira a população de Macahé ia assistir a uma execução pelo supplicio da corda.

Desde a noite, achava-se de pé, na unica Praça então existente, o medonho patibulo, d'onde em poucas horas devia ficar pendente o cadaver do famigerado assassino.

Raiou um dia formoso, limpido, sob um ceu sem nuvens. A natureza em todo o seu esplendor, quis tambem concorrer e assistir ao triste espetaculo, como que convidando pelas suas seducções aos assistentes, a trilharem pelo caminho do bem, prolongando quanto possivel sua existencia terrena, a fim de, pelo mais longo tempo possivel, poder contemplar seus esplendores, receber n'um raio de luz do astro rei esse calor tepido que nos dá a vida, o bem estar, e nos deslumbra com as bellezas, que nos mostra a visão.

Illuminava ao mesmo tempo o vulto sinistro do assassino, com toda a sua claridade, afim que nas contracções de seu rosto, nas lagrimas que lhe empanavam os olhos e no horror do espetaculo, do horrendo quadro, nos levasse á meditação sobre o triste destino do peccador, impulsionado pelo crime, pela revolra contra seu semelhante.

Soou a hora fatal!

O som das cornetas e o tinir das armas indicam uqe a tropa se movimentava para em quadrado receber o condemnado. Abre-se a porta do carcere; n'elle penetra lepido o carrasco e manietta os pulsos ao infeliz com pesadas algemas, que lhe cingem os dois braços ao peito.

Observado devidamente para que seja respeitada a decencia, é substituido pelo Ministro de Deus, trajando todo de negro; a prisão ilumina-se então por uma luz vivida, fulgente, irradiando do Crucificado, que lhe vem trazer, na suprema hora, o supremo consôlo.

O penitente, de joelhos, recebe-o das mãos do seu ministro

e este, n'uma invocação sublime, tambem de joelhos, lh'o entrega, collocando-o entre os dedos apertados pelas algemas, depois de exclamar por tres vezes: — *Senhor Deus! Misericordia! Senhor Deus! Misericordia! Senhor Deus! Misericordia!*

Eu vol-o entrego Pai Misericordia! Que o vosso perdão seja a Divina Luz que lhe illumine os passos.

O penitente é trazido então até á porta da prisão e ahi se lhe depara o Juiz da execução, o escrivão, os officiaes da Justiça e pela primeira vez é lida pelo escrivão, os officiaes da Justiça e pela primeira vez é lida pelo escrivão e por tres vezes a sentença exequenda.

Antes de pôr-se em marcha o prestito, ouve-se a voz do comando: — carregar; calar baionetas.

N'esse momento angustioso, ouve-se os gemidos do bronze, ecoando nas cercanias, annunciando no seu triste dobre de finados que mais um desgraçado vae perder a vida e não cessa emquanto o corpo não baixa á sepultura.

Começa a desfilar o enterro em vida; na frente desfilam as irmandades com a cruz alçada, revestidas de suas insignias, indo na testa a campainha em continuo tilintar, convidando os fieis á contricção.

Segue o Juiz, escrivão e officiaes. Atrás d'estes vem o condemnado, algemado, trazendo a Imagem do Crucificado nas mãos, ladeado pelo Padre e pelo carrasco... que medonha antythese: — a salvação e a morte!

Aos lados e atrás segue a linha de soldados e o acompanhamento do povo fecha o prestito.

Em todas as esquinas pára o prestito e é lida a sentença por tres vezes, pelo escrivão, sendo a ultima junto das escadas do patibulo. Á meia viagem, está armado um altar onde se celebra a ultima missa para o condemnado, que é retirado antes do levantar da hostia, acto a que não póde assistir, sob pena de não ser executado n'esse dia.

Este uso foi abolido, bem como a presença das irmandades no prestito. O altar é armado mesmo dentro da prisão, onde o sentenciado ouve missa, e a sentença só é lida á sahida da prisão e á chegada ao patibulo.

Chegados junto da escada, é lida a sentença pela ultima vez; o juiz então, abeirando-se do penitente, pergunta-lhe si quer fazer quaesquer disposições de ultima vontade e si deseja alguma cousa, o que tudo será satisfeito.

O Chico do Padre pediu que fosse concedido dirigir algumas palavras ao publico. Obteve a concessão.

Estava immensamente abatido pelos soffrimentos, pelos remorsos. Sua estatura elevada e alentada pela gordura estava emagrecida; as faces descóradas, os olhos amortecidos dentro de circulos arroxeados revelavam desanimo.

O passo entretato era firme, a sua compostura de um resignado.

Avançou o prestito até ao altar erguido na via dolorosa; entrou com pressa, com impaciencia: cahiu de joelhos e não cessou de orar até á partida.

Deu-se então um episodio da maior importancia, como significação de quanto a religião fizera de conquistas n'aquella alma perversa.

Quando elle sahia, uma mulher, não se sabe porque, riu-se. Parou, olhou para ella indignado e exclamou a tremer convulso: — « Não te rias da desgraça, miseravel! Ainda podes ter filhos! Na casa de Deus só se entra para chorar e orar. Deus te perdôe. »

Subiu as escadas do patibulo com firmeza, depois de ter recebido a benção com toda a resignação.

Ao recebê-la, voltando-se para o Padre Tremedal, disse-lhe: « Meu Pai, dai-me a vossa benção; erguei bem alto essa Imagem do Crucificado, para que eu receba a morte com a mesma resignação com que elle a recebeu; Elle, por aquillo que não fez, perdando; eu por aquillo que fiz, pedindo-lhe perdão. »

Chegado ao alto do estrado, passeou por alguns momentos os olhos sobre a multidão e ahi fez a confissão de todos os seus crimes. Dirigiu-se ás mães, pediu-lhes que reprimissem os maus instinctos de seus filhos, que os educassem e punissem. Ponde os olhos em mim, mães de familia; sou uma victima de minha mãe! Lastimo que ella aqui não esteja para vêr a sua obra!

Fui uma féra, emquanto não conheci a voz de Deus, pelo seu ministro; meu intento era lançar da forza embaixo ao padre que me acompanhasse; disse peço-lhe humildemente perdão e já Deus me deve ter perdoado. Peço perdão ao sr. Henrique Antão, que me prendeu e perseguiu, do odio que lhe tive e peço-lhe que por mim pague a N. S. das Neves duas libras de cêra que lhe devo.

Não me queixo; mereço o castigo que vou sofrer. Agora, carrasco, que acabei, não te temo porque estou em paz com Deus!..... e precipitou-se no espaço, sem esperar pelo carrasco, que desceu a concluir a sua obra, dando emfim por finda a execução.

Devido ao peso e corpulencia do condemnado, o carrasco requisitou mais duas cordas, tendo sido a execução feita com tres cordas tecidas em trança. Quando o Chico do Padre precipitou-se do patibulo abaixo, todo elle tremeu com o choque, de tal fôrma violento, que duas cordas arrebentaram, ficando da trança apenas uma perna muito espichada e adelgada com o choque. Assim chegou a seu tero este hediondo facinora, que por muito tempo trouxe a população em sobressalto.

Foi preciso que perigasse a vida do delegado de policia para que este tornasse a peito defendê-la, perseguindo o criminoso, que veio afinal purgar no cadafalso a longa serie de seus crimes.

Os ultimos momentos da vida do condemnado, os tres dias de oratorio, são uma prova eloquente do poder da Religião, da acção benéfica que pôde ter sobre um impenitente a palavra do Ministro de Deus, quando elle vem rodeado d'essa aureola luminosa da virtude, única capaz de infundir a uncção e o respeito ás palavras santas, que se lhe vão infiltrando na alma até á conversão, até a contricção.

Si outro que não o Padre Freitas, tivesse assistido ás agonias do Chico do Padre, seguramente teria levado até ao patibulo os seus perversos instinctos, a sua ferocidade!

Não se pense, por um momento, nem mesmo por hypothese, que o temor dos homens ou da morte influisse directa ou indirectamente para a sua conversão.

Era destemido; riu-se do temor, do mêdo ou da corvardia.

Morreu, reconciliado com Deus e com os homens; seu arrependimento era sincero; operou-se uma verdadeira conversão e tão completa que, si tivera voltado ao gremio social, teria sido um bom cidadão, depois de punido nas galés por séus delictos. Deus teria sido o seu norte; a Imagem do Crucificado jámais se lhe extinguiria da memoria; as palavras do Padre Freitas teriam continuado a vibrar em seus ouvidos e a cahirem-lhe dentro d'alma como um balsamo salutar e purificador.

Tudo se perdeu!

A morte dada pela pena irreparavel creada só pela covardia dos homens, com toda a sua irreparabilidade, cortou todos os ensejos para a conversão!

A terra perdeu um habitante que lhe poderia ter sido util; a sociedade sacrificou um de seus filhos; só a Religião ganhou um constricto, que Deus recebeu na sua Misericordia infinita.

## CAPITULO III

---

### O CARUKANGO

Ao tempo em que se desenrolaram os factos que vamos narrar, estava em toda a sua pujança o commercio de carne humana e o Brazil importava em grandes partidas a escravatura africana.

Macahé, único porto accessivel a embarcações de pouco callado, nas costas então Provincia do Rio de Janeiro, tornou-se um grande emporio e por isso mesmo representou um papel saliente, ainda depois que o trafico de escravo se tornou contrabando.

Os cruzadores inglezes perseguiam os barcos negreiros e estes, desde que attingiam as costas da

Provincia do Rio, estavam seguros de escaparem, mettendo-se pelo canal de Cabo-Frio, em demanda de seu porto, visto que ahi não havia accesso aos navios de grande callado.

Para remover esta difficuldade, os cruzadores traziam lanchões de guerra e então arriando-os, e devidamente tripulado por gente armada, a remo ou á vela abordavam o navio negreiro desarmado e o aprisionavam, antes do desembarque.

Vem a pêllo narrar aqui uma façanha de um portuguez conhecido por Joaquim Ferramenta, no porto de Cabo-Frio e uma parte muito comica no de Macahé.

Joaquim Ferramenta, que eu conheci muito e de quem até fui advogado em um processo de injurias verbaes, há cerca de 40 annos, era piloto de alto mar e ia á Africa frequentemente buscar escravos por conta dos importadores. Homens ousados, de tempera rija, em uma das suas viagens foi perseguido por um cruzador inglez, que lhe deu caça até Cabo-Frio. O Ferramenta, conhecedor de todas aquellas paragens, enfiou-se pelo canal e quando deu fundo dentro do porto, vinha-lhe no encaço o lanchão com uma pela de pequeno calibre á prôa, tripulado por cerca de 30 marinheiros armados.

A pequena tripulação do navio fugiu a nado paa terra e o Ferramenta, que era o commandante, ficou só a bordo.

O lanchão atracou, deu abordagens; o Ferramenta, lançando mãos de um ferro de bordo, que se chama — *linguado* — atirou com elle dentro do lanchão, arromvando-lhe o fundo; defendeu a abordagem sósinho, com um heroismo espantoso. Com achas de lenha e tudo quenato lhe vinha ás mãos, defendeu com indizível bravura a bandeira portugueza, içada á ré, ferindo e pondo fóra por um tiro que lhe deram em desespero de causa, correu á ré, embrulhou-se na bandeira, e assim foi aprisionado, bem como o navio.

Chegado á Inglaterra, como prisioneiro, ahi foi tratado e depois de prestar juramento de não mais traficar em escravos, foi perdoado pela Rainha Victoria e por ella condecorado, pela galhardia com que defendeu seu pavilhão e seu navio. Recusando servir na marinha ingleza, resistindo ás reiteradas instancias dos inglezes, voltou a Macahé, onde morreu velho e de todos estimado.

Depois d'este facto, o commandante do cruzador, foi fallar com o Governador da Fortaleza de Macahé e pedir-lhe providencias energicas.

Era então Governador um capitão conhecido por Tucano, por ter um nariz enorme, semelhante ao bico do tucano.

Chegaram á falla.

A fortaleza tinha tres peças de ferro muito ordinarias, de carregar pela bocca, que ainda alli estão, e uma de bronze com as armas portuguezas, do fabricio de Bartholomeu Dias.

O inglez não sabia uma palavra de portuguez; o Tucano não sabia uma palavra de inglez. Não havia interprete.

O Tucano, fardado e armado, mandou entrar o Inglez, também fardado.

O Inglez começou a fallar alto, mostrando-se zangado, gesticulava desordenadamente e de vez em quando fallava em Lord Palmestron e sempre em tom de ameaça.

O Tucano, embora sem comprehender palavra, tambem respondia duro e furioso.

O Inglez, afinal, acabou por fazer o signal de — *espere* — com a mão e bradou, Lord Palmestron!

I Tucano sahi furioso para a bateria, atrás do Inglez, e gritou-lhe: — Sabe que mais, Monsiú? Aqui não há Lord Palmestrão, nem o diabo por elle! Aqui mando eu, Lord Palmestrão sou eu, a balla... e balla... ouviu... batendo na culatra da poça enferrujada... e ponha-se lá fóra ou acabo com aquelle calhambeque que está alli!

Lá foi o Inglez e nenhum dos dois soube nunca o que disseram. Feita esta pequena digressão, entremos em materia.

\*

\*            \*

O Carukango era um preto de Moçambique, importado em Macahé por um navio negreiro. Dizia elle que era principe, como tambem o dizia o Ubá.

Era baixo, atarracado, meio corcunda, coxeava de uma perna. Era escravo de um dos fazendeiros da família Pinto, que era extensa na freguesia das Neves, até ao Frade, outra freguesia.

A perversidade d'esse negro era conhecida, razão porque, não só os escravos da fazenda, como os das adjacentes, o temiam.

Passava por feiticeiro, por fallar com o diabo á meia noite, e o seu isolamento, sempre só e separado dos outros, mais affirmava taes conceitos.

Em regra vivia de tronco aos pés e por muitas vezes soffreu o cruciante castigo do — *bacalbau*, no pelourinho ou na escada.

Em certo dia fugiu elle e de tal fórma occultou-se, que não mais foi visto durante dois annos. Os outros escravos das outras fazendas começaram a fugir, e o que é real é que não mais d'elles havia noticias.

Em certo dia correu atoadora ua noticia pavorosa e era: — que um d'aquelles irmãos Pintos fôra degolado na fazenda, com toda a

família, bem como os negros e negras velhas, tendo fugido todos os moços e moças.

A policia poz-se em campo e o único resultado a que chegou foi que o crime fôra perpetrado pelos proprios escravos, que fugiram, matando os que não podiam acompanhá-los, afim de apagar os vestigios e emmudecerem os denunciantes dos assassinos e do saque.

Diversos transeuntes viram grupos de negros n'essa noite, ao longe, sem mais especificações.

Este Pinto, assassinado com toda a família, era precisamente o senhor de Carukango, de quem, alias, não havia noticias desde que fugira. Ficou o facto em trevas e a tranquillidade restabeleceu-se.

De novo surgiram os assassinatos em massa, fuga dos moços, extermínio dos velhos e saque especialmente nos animaes, dinheiro, joias e reliquias sagradas.

A população vivia aterrorisada, as famílias vieram residir em Macahé, temendo o assalto e morte nas fazendas.

Um ultimo ataque mallogrado veio esclarecer todas as duvidas e fazer luz.

Entre a freguezia das Neves e a do Frade, há um lugar denominado — Crubichás — onde era fazendeiro o Chico Pinto, d'essa família de que fallamos; era irmão do assassinado.

Todos estes Pintos eram portuguezes. O Chico Pinto tinha como seu pagem, um moleque chamado Domingos, de sua absoluta confiança, e por companheira uma mulata de nome — Josepha — com quem vivia há longos annos.

O moleque tornou-se — *arteiro* — e tantas fez, com pasmo de todos, que o Chico Pinto, já arreliado com as — *artes* — do moleque, deu-lhe uma — *sóva*.

O moleque fugiu.

Succederam-se os dias, sem noticias do moleque, até que, em uma noite, a deshoras, estando já todos a dormir, acordaram com o grande fracasso que faziam pancadas dadas do lado de fóra, na porta da sala de jantar.

Ergueu-se o Chico Pinto e gritou de dentro:

— Quem é?

— *E' eu, mia ximbó, qui se rependeu e tá vortando; able sia Cico; é sua moreque Romingo, qui qué conversá cum ansucé.*

A casa, sendo feita de paus a pique e varas, barreada de sopapo, como se faz na roça, cahiu um torrão com os estremecimentos produzidos pelas pancadas de fóra e tanto a Josepha como o Chico Pinto, extranhando a linguagem desrespeitosa do moleque Domingos, aquella, que era uma mulata intelligente e corajosa, espiou e conheceu o Carukango ao lado do moleque.

Correu a buscar a espingarda, que estava carregada e dando-a ao Chico Pinto, segredou-lhe ao ouvido: — *atire no Carukango, que é o chefe; atire seu Chico!*

O Chico Pinto a tremer e como viu que a porta estava prestes a cahir, atirou no Carukango, mettendo-lhe uma carga de chumbo no braço e no peito.

Pensando os atacantes que a casa estivesse guarnecida com defeza e já ferido o chefe, retiraram-se exclamando o Carukango: — *Isto não é nada; eu volto cá, meu branco e liquidaremos contas.*

Enquanto a negralhada não se retirou, dentro de casa havia um tempo quente entre Josepha e o Chico Pinto.

— *Carregue a espingarda, seu Chico, e dê outro tiro; mate aquelle malvado, seu Chico!*

O Chico estava succumbido, a tremer como varas verdes. Afinal, muito aperreado pela Josepha, quando estava carregando a espingarda, quebrou-se a vareta dentro do cano, extinguindo-se assim toda a defeza.

Por fortuna, o Carukango retirou-se, salvando-se o Chico e a Josepha de uma morte horrivel e inevitavel.

O Chico Pinto fugiu para Macahé com toda a familia e só então ficou claro que todos os assassinatos e depredações havidos, eram praticados pelo Carukango e sua gente.

A policia tratou logo de organizar elementos para a lueta e demandou a assistencia do Coronel Antonio Coelho Antão de Vasconcellos, Chefe do Districto militar da Capitania do Espirito Santo, que abrangia até Nyctheroy.

O Coronel Antonio Antão, era militar e fizera uma grande parte de guerra da Peninsula. Veio para o Brazil com D. João VI, como chefe da sua casa militar, e aqui ficou occupando o cargo de que então estava investido. Havia organizado as milicias, no seu Districto, milicias que passaram a ser a actual Guarda Nacional.

O Coronel Antão, avô paterno de quem escreve estas linhas, era um militar brioso, disciplinador, tinha muito gosto pela arte militar e por isso organizou e instruiu as milicias do seu Districto com o maior cuidado.

As milicias prestaram reaes serviços, o que não poucos elogios valeram a seu Commandante, como vamos vêr.

Foi elle quem construiu o pequenino forte de Macahé, que teve occasião de bater-se com Garibaldi.

Garibaldi foi negociante de potes e panellas, em Macahé; era freguez de Antonio José de Souza Ribeiro, negociante na Rua do Collegio, onde ainda tem uma conta em aberto. Conhecia a então Villa de Macahé, que sabia aberta e indefeza.

Quando rompeu a guerra com o Sul, contra Rosas; Garibaldi tirou carta de corso e veio a Macahé para saqueá-la, á frente de duas escunas armadas em guerra, a Sarandy e a Rapida. Fez dois tiros contra o forte, que lhe não respondeu e logo desembarcou na praia da Imbetiba parte da guarnição, marchando sobre a Villa.

O Coronel Antão, que desde o rompimento da guerra teve sempre os milicianos de meia promptidão, chamou-os às armas, avançou á sua frente até á entrada da Villa e ahi, no môro do Carvão, onde o Coronel mascarára sua gente, atacou galhardamente o inimigo, que foi derrotado e aprisionado, fugindo uma parte nos lanchões atracados á praia da Imbetiba e que não pôde ser perseguida em razão da metralha que varria a praia, vomitada pelos canhões das escunas então proximas á terra.

Garibaldi retirou-se e não mais voltou.

Macahé, portanto, já se bateu e devido a esse feito de armas, que a glorifica, foi elevada á cathegoria de Cidade de S. João Baptista de Macahé.

Tratou o coronel Antão, de acordo com a policia, de organizar a expedição e taes eram os odios, tal a sêde de vingança, que, não só milicianos, como populares e toda a familia Pinto seguiu n'ella.

Fez o coronel Antão da casa de Chico Pinto seu quartel general, e logo sem demora os exploradores e vedetas agarraram um crioulo da quadrilha de Carukango e este deu as precisas informações, mostrando o caminho que levava ao famoso *Quilombo*.

Era elle situado em uma serra solitaria, na divisa dos Cachoeiros com Friburgo, logar que ficou celebre e até hoje conserva o nome de — *Serra do Quilombo*.

A expedição largamente municuada avançou com as maiores cautellas, antes da aurora, e ás sete horas tinha chegado ao chapadão, séde do Quilombo.

O assombro que se lia em todos os semblantes, era indescriptivel!

O chapadão, em uma extensão a perder da vista, era coroadado por extensas roças de milho, feijão, ervilhas e, emfim, toda a sorte de legumes e cereaes.

Tudo isto era occulto por immensa mata virgem que cobria a serra, circumdando-a em toda a volta.

No centro das roças via-se uma casa baixa, muito comprida, com a frente para a estrada da mata e os fundos apoiados em tres enormes pedras a cavalleiro da casa.

Sabia-se que o Quilombo tinha para mais de 200 escravos e era incomprehensivel como se abrigava, em tão pequeno espaço, tanta gente.

Não se via viv' alma.

O silencio era profundo.

O coronel Antão estendeu a força pelo meio das roças, pondo sitio á casa, á distancia mais uqe de tiro, parecendo-lhe que a casa tinha setteiras.

A corneta deu voz de sentido e então mandou elle fazer meia duzia de tiros contra a casa.

Ouviu-se um toque sonoro de busina que sahia debaixo do chão e d'ahi a momentos rompeu da casa fuzilaria cerrada de balas, chumbo e toda sorte de projectis.

O coronel Antão respondeu ao fogo fracamente, de um ou outro ponto, para fazer crêr aos negros, que era pequena a força sitiante, visto que elles a não podiam vêr, mascarada como estava pelas roças, occulta pela pujante vegetação.

Repentinamente escancarou-se a porta; os negros fizeram uma sortida, correndo e atirando em todas as direcções, protegidos por outros que de cima das pedras atiravam apoiando o movimento.

As forças expedicionarias cerraram então o fogo contra elles, matando e ferindo-os na sua maior parte.

Recolheram-se em desordem, mas com tanta confusão que as forças sitiantes, avançando galhardamente, apesar do fogo de cima das pedras, chegou com elles á porta do reducto e fazendo fogo cerrado para dentro e contra as pedras, já então cobertos com a propria casa,

ficaram senhores da posição, embora com não pequeno sacrificio de sangue, pois havia muitos feridos.

N'esse momento a scena foi horrivel! Os sitiantes, es, são, prisioneiros ou feridos estavam mortos em menos tempo do que leva a escrever esta linhas.

Demolida a casa, ficou então á vista uma enorme abertura que levava a um vastissimo subterraneo, gruta natural onde residiam os negros.

Intimados a renderem-se só obedeceram depois que se fizeram duas descargas para dentro da furna.

Sahiu na frente o Carukango vestido com o habito sacerdotal, trazendo ao peito um bello crucifixo de ouro, ante o qual todos se descobriram e abaixaram as armas já para elle apontadas.

Parou, olhou para todos os lados, e, dirigindo-se a passos lentos para a direita onde estva o quartel feneral, ao approximar-se do seu senhor moço, o filho do Pinto, seu senhor por elle assassinado, bem como toda a familia, repentinamente ergueu o braço direito que trazia occulto sob a capa sacerdotal, armado de uma pistola de dois canos e sobre elle desfechou os dois tiros, matando-o *in continenti*.

Foi medonho este momento!

Precipitaram-se sobre o Carukango, arrancaram-lhe as vestes e a imagem sagrada e o lyncharam depois de horriveis supplicios.

Outra parte dos sitiantes precipitou-se pela furna a dentro fazendo fogo e mataram tudo quanto alli foi encontrado, com excepção das negras, que foram poupadas.

N'esse momento deu-se um episodio tão barbaro quão doloroso: — Um dos Pintos, que lograra fugir, reconheceu o preto que lhe matára o irmão. Reuniu os parentes, amarraram solidamente o negro sobre um tronco de arvore deitado e decapitaram o negro com as costas de duas foices que compassadamente lhe bariam no pescoço.

Tal foi o fim d'essa tragedia, bem comparavel, em menor escala, á que se deu em Canudos contra o Antonio Conselheiro, em tempos mais adiantados e de maior civilisação.

As atrocidades da Serra do Quilombo são particulas minusculas, infinitesimas das que se praticaram em Canudos.

\*

\*

\*

Inquiridas as negras ácerca do *modusviviendi* no Quilombo, soube-se que Carukango era o Imperador e o Papa. Tinha serralho de todas as pretas moças; aquellas que ficavam grávidas eram repudiadas e entregues aos pretos do Quilombo; logo que davam á luz a criança, era esta barbaramente immolada e queimada depois de morta.

A nossa raça, dizia Carukango, deve extinguir-se e não ficar um na mão do branco. Assim, ficou provado que as pretas eram verdadeiras martyres e, citadas, levadas á força da casa de seus senhores, eram por isso irresponsaveis, razão pela qual foram tratadas com carinho.

Foram todas restituídas a seus respectivos senhores, com ordens terminantes da Policia e do Governador, para que não fossem mal tratadas.

\*

\*                      \*

Tal a sanha, o furor e a ira dos sitiantes, que, depois de mortos os negros, eram decapitados e as cabeças, espetadas em estacas, eram collocadas na margem da estrada geral, para servirem de exemplo aos outros escravos.

A cabeça do Carukango foi collocada na antiga encruzilhada do Zé Bento, hoje conhecida por Chico Martins, ponto onde reuniam as tres estradas: — do Frade, de Macahé e do Furambongo.

\*

\*                      \*

Assim acabou essa lucta do branco contra o preto.

Venceu a dualidade de mãos dadas — *a força do direito e o direito da força*, que devia mais tarde escudar a Republica nascente.



## CAPITULO IV

---

### MOTTA COQUEIRO

Existia na cidade de — Campos dos Goytacazes — cerca de vinte leguas ao norte de Macahé, um fazendeiro notavel por sua riqueza, familia e mais que tudo, pelas nobres qualidades que o tornavam acatado e respeitado.

Além de muitas outras propriedades, possuia uma fazenda regular sita no Municipio de Macahé, freguesia de Santa Catharina, no logar da Conceição de Macabú.

Foi ahi n'essa fazenda que se desenrolaram as scenas da tremenda tragedia que levou ao patibulo — Motta Coqueiro — Faustino — Flôres — e o escravo Pai Domingos.

Não é nosso intuito narrar as peripecias da tragedia, mas o julgamento e todas as particularidades que se deram até ao desenlace fatal.

Motta Coqueiro residia habitualmente em Campos; vinha passar temporadas na fazenda de Macabú, ora só, ora com a familia, que elle, aliás, idolatrava.

Foi em uma d'essas estadias temporarias que se deram os factos. Narremos.

Em terras d'essa fazenda morava, como aggregado, um portuguez de nome Francisco Benedicto, pai de numerosa próle — oito filhos —

entre os quaes, tres raparigas, já mulheres, uma casada e duas vivendo na economia paterna. Diga-se desde já, antes de tudo.

Motta Coqueiro era homem muito bom, esmoler, caritativo, incapaz de fazer mal, e todos os seus antecedentes o abonam largamente n'esse sentido.

Por motivos que não vem a pêllo analysar, é certo que o portuguez, compadre de Coqueiro, encontrando-o na roça, deu-lhe uma sova de chicote, com a propria — *bandeira* — (*chicote comprido de cabo longo, de madeira*) com que açoitava os escravos no eito da roça, quando fôra feitor da fazenda, cargo do qual dias antes fôra dispensado por seu compadre coqueiro.

Na noite do mesmo dia em que Francisco Benedicto aggreuiu Coqueiro a chicote, toda a familia, pai e filhos, foi barbaramente assassinada e, amontoados os cadaveres dentro da casa, largaram-lhe fogo.

Ateu-se o incendio, mas o Dedo da Providencia, que em tudo se revela, desencadeou tremenda borrasca de trovões e chuva sobre a casa; o incendio foi extinto, ficando os cadaveres immunes das chammass.

Accudiu a vizinhança ao logar d'onde partia o immenso clarão e ahi deparou-se-lhe o horrendo quadro.

O fatal sophisma, a terrivel e fallaz prova circumstancial — *post hoc, ergo propter hoc* — que levou Pulcher ao cepo da decapitação, levou Motta Coqueiro á forca!

A opinião publica desencadeou-se logo contra elle, apontando-o como autor do crime e o infeliz, levado por conselhos, desorientado, fugiu:

Foi o seu grande mal.

A lueta que se travou na casa de Francisco Benedicto foi solemne, grandiosa e medonha!

Atacado Benedicto, que era valente, luctou até morrer; as filhas cada qual armada de facão, enfrentavam o frupo assaltante com heroismo e só *tombaram* depois de terem ferido um escravo e morto outro, que ambos foram lançados com pedras ao pescoço dentro do Rio Macabú.

Os cadavres appareceram.

Um menino de 10 annos, que fugira com uma irmãinha ás costas, foi atravessado por um sovelão, bem como a pequenina.

Nada escapou; foi uma hecatombe mortuaria!

Oito pessoas!

Ei era menino e alumno do collegio Bezamat; era seu director o Dr. Julio Bezamat, pai dos meus distinctos collegas Alberto e Luiz Bezamat; aquelle já partiu e este vive no foso da sua immaculada reputação, como distincto advogado que é.

Era então delegado de policia o dr. Apolinario José Pacheco, dono de uma pharmacia dirigida por Manoel José Pereira de Siqueiros, homem de bastante ilustração e bem variada.

A noticia da tremenda tragedia circulou logo por todo o Municipio e não tardou que as roupas e destroços da catastophe fossem trazidos á presença da autoridade.

Ainda hoje, após mais de longos cincoenta annos, conservo as recordações d'aquella tarde terrivel, em que o Delegado ia tirando do caixão, abrindo e desdobrando separadamente cada uma das vestes dos assassinados!

Os talhos, os cortes, os furos no corpo das victimas, tudo ali estava esculpido sobre o largo traço de sangue que espirrou do ferimento!

A indignação do povo se manifestava por palavras, gritos, ameaças e morras!

Quando, porém, foi desdobrada a camiza do menino e da irmãsinha com que elle fugia encarapitada nas costas e o povo viu os dois furos feitos a sovelão transpassando as duas vestes em recta, das costas até varar o peito dos dois, e as largas cintas de sangue que brotaram dos orificios, bem viziveis, pois as camizas eram de chita clara ahi, a scena que se seguiu é indescriptivel! Eram vociferações de mistura com lagrimas e soluços; o povo, mulheres e crianças, pricipitavam-se sobre as roupas ensanguentadas aos brados de mata... morra... mata!

Tornou-se difficil a arrecadação das roupas e, durante dias, as familias de Macahé faziam romaria para a botica, afim de verem os restos sangrentos da desventudada familia de Francisco Benedicto.

Foram presos logo, dias depois, Faustino e Flôres, ambos Tvagando pelas immediações. Motta Coqueiro foi preso na Serra da Agulha, trahido pelo seu proprio guia, a quem chegou a noticia de uma remuneração de cinco contos para quem o prendesse.

O guia, logo que viu que Coqueiro profundamente adormecido, correu ao povoado, que era proximo, e quando despertou o misero estava em algemas.

A policia luctava a cada passo contra o povo, que queria lynchar os presos e não poucos foram os combates que teve de sustentar, em que houve ferimentos, muitos e graves de parte a parte.

Recolhidos emfim á prisão, foram julgados, condemnados e executados Faustino, Flôres e o Pai Domingos, por bem dizer indefezos.

O negro Domingos, esse morreu innocente; hoje toda a gente o sabe. Estava elle em Campos, alugado na padaria do Vianna, quando se deram os factos em Macabú; alli foi preso e pagou por um — *parceiro* — que foi atirado ao rio Macabú, morto na lucta. Esse preto subiu ao cadafalso como um heroe; foi o ultimo dos tres e eu a todos vi enforcar!

Durante o trajecto, cada vez que se lia a sentença, elle exclamava: — *Mas é mentira! Pai Domingos não foi lá!*

No sopé do cadafalso, bradou elle, antes de subir: — *Meu Deus! Si eu sou innocente, como estou dizendo, abi não hei-de morrer; hei-de cabir vivo!*

Toda gente se compadecia d'elle; era geral o interesse e a sympathia que despertava.

Quando o carrasco o precipitou, houve um grito surdo da multidão, toda ella anhelante e avida pela predicção do desventurado Pai Domingos!

Demorou-se o carrasco encarapitado sobre os hombros do preto, comprimindo-lhe as narinas, tapando-lhe a boca, até que deu por findo o serviço.

Cortou a corda... ouviu-se um baque... era o corpo do Pai Domingos que tombava do cadafalso para o chão.

Cahi de costas com a face voltada para o ceu.

O povo formava um circulo em volta do corpo, que, inerte, esperava a carroça que devia levál-o ao cemiterio.

Uma ligeira tremura extremeceu o corpo; os olhos oscillaram; o peito arqueou-se e o preto velho começou a voltar a si... *oh, terrível momento que nunca mais se me apagará da memoria!*

*Oh, negro duro, eu já te curo,* monologou o carrasco!... e agarrando farto punhado de areia e terra, mettu-lh'a pela bocca, pelas narinas, socando com um pedaço de pau, até que se extinguiu o ultimo alento de vida.

Foi um horror!

A prophacia cumpriu-se!

O Dedo de Deus revelou-se!

## O JULGAMENTO DE COQUEIRO

Correu o processo com indescritível tumulto, com precipitações de todo o genero, até que chegou o dia do julgamento.

Presidia á sessão do jury o Dr. José de Almeida Couto, mais tarde Barão do Desterro. Era Promotor Publico o Dr. Guarany.

Foi defensor do reu o notavel advogado Dr. Luiz José Pereira da Fonseca e também um dos mais brilhantes oradores entre os que mais illustraram a nossa tribuna judiciaria.

O preso vinha guardado por forte tingente de força publica, devidamente embalada, formando quadrado para livrá-lo da senha do povo, que possesso vociferava mata, mata, mata!

Depois das formalidades legaes, teve a palavra o Promotor, que mau grado a sua myopia oratoria, muito agradou e de todos os lados manifestavam-se signaes de regosijo e aprovação.

O advogado da defesa tinha diante de si jurados e auditorio incapaz de prestar-lhe a minima attenção; em vista da sanha, do odio, que abertamnte manifestavam contra o Reu.

O seu primeiro cuidado foi preparar o auditorio, predispô-lo para ouvir a defeza, o que só conseguiu no fim de um trabalho insano, longo, fenetico, que o esfalfou: lançando apenas as bases em que ia assentar sua defeza, e sentou-se, aguardando a replica do Dr. Promotor, visto sua declaração de que replicaria á defeza, para rebatê-la e dar maior desenvolvimento á accusação.

É certo que o Dr. Guarany chegou a levantar-se, mas o Juiz de Direito fallou-lhe ao ouvido e consta que lhe dissera:

— *O Dr. quer ainda nos amollar a accusar um homem que está condemnado á forca, á priori?*

Não houve replica! O Dr. Guarany sentou-se, desistindo da palavra.

Motta Coqueiro, portanto, indefezou, foi condemnado á pena capital — *forca!*

O povo applaudiu freneticamente a decisão do Jury; não se fallava em outra cousa.

Houve protesto por novo julgamento, o que deu-se mezes depois.

Ahi, n'essa occasião, a defeza foi sublime, acima de toda a expectativa; teve momentos de verdadeira inspiração! Arrebatou por vezes o auditorio, arrancando-lhe lagrimas do coração empedernido pelo odio!

Foi em um d'esses momentos que elle atirou á face do Tribunal esta bella apostrophe, que ainda hoje é repetida em Macahé: — *Que péso, que valor podem ter minhas palavras, que rebôam sobre um jury que as não bouve, que ressona?!*

Recolheu-se o Jury e voltou com a confirmação da pena anterior — *forca!*

A Relação do Rio de Janeiro, para a qual appellou Coqueiro, negou-lhe provimento, unanimemente.

Motta Coqueiro interpôz o *Recurso de revista* para o Supremo Tribunal de Justiça e simultaneamente o — *Recurso de Graça*.

Ajuize o leitor da precipitação com que se agia n'este desgraçado processo, que, Motta Coqueiro foi executado estando pendentes os dois recursos acima ditos: de *Revista* e de *Graça!*

Achavam-se as coisas n'este pé, quando explodiu, como uma bomba infernal, uma portaria do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, ordenando a execução immediata de Motta Coqueiro!

Que horror!

Se bem me lembro, era Juiz de Direito, então o Dr. João da Costa Lima e Castro.

A lei que rege as execuções manda que a — *sentença* — seja lida na porta da prisão no acto de sahir o prestito funebre, a primeira vez. Em todas as esquinas de rua e por fim, junto do cadafalso.

Entretanto, a *portaria* suppriu a sentença, que não foi lida, com preterição d'esta formalidade legal e com todo esse tumulto e irregularidades foi cumprida a fatal e nefanda portaria presidencial.

Quando partiu da prisão para o patibulo, trajava tunica de algodãozinho, o barço ao pescoço, o resto da corda enrolada na cintura, as mãos algemadas; a prumo sobre ellas avultava a Imagem do Crucificado. Ao lado o Sacerdote.

Motta Coqueiro tinha encanecido; estava escaveirado; a magreza das faces, as grandes dobras do pescoço eram encobertas pela longa barba, que branquejava até á cintura; seu porte era firme; a expressão do seu olhar, sereno; a sua fisionomia, cheia de unção, era a de um resignado, de um grande infeliz, de um grande desgraçado!

No dia 26 de Agosto de 1855 cumpriu-se a terrivel sentença. Motta Coqueiro expiou no cadafalso, pelo supplicio da corda, o crime que não praticára, o que mais tarde demonstraremos.

Quando chegou a ordem para a execução da nefanda sentença, Motta Coqueiro armando-se de um caco de vidro, cortou a arteria do pulso esquerdo, mas, surpreendido, não logrou o seu intento do suicidio; foi ligada a arteria e assim estancado o sangue.

Foi assistido pelo Pe Freitas, de quem largamente tratamos no capitulo — Chico do Padre. — Quando o prestito se dirigia para a Igreja, o reopel de um cavallo, que voava em direcção a elle, deteve-o e a voz sonora do cavalleiro, aliás bem trajado, embora em desalinho, bradou firme: — *Parem; quero fallar ao Snr. Juiz; eu sei tudo!*

Motta Coqueiro ergueu a fronte, sacudiu as algemas, inteiriçou o corpo e fitando o interlocutor com o olhar do desespero e da exprobação, o cavalleiro emudeceu, recuou, cahiu de joelhos no meio da rua, que ensopou com as lagrimas que lhe corriam em borbotões! O prestito seguiu a funesta viagem pela via da amargura, ao dobre de finados, ao badalar das campainhas, que se confundiam em um só gemido!

Do cavalleiro, de que mais tarde nos occuparemos, não mais houve noticias.

Ao chegar ao patibulo, armado no Largo do Rocio e que até hoje tomou o nome de *Praça do Motta Coqueiro* — empallideceu até á lividez cadaverica e com difficuldade subiu as escadas empurrado pelo carrasco.

Sobre o tablado da forca, enquanto o carrasco desenrolava-lhe a corda da cintura e ajustava-lhe o baraço ao pescoço, ouvia-se o gemer doloroso, os suspiros e os ais que uma preta velha ao lado do patibulo, arrancava do peito por entre lagrimas que lhe inundavam as faces.

Coqueiro, voltando-se para ella, balbuciou sua ultima phrase: — *Chora, filha por aquelle que vae morrer innocente!*

Os tambores rufaram; um grito de horror partiu da multidão e o corpo de Manoel da Motta Coqueiro estrebuchava na extremidade da corda, entre as garras do Executor da Justiça... o carrasco.

O dó succedeu á ira; a dôr applacou a indignação; o vasto campo, scenario de mais um assassinato legal, despovoou-se em poucos momentos; ao lado da tunica que encobria os despojos de mais uma victima da Lei, quatro amigos, unicos que lhe faziam justiça, cumpriam a ultima e a mais santa das missões: — conduziam para o cemiterio, pegando nas alças do caixão regado com suas lagrimas, mais uma victima assassinada pela sociedade!

O abandono d'aquella Praça, mesmo nas noites amenas de deslumbrante luar, como só soe apreciar-se em Macahé, o terror que infunde e d'ali afasta os passantes, são o testemunho mudo da sangrenta tragedia que ali se desenrolou. Não matarás, é a lei de Deus! A lei dos homens dictada pelo seu atrazo, pela sua covardia e prepotencia, revogou-a!

Quebrou-se a quinta taboa do Decalogo!

# CAPÍTULO V

---

## DISSERTAÇÃO

---

### ANALYSE E DISCUSSÃO

Manoel da Motta Coqueiro, suppliciado na forca, no dia 26 de Agosto de 1855, teria sido o mandante dos assassinatos da familia do seu aggregado e compadre Francisco Benedicto, constante de oito pessoas.

É de todo ponto impossivel adiantar uma opinião segura, firme, inabalavel, a menos que a confissão, esse brado da consciencia, arrancado pelo remorso, viesse jorrar luz sobre as trevas, que ainda hoje envolvem a mysteriosa tragedia.

A ausencia de testemunhas, de provas é absoluta!

Uma restea de luz, sequer, vem espancar as trevas, que envolvem o mudo scenario da medonha hecatombe!

Si uma prova circumstancial única, a *sóva de chicote* dada por Francisco Benedicto em Motta Coqueiro, é o ponto de partida para as investigações que tiveram por desenlace o — *cadafalso* — ella fica abafada por muitas outras que fazem luz, que feram a profunda convicção da innocencia de Coqueiro.

É certo, que a suprema affronta pelo instrumento aviltante — *o chicote* — leva o homem ao desespero, ao desequilíbrio mental, á cessação do senso íntimo!

O desforço, porém, não foi immediato; houve longo intervallo de tempo entre a acção e a execução e consequentemente, não basta que um facto se tenha dado depois de outro — *post hoc, ergo propter hoc* — é preciso que a prova seja plena, compacta, unisona e demonstrativa, de que um foi a consequencia do outro. Ora, a aggressão de Francisco Benedicto contra Coqueiro deu-se nas rooças d'este, pelas duas horas da tarde, quando regressava do serviço; os assassinatos deram-se a horas mortas da noite d'esse dia, sobre a madrugada, o que foi attestado por pessoas que estiveram em casa de Benedicto até depois de 11 horas da noite.

Existe o facto primordial — *a sóva de chicote* — mas d'elle não se pode tirar como illação os consequentes assassinatos, que se poderiam ter dado sem que Coqueiro tivesse cooperado para elles, directa ou indirectamente.

E um indicio, uma presepção, uma prova circumstantial?

Os mandatarios Faustino e Flôres negaram firmes e resolutos a auctoria do delicto e bem assim o escravo Domingos, que de nada sabia e nem mesmo foi interrogado, direito que lhe vedava a lei de 10 de Junho de 1835, além de não poder ser ouvido contra seu senhor, o indigitado mandante.

N'essa noite fatal achavam-se por acaso, de passagem em casa de Mota Coqueiro, onde pernoitaram, tres homens importantes: o Pe Joaquim da Fonseca Cruz, Vigario collado de Macahé; Agostinho Augusto de Faria e Manoel Conceição, ambos negociantes em Macahé.

Inquiridos no processo, nada adiantaram; não viram, nem se aperceberam de qualquer movimento durante a noite, na casa de Coqueiro, onde à horas convenientes todos se recolheram, não notando na phisionomia de Coqueiro nenhuma alteração que revellasse estar elle sob a pressão de qualquer preocupação que o acabrunhasse. Foi no dia seguinte, em viagem que souberam do triste caso.

A esta prova circumstancia se reune uma outra, a mais significativa: — *a fuga de Coqueiro*,

*A fuga*, porém, só por si, não é uma prova; é preciso attender ás condições em que ella se deu. Quando ella se dá, logo *post factum*,

exponetaneamente, sem uma causa justificativa, é uma revelação, é um indicio!

Quando, porem, ella tem um motivo determinante, uma razão justificativa, uma coacção que a impôz, nem é prova; não é uma revelação, nem mesmo um indicio.

Motta Coqueiro não fugiu *post factum*, retirou-se para Campos, seu torrão natal, e ahi permaneceu por dias, no seio da sua familia.

Aquelle cavalleiro, de que fallámos, era Cabral, collecter do Municipio de Campos, onde residia. Era o homem mais influente de então; era o chefe da politica, dispunha de innumerous amigos, era rico, poderoso; a sua vontade imperava, por isso mesmo que, além do seu poder, que era formidavel, a sua bondade, a sua caridade a sua protecção aos desvalidos attrahiam sobre elle a geral estima; o seu poder, a sua grande influencia era-lhe dada, principalmente, pelo grande coração com que a natureza o ornára.

Esse estimado cidadão era enteado de Motta Coqueiro, casado com sua mãe, em segunda nupcias.

A opinião publica ergueu-se como uma hydra e por todos os angulos do Municipio de Macahé se pedia a cabeça de Motta Coqueiro.

Cabral, comprehendendo o risco que corria seu padrasto, contra quem já fôra decretada a ordem de prisão e por toda a parte circulando as escoltas com ordem de matál-o, sendo preciso, resolveu fazêl-o partir para o estrangeiro e para esse fim foi fretado um vapor que aguardava em S. João da Barra a chegada de Coqueiro.

Por tres vezes foi levado á praia; tres vezes recuou; recusando-se obstinadamente a embarcar, exclamando sempre, para seu enteado e amigos: — *Embarcar, porque, meu Deus? Pois eu não tenho a minha consciencia pura? Como fugir por causa de um crime que não pratiquei, que não mandei, em que não tomei parte? Não! Não embarco, quesquer que sejam as consequencias!*

E não embarcou.

Era a revolta da consciencia contra o ostracismo, contra a calumnia; contra ella tambem se revoltaram Milciades, o vencedor de Marathona, Aristides, Alcibiades e outros.

Ovidio, injustamente condenado ao exilio, revoltou-se com os outros, e ao transpôr as portas de Roma, elle proprio o narra por tres vezes recuou, revoltado contra a injustiça de seus concidadãos. Nos seus — Tristes — assim falla: — *Ter limen tetigs; ter revocatus suin et ipse.*

Contavam com o triumpho da verdade e da justiça!... Não vieram!  
Morreram no exilio, como Coqueiro no cadafalso!

Esta recusa é característica!

Cabral, o homem puro, não daria sua protecção a um *scelerado de tal jaez*, sem a convicção profunda de sua innocencia.

Coqueiro, homem lido, intelligente e bom, aguilhoado pelos remorsos, pela certeza de que não escaparia do cadafalso, maculando a pureza da sua familia, a pureza da sua raça, indiscutivelmente teria fugido, aconselhado pelo temor da forca.

Não! Não fugiu!

Foi então convencido do risco da sua permanencia em Campos, onde já era acochado pelos Precatorios, que afinal resolveu retirar-se para Minas, aguardando o seguimento do processo, para então apresentar-se a julgamento, estando a opinião mais calma e mais applacada a indignação publica.

Não podendo viajar durante o dia, pois seria logo reconhecido por um signal, uma grande mancha rocha que lhe tomava toda a face, de um lado, arranjou-se-lhe um práctico, homem de confiança para acompanhá-lo e protegê-lo.

Foi a sua desgraça; estava entregue a um infame traidor! Só viajava á noite, fugindo aos povoados, e durante o dia ia o guia em busca de provisões e alimentos. Em uma d'essas occasiões, indo o guia a uma venda proxima, ahi ouviu lêr, em um periodico, que o governo dava cinco contos a quem prendesse Coqueiro.

Retirou-se; levou os alimentos, mas quando chegou ao ponto, Motta Coqueiro que descansava adormecido, despertou no meio de uma escolta chefiada pelo sub-delegado.

O seu guia, o homem de confiança da sua familia, o trahira!

Vendêra a honra e a fidelidade por cinco contos, este infame Ephialto!

Foi por esta fórma, pondo-se a cabeça de Motta Coqueiro á premio, que foi elle capturado.

As duas circumstancias, pois: — *os assassinatos consequentes á sóva de chicote e a fuga*, não podem, não deviam pesar na balança da Justiça, *maximè* quando são anniquiladas por outras de maior valor e todas ellas em prol de Coqueiro.

A ser elle mandante dos assassinatos praticados por sua ordem, porque não embarcou em S. João da Barra para o estrangeiro?

Porque, como disse, repugnava á sua consciencia tal fazer, quando a tinha limpa e pura, tanto mais que a fuga seria um principio de confissão.

Esta circumstancia, que aliás não importa em uma prova da innocencia de Motta Coqueiro, é uma luz embora frouxa a seu favor, dando lugar ás investigações n’esse campo de acção. Coqueiro negou sempre, com a maior firmeza, até morrer.

O povo feroz, na sua logica desastrada, explicava a recusa ao embarque, pelo remorso e o Dedo de Deus, que alli o pregára na praia. Não accitou e com elle não accitou o Jury aquella recusa como o brado de uma consciencia pura, indignada contra a horrivel imputação, que lhe era assacada por um crime nefando!

## AS PROBABLILIDADES

O advogado de Motta Coqueiro, como disse, era o dr. Luiz José Pereira da Fonseca, formado em Coimbra; talento notavel, orador fecundo, explorou com ancia em verdadeiros anhelos de curiosidade, o terreno das *probabilidades*, para trazê-las ao campo da defeza.

Confessando o crime, dizia elle a Coqueiro, a sua responsabilidade é a do mandante, mas não responde pelo excesso do mandato; si mandou não matar mas dar uma *sóva* em Benedicto, em desforço da que lhe dera, é claro que, si os executores em vez de dar a *sóva* mataram oito pessoas, a responsabilidade é d’elles. Para aggreir physicamente não é preciso matar e a ordem teria sido só para bater.

Si é certo, que o mandante é responsavel por todos os delictos praticados para a execução do mandato, tambem é certo que não responde pelos excessos inúteis e não necessarios para o cumprimento da ordem, filhos só da vontade dos mandatarios. Não, Dr., respondia Coqueiro; para cahir n’esse terreno de defeza, teria eu de confessar que havia mandado aggreir a Benedicto; mas nada mandei; estou limpo de culpa e pena; não posso chamar a mim a autoria de acto que não pratiquei.

Inquiera os executores, pergunte-lhes si receberam de mim alguma ordem?!

A negativa será sua resposta.

Negou sempre!

## OS MANDATARIOS

Estes mandatarios, Faustino e Flôres, eram trabalhadores de roça, homens de infima qualidade.

N'estas condições, sem recursos, sem dinheiro, sem defeza, infalivSi elmente, como meio de salvação, elles se teriam encostado ao mandante, que era rico e poderoso afim de se salvarem com elle.

Flôres era um homem de bons precedentes e geralmente estimado.

Faustino tinha maus precedentes, era rixoso.

O escravo Domingos estava ausente de nada sabia.

Mas, não! Nunca; quando eram inquiridos, negavam sempre o crime, e quando se fallava em Coqueiro, como mandante, elles tinham sempre a mesma resposta, uma e única: — *Nem mandou, nem era homem capaz de tal.*

Si Coqueiro tivesse sido o mandante, embora Faustino e Flôres o negassem, vencidos por dinheiro ou promessas, desde que se viram perdidos, condemnados á pena capital, quando não fosse por outra razão, como meio de descarregar o seu desespero, a sua paixão, teriam fallado, teriam denunciado Coqueiro.

Não, nunca! Negaram até ao fim e morreram negando.

Manoel João de Souza Môço, empregado de Coqueiro, amigo de Flôres e Faustino, frequentador da casa de Francisco Benedicto, nada adiantou e sempre abonou com enthusiasmo a bondade, o bom coração de Coqueiro e jurava que elle era incapaz de se vingar de alguem e muito menos mandar matar.

Vê-se de toda esta narração feita com o maior escrupulo e verdade, que o crime está envolto em trevas, em mysterio insondavel, impenetravel.

A prova circumstantial dos assassinatos depois da sova e da fuga cede terreno ante as outras apontadas.

Si estas determinavam a condemnação, aquellas outras trariam como corollario a absolvição, nullificando-se mutuamente.

Deu-se a aggressão de Francisco Benedicto a Coqueiro; deram-se os assassinatos na noite d'esse mesmo dia; são factos, é a verdade. Entretanto, terceiros poderiam, aproveitando-se do momento, executarem a familia Benedicto, sem que Coqueiro tivesse sido, sequer, sabedor da catastrophe.

Desde que o facto póde dar-se sem a interferencia do indigitaaado, é preciso, é indispensavel a prova positiva da cooperação do indigitado.

No caso vertente não há, não existe prova alguma. Desde que um dos tres unicos meios de prova positiva: — *a confissão* — *os documentos* — *a testemunhal* — fallecem na investigação de um crime, elle não está provado, a absolvição se impõe.

A prova indiciaria, por preempções ou circumstancial, podem gerar uma convicção, podem demonstrar a existencia de um crime e levar o investigador á presença do criminoso.

Para isso, porém, é preciso que ella irradiando de um nucleo, vá se estendendo como as antennas de um polvo, até se enfeixarem todas no criminoso.

Aqui, porém, dá-se o inverso; não há um rasto, uma pégada de Coqueiro em tudo isto!

## ACTOS E FACTOS

Os meios de defesa — *o mandato* — architectados pelo illustre advogado, teriam com certeza, desviado da cabeça de Coqueiro a pena capital, pois não havendo outra prova além da confissão, esta teria sido aceita, única indivizível, e Coqueiro teria sido condemnado a uma pena menor.

Si elle tivesse sido o mandante do horrendo crime, seguramente teria accettato a defeza n'aquelle terreno, não só para attenuar a pena, como para diminuir a indignação geral desencadeada contra elle.

Repugnava, porém, á sua consciencia tal confissão e por isso manteve-se systematicamente na negativa... foi a sua perda!... cahiu, porém, heroicamente abraçado á verdade e á consciencia.

Condemnado em primeiro julgamento, o advogado voltou á carga, ensaiando-se para apresentar a defeza e a confissão no segundo. Tudo foi inutil!...

— « A forza o espera, sr. Coqueiro, dizia-lhe o advogado; ella não é uma condemnação judiciaria, é uma violenta imposição da opinião publica, á qual o jury obedeceu e obedecerá pelo temor; nós não temos nenhum elemento, nenhuma arma de combate contra ella! »

— « Morrerei na forca, meu amigo: é meu destino, não a temo!

Em paz com a minha consciencia e com Deus, dizia Coqueiro, deixo ao tempo. Ao futuro, o esclarecimento da verdade; justiça me será feita. O prazo é longo; temos ainda muitos caminhos por onde enveredar; temos a appellação, a revista, o Poder Moderador.

O Tribunal da Revisão, que não está eivado da paixão d'este meio truculento, é calmo e frio como é a Justiça; tem de percorrer as paginas do processo; com certeza reformará uma sentença iniqua arrancada á justiça e ao jury pela pressão do medo irresistivel a elles impostos.

Coragem, meu Dr.! Sou condenado e não desanimo.

Aguardemos; tenho muita fé no futuro; elle pertence a Deus! —

Tal foi esta momentosa conferencia, quantas vezes a mim narrada pelo famoso advogado de Coqueiro, commovido até ás lagrimas?!

Condemnado á pena capital em segundo julgamento, voltou á carga o advogado aconselhando-o a que chamasse a Justiça e perante ella fizesse a confissão.

— « Não, nunca, Dr., aconteça o que acontecer! Quero ir ao patibulo, innocente, ali arrastado pela perversidade dos homens e da Justiça, mas não quero lá chegar nodado por uma confissão falsa, chamando sobre mim o odioso desprezo da minha propria familia, que crê e tem certeza inabalavel na minha innocencia.

Não, nunca o farei!

Consola-me a ideia de vêr a minha familia, em piedosa romaria, vir orvalhar com as lagrimas da saudade e campa onde repousarem os restos da victima sacrificada innocentemente á sanha social.

Deus me livre, Dr., de pensar que os meus pudessem voltar costas á tumba onde jaz o scelerado de 8 mortes! »

— «Cumpra-se a vontade de Deus, foi a única resposta de Coqueiro! »

## O ORATORIO

Confirmada a sentença — *de morte* — pela Relação, foram interpostos os recursos de Graça e de Revista, que, como ficou dito, foram abafados, ordenando-se a execução por uma simples *Portaria do Presidente* da provincia.

Esse crime, filho da tyrannia governamental, achou echo na subserviencia da Magistratura, e Manoel da Motta Coqueiro foi barbara e despoticamente assassinado com violação da lei escripta, expressa, contra todas as regras, contra todos os preceitos do direito!

O curso dos recursos foi cortado!

O Tribunal de Revisão podia ter minorado a pena e fatalmente o faria, em vista da ausencia de provas; como cumprir-se si Coqueiro estava morto?!

O Imperador poderia ter commutado a pena de morte; como cumprir-se? Coqueiro era cadaver!

Os recursos interpostos foram abafados e o Governo, precisando de fazer desaparecer os documentos probantes de um tal corpo de delicto, precisando de occultar a execução por *Portaria*, avocou os autos do archivo de Polycarpo Francisco Vasconcellos, Escrivão e Tabellião em Macahé, e para ali nunca mais voltaram. Existe o registro d'elles no Livro de Tombo do Cartorio, mas lá está vago o lugar que occupavam no Maço 383, si bem me lembro... *e assim se escreve a historia.*

No dia 23 de Agosto de 1885, já o paciente fôra apresentado ao carrasco como é de praxe e era o 1º dos 3 dias concedidos aos condemnados á morte, para dispôrem da sua vida.

Teve ingresso na prisão o padre Freitas, aquelle santo de quem já tanto nos occupamos.

As horas correram longas; o silencio absoluto só era quebrado pelos passos da sentinella.

A horas altas do dia retirou-se o padre hesitante; parou por algum tempo á porta, indeciso, sobre que rumo tomaria.

Os olhos avermelhados, as faces intumescidas e o desalinho das vestes revelavam alguma cousa de anormal que se passara durante a visita sacerdotal.

Ao canto da Rua da Praia, fazendo esquina com o Beco do Caneca, residiam os dois irmãos João Luiz Martins e Antonio Luiz Martins, mais conhecidos por Martins Gordo e Martins Magro.

Eram negociantes de fazendas.

O Martins Gordo, padrinho de baptismo de quem escreve estas linhas, era Vice-Consul de Portugal. Homem muito estimavel, judicioso, intelligente e de alguma cultura, era querido da população e era em seu estabelecimento que durante o dia e a noite, se reuniam as pessoas gradas da localidade em amistosso colloquio.

O padre Freitas era íntimo da casa, que frequentava, quando vinha da Fazenda e onde por vezes pernoitava.

Foi para ali que o padre Freitas se dirigiu.

Discutia-se com calor o caso Coqueiro, de quem era João Martins acerbo defensor e o tinha por innocente.

O Pe. Freitas, cabisbaixo, transpoz o balcão a passos lentos, e penetrando no interior da casa, atirou-se inerte sobre uma poltrona, no gabinete dos irmãos Martins.

Não o quizeram perturbar na sua dôr, bem vizível sobre o seu semblante afogueado.

Passados minutos, arrancou do peito fundo suspiro e exclamou, com os braços erguidos: — *Porque, Igreja do Senhor, não quebras esse misterioso sigillo do confissionario?! Ao menos para salvar a vida de um innocente e conjurar este medonho erro judiciario?!*

*Meus amigos*, exclamou ainda, dirigindo-se aos cavaqueadores, que d'elle se acercaram: — *Dentro de poucas horas a sociedade sellará com o sangue de um Martyr a sua perversidade!*

Paro aqui; não posso avançar mais!

Nunca mais o Pe. Freitas voltou ao assumpto e quando alguém dizia ser Coqueiro a — *Fera de Macabú* — limitava-se a sorrir — e responder: — *para a Justiça dos homens! Deus os julgará!*

O Pe. Freitas, homem intelligente, illustrado, a esse tempo ainda bem conservado e forte, sondou a alma de Coqueiro até aos seus ultimos arcanos.

O que entre elles se passou, de que meios, de que argumentos se serviu Coqueiro para innocular no espirito do padre uma tão funda convicção, ninguém o sabe!

Porque fórma pôde o sacro investigador chegar á certeza da innocencia de Coqueiro? Outro mysterio, que até hoje permanece indesevendavel!...

Que confissão lhe teria feito o penitente? Que explicações lhe teria dado, tão justas, tão claras, tão verosimeis, tão acdeitaveis, que lhe geraram n'alma a certeza physica, moral e metaphysica da innocencia do Coqueiro?

Mysterio!

E entretanto o padre Freitas não hesitava, não titubeava, nunca vacilou, um momento sequer, para asseverar com a convicção de um justo, que Motta Coqueiro era innocente.

A palavra d'esse homem que a todos dominava; o respeito que infundia a sua pureza; o longo tirocinio de uma vida sem jaça, tudo isso impunha a sua opinião; contra ella, mesmo os mais acirrados accusadores se abstinham de contestar.

A opinião do padre Freitas foi-se insinuando a pouco e pouco na opinião publica; foi ganhando raizes, até que ganhou vulto e então já não havia manifestações seguras, mas a duvida e algumas censuras á precipitação da justiça.

Eis porque, os ultimos dias de Coqueiro se passaram em relativa tranquillidade, não mais foram perturbados pelos rugidos da população em colera.

O prestito que acompanhou Coqueiro até ao patibulo, marchava silencioso, cheio de unção, de recolhimento; o dó já se manifestava em alguns semblantes; em todos, a commiserção por tão grande infortunio!

Valha ao menos este consolo, ainda que tardio, para a mais desgraçada e tocante de todas as victimas, quantas tem cahido sob o cutello do algôz.

O sclerado de hontem transformava-se no martyr de hoje.

## ULTIMA RATIO

Desviadas assim as vistas de Coqueiro, a opinião publica precisava de derivar por uma outra corrente que justificasse a quasi absolvição de Coqueiro.

Não sei, não se sabe com que fundamento começou a apparecer, embora como luz muito frouxa, a idéa de que fôra a mulher de Motta Coqueiro a fonte de todo aquelle drama de sangue.

Dizia-se que ella, tendo tomado em grosso a affronta feita a seu marido, mandára, como desforço, dar uma sova em Francisco Benedicto, por Faustino, Flôres e dois escravos, visto que Benedicto era tido e havido como homem decidido e de coragem.

Que os mandatarios, por estupidez, não escolheram occasião asada e estultamente atacaram Francisco Benedicto em sua propria casa. D'ahi, a medonha lueta que se travou, havendo oito victimas do lado atacado e não se sabe quantas do lado atacante.

Esta idéa se avolumou a pouco e pouco, chegando-se a diversas conclusões, todas ellas em prol de Coqueiro. Diziam os adeptos d'essa idéa, que foi essa revelação feita ao padre Freitas, no confissionario, por Coqueiro, que a recebêra de sua propria esposa, em intima confidencia.

Que em tal caso, a denuncia de Coqueiro seria inutil, pois estando já condemnado, só prejudicaria á sua mulher, sem lhe aproveitar a denuncia.

Estes boatos se converteram em voz publica, em vista da presença do cavalleiro, que vinha denunciar sua propria mãe, pois era elle o Cabral, collecter de Campos, enteado de Coqueiro, facto que se deu no proprio dia da execução de Motta Coqueiro.

Esses boatos não têm valor algum, porque o ultimo acto, as ultimas palavras de Coqueiro, os desmentem.

Si elle houvera feito essa revelação ao padre Freitas, certamente teria gerado a certeza da sua innocencia.

Si a fraqueza maternal tivesse levado a mãe de Cabral a fazer essa confissão a seu filho, este não a denunciaria nunca, por inutil!... Era muito tarde, quando mesmo tivesse tido a força de vencer os impulsos filiaes. Em todo caso são méras conjecturas sem assento razoavel.

D'ahi se infere o mais poderoso argumento, em todo caso, a favor de Motta Coqueiro e até de sua propria mulher.

Coqueiro era homem extremoso pela familia e tinha por sua mulher um verdadeiro culto de adoração e amisade.

Todos o attestam em Campos.

Sabendo que a reputação de sua esposa estava em jogo, como mandante de tão asqueroso e diabolico attentado, elle perdido, já no patibulo, com o baração ao pescoço, o carrasco ao lado, não reiria levado para o tumulo a chave do mysterio!

Não teria levado consigo a decifração do horrendo segredo, com prejuizo de sua esposa, deixando que tão negra pécha; tão medonha imputação, poisasse sobre a sua frente até então immaculada.

Sim; elle teria concentrado, em sua pessoa, todas as responsabilidades do horrivel crime!

Os remorsos o teriam pungido no ai da suprema convulsão!

A ser verdade, que tivesse sido ella a mandante e que o tivesse confessado a seu desventurado esposo, seria uma razão de mais, para que Coqueiro, no ultimo lance, tivesse tido o heroismo da confissão,

encampando o acto da propria esposa.

Seria para elle o supremo consolo.

Morrer, chamando sobre si a execração publica, no ultimo momento, para salvar o nome da esposa, que sentiu as chicotadas tanto ou mais do que elle, que levou a desafronta de seu marido cuja honra estava maculada, *in aeternum* por instrumento aviltante, até ao tragico desenlace da execução de suas ordens, embora excedidas... seria para Motta Coqueiro o ultimo esforço da devotação, seria a palma do martyrio pela familia.

Mas não!

Os boatos não o podiam ter impressionado, sabendo-os calumniosos!

Si n'elles acreditara e o tivesse confessado ao padre Freitas, fazendo a terrivel revelação, o padre Freitas, n'esse caso, lhe indicaria um dos dois unicos caminhos a seguir: — *Confesse, mande chamar a justiça; é um sacrificio feito para salvar aquella que por si se sacrificou!*

*Negue, se não quer confessar, mas n'esse caso denuncie a criminosa, sacrifique-a á sua innocencia!*

*Mudo, não pôde ficar; a sua mudez será a perda de ambos!*

*Um, morto pelo carrasco!*

*O outro, pela calumnia!*

Inabalavel, Motta Coqueiro negou a autoria do delicto, até ao ultimo momento!

*Morro innocente*, foram as suas ultimas palavras!

Este argumento irrespondivel, gera em absoluto a innocencia de Coqueiro.

Porque não confessou, para salvar a honra de sua mulher?

Porque elle de nada sabia; ella nada lhe confessou, alias teria feito, porque então sabia da procedencia do crime; era seu dever salvar aquella que se sacrificou para lhe salvar a honra.

Innocente perante sua consciencia, sem um fio de Aryadne, que o guiasse nas mil evoluções do labyrintho onde se achava preso e perdido, ergueu os olhos ao Ceu e com a mão na sua consciencia pura, ilibada, cuspiu nas faces da Justiça e do povo que o julgára e condemnára, seu ultimo protesto, o ultimo brado da sua consciencia, o ultimo grito de revolta contra a mais tyranica, a mais injusta, a mais infame das condemnações:

*Morro innocente!*

## A PROVA CIRCUMSTANCIAL

Esta prova fementida e traiçoeira é aquella que mais tem ensanguentado os annaes da criminalogia!

Essa indigna prova, repudiada pela razão, pelo senso commum e que tanto no Codigo Penal do Imperio, como no da Republica se acha banida e morta pela santa disposição: — *Por indícios ou circumstancias, ainda os mais vehementes, não se poderá impôr pena*, ceifou a vida de Coqueiro, como a de muitos outros, em casos analogos a este, pairando sobre as victimas sempre o sophistico, falso e terrivel argumento: — *Post hoc, ergo propter hoc!*

Era a prova invocada sempre, nos tempos barberescos e uma de suas primeiras victimas foi Pulcher, grande general Romano no tempo da Republica.

Existia então a Divindade denominada *Os Pintos sagrados*. — Estes Pintos guardados pelos *Vestâes*, como era o *Fogo Sagrado*, eram consultados sobre os grandes lances da vida nacional.

Declarada a guerra á poderosa Republica de Carthago, marchou Pulcher para a Africa á frente de uma formidavel expedição.

Lá iam os *Pintos Sagrados*, para dizerem sobre os resultados da campanha.

Eram consultados dando-se-lhes de comer e de beber; si comiam e bebiam, estava salva a Patria; si tinham fastio, estava tudo perdido. Na travessia do Mediterraneo, Pulcher consultou os *Pintos Sagrados*, que não quizeram comer. Pulcher, homem intelligente e desabusado, agarrou nos Pintos e atirou-os todos ao mar, exclamando:

— *Não teem fome? Talvez tenham sede.*

Chegado á Africa, foi completamente derrotado por Annibal, o maior general do seu tempo, sobrenomeado o *Terror dos Romanos*.

Voltando Pulcher, foi preso e executado, por ter sido vencido, em razão de ter violado a Divindade dos *Pintos Sagrados*.

Os *Pintos*, irritados, determinaram a derrota de Pulcher e só com o seu sangue, offerecido em holocausto, se lhes applicaria a ira.

— *Post hoc, ergo propter hoc.*

\*

\*

\*

Não admira que em tempos tão remotos, em que a civilização era embryonaria, quando ainda no seculo XVIII se usava a prova do fogo, muito mais estúpida que a dos *Pintos Sagrados*.

Aquecia-se uma barra de ferro, até ficar rubra; si o criminoso a segurava, candente, com as duas mãos, sem *queimál-as*, era innocente. Ora, como é lei invariavel, — *que o fogo queima* — estava feita a prova: — queimou-se, logo é criminoso!

— *Post hoc, ergo propter hoc*.

Seguia-se a execução.

Da mesma fórma se operava, fazendo o criminoso atravessar descalço, um extenso brazido. Como todos se queimavam fatalmente, não havia innocentes.

\*

\*

\*

Esta prova levou tambem o santo abbade Leothad ás galés de Brest, sempre pelo mesmo argumento.

Este abbade era muito esmoler; havia uma menina, que ia todos os sabbados á cêrca do convento receber do abbade as provisões e esmolas que lhe dava.

Em uma d'essas occasiões, em um d'estes sabbados, apparece a menina no lugar costumado, desflorada e morta.

Foi o abbade preso e condemnado á pena de galé, onde morreu, sem mais preambulos: — *Post hoc, ergo propter hoc*.

Estava provado o crime!

\*

\*

\*

Calas tinha um filho commerciante, que morava em sua companhia.

As luctas religiosas estavam no auge e pai e filho, professando diverso *credo*, travaram-se por vezes, em discussões azedas.

Em certa noite, á ceia, a discussão tornou-se tão violenta, que chegou ás reciprocas ameaças.

Pela manhã apparece o filho enforcado na travessa de uma porta. Calas foi preso e levado á guilhotina, sempre pela prova fatal: — *Post hoc, ergo propter hoc*.

Dias depois, no bolso de uma calça do enforcado, encontrava-se a declaração escripta e assignada do punho de Calas Filho, communicando á familia e á policia, que se suicidava, porque estava perdido, estava fallido!

\*

\*

\*

No Largo do Capim (antigo) foi enforcado o preto Joaquim, *cego*, que morava com seu senhor, negociante rico.

Ninguem mais morava na casa. Era o preto quem fechava a casa, porta da rua e era quem de madrugada acordava seu senhor, que para isso deixava a chave sob a porta do quarto.

Em certa manhã o preto vae despertar o senhor e este não deu signal de vida.

Chamados os visinhos, estava o commerciante morto, degolado com a faca de propriedade de Joaquim, encontrada cravada no peito do morto.

Joaquim estava com as mãos e as roupas tintas de sangue. Joaquim era cego, vivia em eterna escuridão.

Foi enforcado!

Annos depois appareceu o criminoso, que confessou o crime com todas as particularidades do caso.

Já estava occulto no proprio quarto de Joaquim, que o não podia vêr por ser cego e praticou o crime com a faca do negro.

Joaquim ensanguentou-se quando fôra acordar o senhor.

Foi enforcado, pela regra fatal. — *Post hoc, ergo propter hoc.*  
Moravam só os dois; o assassino, é claro, era Joaquim!

Além d'estas victimas da prova circumstancial, vem a pêllo narrar dois factos, que são de uma eloquencia esmagadora, capazes, cada um d'elles, por si só, de gerar no espirito do leitor, o horror que inspira a prova circumstancial.

## JOÃO VAUBARON

Era este homem um gravador notavel e esculptor.

Cahiu em desgraça, por motivos que não vem ao caso relatar e quando a fome penetrou-lhe no lar, foi empenhando e depois vendendo a um tal Rodille, adello que morava no rez-de-chaussée do sobrado que habitava Vaubaron, com uma única filha.

Todos os seus finissimos instrumentos, do mais puro aço, tinham o seu nome gravado no cabo.

Os fundos da casa de Vaubaron tinham uma sacada, que se debruçava sobre as cocheiras do Barão de Belleville, fidalgo que morava com uma única creada, que tinha em sua companhia.

Em certa manhã, não se abrindo a casa do Barão, a policia penetrou nella e deparou-se-lhe o horrivel quadro: — a creada morta, sobre uma cadeira; o Barão morto, tendo espetado no coração um estilete com o nome J. Vaubaron gravado no cabo, o mesmo com que fôra assassinada a creada. O cofre estava aberto e saqueado, bem como os bolsos do Barão.

Da sacada de Vaubaron estava ainda pendente uma corda de nós, que attingia o telhado da cocheira e estava ensanguentada nos nós, onde o assassino pousava as mãos para se firmar na escalada da janella.

Dada a busca na casa de J. Vaubaron, ahi encontraram a filha morta, já rigida, sobre um leito.

Examinadas as gavetas, ahi encontraram a carteira com o monogramma do Barão, atravessada pelo estilete, ensanguentada, bem como como as notas, que se achavam dentro.

Além d'essas, mais tres maços de outras não ensanguentadas.

Foi preso Vaubaron e condemnado á pena de galés perpetuas, para Toulon.

Que prova se pôde desejar mais absoluta e certa?

Como duvidar da autoria de João Vaubaron, diante de provas tão completas do crime? Pois era innocentel!

A que erros nos leva a prova circumstacial!!

Pasmará de certo o leitor, sem comprehender de que fôrma se poderá explicar a innocencia de Vaubaron, ante taes provas; pois vae saber.

O adello, sabendo que a creada do Barão tinha um amante, associou-se com elle, para roubarem o Barão, que além de ser um usuario muito rico, tinha recebido n'aquelle dia uma forte somma, que trouxera para casa.

Barão ao deitar-se tomava sempre um copo com agua e assucar.

A creada, nas noites em que ali ia o amante, deitava um narcotico na agua do patrão, afim de estar mais á vontade.

Cumpre notar que o amante entrava antes do Barão, que se deitava logo ao cahir da noite e dormia com as chaves do cofre enfiadas no pescoço.

Nessa noite o amante, em vez do narcotico deu á creada um veneno fulminante, que matou o Barão in continenti. Trazia dóse igual, com que envenenou o vinho que a creada estava bebendo e cahiu fulminada.

Com um estilete de Vaubaron apunhalou-a, o mesmo fez ao Barão já morto, deixando o ferro cravado, depois de vestil-o para a scena da carteira e as notas do banco; abriu o cofre, saqueou-o e veio para a casa de Rodille.

Vaubaron perdera uma filha nesse dia, a unica que tinha. Achava-se entregue ao desespero, quando lhe entrou em casa um estrangeiro, dizendo-lhe que ali fôra por indicações de pessoas, que conheciam seu alto merito e ia encommendar-lhe 6 estatuas, sendo preciso tratarem logo, porque tinha de retirar-se no trem das 12 horas.

Trataram por 6 mil francos, que o estrangeiro contou logo ali e pediu um recibo.

Vaubaron desceu ao adello para pedir-lhe papel, que não tinha.

Nesse momento o estrangeiro atou a corda de nós á sacada e meteu por detrás de diversas peças de material, a carteira com as notas ensanguentadas.

Retirou-se tranquilamente e João Vaubaron bem disse á Providencia, que lhe trouxera aquelle auxilio para enterrar a filha querida.

No seguinte dia, a cada surpresa de Vaubaron ante as provas da sua criminalidade, exclamava a policia: — *Que grande hypocrita, que artista!*

J. Vaubaron condemnado, fugiu das galês de Toulon, acto que assombrou o mundo policial de então e elle proprio, que hoje tanto em voga, descobriu os assassinos, que entregou á justiça e foram executados, tendo confessado o crime.

J. Vaubaron foi largamente indemnizado de tal erro judiciario.

Eis, leitor, o valor da prova circumstantial!

A que erros nos conduz!!

Corre mundo um drama feito com as peripecias do assassinato de Lezurques.

Havia um correio que viajava de Paris para Lyon.

O estefeta, que nessa occasião levava valores importantes, foi assassinado, saqueadas as malas e roubados os valores.

Duas mulheres viram Lezurques na policia e o reconheceram como tendo estado no logar do delicto, poucos momentos antes do assalto, com mais quatro e elle cinco.

Lezurques protestou sempre pela sua innocencia e em sua defesa apresentou um *Alibi* que foi sustentado por 15 testemunhas.

Nada d’isso lhe valeu e tinha de succumbir sob a logica infernal do ‘*Post hoc, ergo propter hoc*’, tinha de ser victimado pela prova circumstantial!

Na verdade, foram cinco os assassinos e as mulheres juravam com a maior firmeza e certeza, que ali viram Lezurques.

E ellas não mentiam!

E Lezurques lá não esteve!

Tudo foi inutil e a cabeça de Lezurques rolou para dentro da cesta da guilhotina, como um dos ladrões assassinos do correio de Lyon.

E elle era innocente!

As mulheres o viram, não mentiram!

Como explicar?

Entre os assaltantes havia um moço que era o perfeito *Sosias* de Lezurques.

Do mesmo corpo, eram tão parecidos, que se confundiam.

Chamava-se elle *Dubosc*.

Foi esse que as mulheres viram!

Reconheceram-n’o na pessoa do infeliz Lazurques.

Ellas não mentiam!

Cinco testemunhas mais, Vieram em apoio das mulheres.

Todos elles diziam a verdade.

Mais tarde, foram todos presos e reconhecida a innocencia de Lezurques.

O parlamento, a despeito do reconhecimento publico e provado da innocencia de Lezurques, nunca rehabilitou sua memoria e apenas como ficha de consolação, mandou restituir á familia de Lezurques, os bens que lhe haviam sido confiscados.

Henri Sanson commentando o acto do governo, ridiculo e repulsivo ante tão monstruoso attentado, qual a morte de um innocente, por um erro judiciario, exclama na sua obra: *Que miseravel consolação! Um punhado de ouro, como balsamo, sobre uma chaga na honra!*

Assim, neste processo atropelado, as investigações descobriram os assassinos; Courriol denunciou cinco e foram guilhotinados sete! Entre elles Bernard, que apenas participou do roubo e Lezurques, a victima principal.

Lezurques era um homem frio, calculado e de coragem. Recebeu a noticia da sua condemnação á morte com uma calma stoica, uma resignação imperturbavel. Despediu-se da sua familia com sangue frio e coragem.

Retirou-se para a sua prisão; cortou os cabellos que dividiu em diversos pacotes sobrescriptados, cada um d'elles a seu destino e em seguida escreveu duas cartas: á mulher e a Dubosc.

A carta que Camillo Desmoulins escreveu a sua idolatrada Lucilia e que tantas lagrimas tem arrancado aos leitores, não é mais tocante do que a de Lezurques.

Em baldo Courriol, o chefe do assalto, confessou o crime, declarando ainda nas escadas do cadafalso, que Lezurques ia morrer innocente!

Não me posso furtar ao prazer de dá-la na sua integra, tanto mais que, rarissimas são as pessoas que a conhecem.

Eis a carta:

« Quando lêres esta carta, eu já terei deixado de existir; o ferro cruel terá cortado o fio de meus dias, que eu havia consagrado a ti, com tanto prazer. Era meu destino e a elle não se foge nunca. — *Eu devia ser assassinado juridicamente*. Sim! Conformei-me com a minha

triste sorte e affrontei-me com uma constancia e coragem dignas de um homem como eu. Devo esperar que imites o meu exemplo? Tua vida te não pertence; pertence toda ella, inteira, a teus filhos e a teu esposo, si te foi caro. E a única coisa que peço, o unico voto que faço. Has-de receber meus cabellos, que tu terás a bondade de conservál-os; quando nossos filhos já estiverem crescidos, tu lh'os entregará, como unica herança que lhes deixo.

Digo-te um eterno adeus. Meu ultimo suspiro será para ti e para meus desventurados filhos. »

Depois de ter escripto este testamento conjugal, dobrou a carta e traçou, com mão firme, o sobrescripto: *A cidadã Viuva Lezurques.*

\*

\*                      \*

Em seguida escreveu a Dubosc a carta que segue:

« *Ao cidadão Dubosc.* — Espero que aquelle, em lugar de quem vou morrer, se contente com o sacrificio de minha vida. Si vier um dia em que cáias nas garras da justiça, lembra-te dos meus tres filhos cobertos de opprobrio, de sua mãe no auge do desespero e não prolongues por mais tempo tantos infortunios causados pela semelhança fatal que nos levou a uma confusão funesta. »

Quando se aproximou o carrasco, dirigiu-se a elle, dizendo:

« Cidadão: eu espero, por honra da justiça, que as vossas funcções não se limitem só a, muitas vezes, derramar o sangue de um innocente. Devo crêr que não será insensivel ao ultimo pedido de um infeliz, que vae suffer uma morte immerecida.

*Ao homem que não pôde salvar sua vida, só resta-lhe o dever de salvar sua honra.*

É por isso que confio á vossa probidade estas linhas, a que dareis a maior publicidade possivel; ellas deverão fazer recobrar a minha viuva desolada e a meus pobres filhos a honra de seu nome tão cruel e injustamente vilipendiada. »

Morreu como um heroe!

A mãe morreu louca e a mulher só recobrou a razão no fim de 7 annos.

Quatro annos depois foram presos os restantes e entre elles Dubosc, que não correspondeu ao appello de Lezurques.

Correspondeu, porém, Roussy, que como Courriol, confessou o seu crime, proclamando a innocencia de Lezurques.

Foram todos guilhotinados.

Medite o leitor, meditáe juizes!

Estes exemplos são de uma eloquencia contristadora!

Os erros judiciarios determinaram uma vasta serie de assassinatos juridicos de tal fórma assombrosos, que as nações cultas puzeram-lhe um paradeiro, com o salutar principio da abolição das condemnações só por *provas indiciarias, presumpções ou circumstancias*.

O Brasil acompanhou o movimento e seja no Codigo do extincto Imperio, art. 36, seja no da Republica, art. 67, ficou taxado em lei que por *presumpções, indícios ou circumstancias*, por mais vehementes que sejam, por *elles não se poderá impôr pena*.

Entretanto, essa salvaguarda, para a liberdade e a vida, a despeito dos progressos da humanidade e do largo desenvolvimento que tem tido as diversas escolas penaes, tem sido por vezes violados esses principios, retrocedendo a nossa magistratura aos tempos idos da tortura e do atrazo criminal, não fazendo excepção os nossos Tribunaes Superiores, seja por menos detida attenção, seja por darem á prova circumstantial valor que não tem, enveredando assim por falsas pistas, por ella apontadas.

A resignação e a paciencia do condemnado não se esgora nunca, nas diversas phases do processo, pois, lobriga, ao alto, lá em cima, muito longe, a luz da esperanza, que illumina no Supremo Tribunal Federal a imagem da Justiça!

E o ultimo marco da jornada judiciaria, onde o desgraçado pouosa o caculo do caminheiro na dolorosa peregrinação pelos carceres!

E o oasis onde espera desalterar-se da sêde que o devora.

Ai do desgraçado si lhe foge dos olhos a miragem!

Não há mais para quem appellar!

Foi-se a ultima esperanza; só lhe resta o carcere e gemer!

O som d'esses gemidos não perturbam o somno dos juizes, porque elles agiram tambem enganados, erraram na bôa fé!

Não lhes cáia sobre a cabeça as maldições que não merecem; aproveitem a dolorosa lição.

## EXPLICAÇÕES

Em regra os indícios, as *presempções* e as *circumstancias*, são agrupadas em uma *synonymia hybrida*.

Entretanto são cousas mui distintas, tanto, que cada uma d'ellas representa um papel diverso, na ordem das investigações.

Cada qual tem o seu valor, ora moral, ora material e quando todos elles, partidos de diversos pontos, vem-se enfeixar no facto, se convertem na prova a que em direito chamamos *circunstancial*, que sendo a mais perfeita das provas, é tambem a mais perfida.

Vejamos onde começam e onde findam.

## AS PRESEMPÇÕES

Vem de presumir, a palavra o diz. Não é uma prova: é uma mera conjectura deduzida de actos ou factos conhecidos.

É uma opinião, um juízo que o individuo elabora na sua razão, no seu criterio e depois de meditar sobre elle, tira uma conclusão. É um conceito, não é prova. Tem valor moral, não tem nenhum juridico.

É uma opinião.

## OS INDÍCIOS

O *indicio* tem valor juridico; é um signal, uma pegada, um rasto, um *quid*, que indica o caminho seguido pelo criminoso; é uma luz tenue que bruxoleia nas trevas, sem aclarar o *mysterio*.

Assim como o *indicio* póde levar o investigador pelo bom caminho até fazê-lo esbarrar com o criminoso, tambem póde abrir-lhe falsas pistas que o levem a erros deploraveis.

Um lenço com a marca que usa um certo individuo é um indicio, visto ter sido achado no logar do delicto.

Não é uma prova; longe d'isso; outros podem ter lenços iguaes, do mesmo fabricante, com a mesma e identica marca.

A presença do lenço, pois, não attesta a presença do dono, mas do portador d'elle, que tanto póde ser o dono, como outro qualquer.

Mil indícios não farão nunca uma prova segura, ao que chamamos prova plena ou prova provada, salvo nas condições que contaremos, quando se resolvem pela circumstancial.

Poderia até ter sido subtraído o lenço para ser largado no lugar, estabelecendo *ab initio*, uma pista falsa para o investigador.

## A CIRCUMSTANCIAL

E constituída por circumstancias correlactas com o facto, a elle ligadas, antes, durante e depois de realizada.

E esta aquella que mais facilmente induz em erro e de todas a mais perigosa.

Entretanto esta prova quando atira as antennas, como um polvo e circunda o criminoso, excluindo todas as hypotheses possiveis, reduzidas ao absurdo, por circumstancias que só pelo facto são explicaveis, ella se converte em *prova provada*, só n'este caso.

Exemplifiquemos:

— Em Olinda estudava direito um moço de nome Vasconcellos, oriundo de uma familia rica e distincta do Maranhão.

Este rapaz namorava a mulher de seu correspondente, morador á Rua das Cruzes, no Recife e com quem ia jantar aos domingos. O marido desconfiou, espreitou e em certo domingo, á noite, quando o rapaz despediu-se, disse-lhe o marido: — *Está muito calôr, eu vou com você até Olinda.*

Montaram a cavallo e partiram, tomando a estrada do Isthmo.

Chegados a um logar deserto, o marido matou o rapaz e regressou silencioso e com cautella.

O rapaz foi apunhalado.

Um soldado que vinha de Olinda para o Recife, encontrando o cadaver pela madrugada, tirou-lhe o relógio, corrente, carteira, dinheiro e raspou-se.

Divulgado o caso, tendo toda a gente visto entrar o soldado ensanguentado, o que lhe aconteceu quando fazia o saque, interrogado, revistado, achou-se o roubo, que o soldado confessou, negando a autoria do assassinato.

O soldado foi condemnado á morte; commutada a pena pelo Imperador, jazeu 14 annos em Fernando de Noronha, até que o assassino — in extremis — confessou o crime ao doutorzinho, ao padre que o confessou e autorizou-o a fazer estas declarações depois da sua morte.

O padre cumpriu e o soldado foi perdoado do resto da pena.

Mais factó é verdadeiro, está nos Annaes e me foi relatado pelo meu excellente amigo Desembargador Cintra, então contemporaneo d'esse rapaz, o pobre e infeliz Vasconcellos.

Todas as circumstancias que se prendem ao factó, antes, durante e depois, demonstram que o soldado foi o criminoso e nenhuma outra pista se abriu.

Entretanto tudo era falso!

Vamos converter estas circumstancias e outras em prova provada, de fórma a demonstrar indubitavelmente a autoria do delicto.

Reconstituamos a hypotese.

O marido, por um espelho, via quando a mulher entregou uma carta ao Vasconcellos.

Resolveu matál-o e para isso o acompanhou e matou.

Deu-lhe a primeira punhalada nas costas e a segunda no peito, do lado do coração.

Esta segunda punhalada atravessou a carta, que o rapaz mettêra no bolso esquerdo do paletot.

O rapaz cahiu morto e o marido apeou-se para tirar a carta do bolso e arrancar o punhal.

Feito isto, montou de novo a cavallo e voltou.

Quando porém apeou-se, como ambos os cavallos eram russos e do mesmo tamanho, igualmente arreados, enganou-se e em vez de tomar o proprio, montou no do rapaz, ficando o outro a vagar pelas immediações.

Passa o soldado, faz o saque e é preso logo no quartel.

Transeuntes, que conheciam o cavallo do marido, lh'o vieram trazer, sendo extranho ter sido encontrado arreado no logar do delicto.

Nenhum valor tem; na viagem elle negociára com o rapaz, os cavallos arreados, adquirindo o d'este, em que voltou.

O outro estava vagando porque mataram o dono.

Porque sahiram juntos? Porque nos domingos sempre acompanhava seu amigo até meio caminho.

Tudo isto é muito verosimil.

Dada a busca em casa, encontra-se a carta que a mulher dera a seu amante, furada ao centro e ensanguentada.

A mulher reconhece a carta.

Continuada a busca, encontra-se o punhal, com a ponta quebrada, embora perfeitamente limpo.

Feita a autópsia no cadaver, encontrava-se a ponta do punhal cravada em uma costella fixa; collocada na ponta quebrada do punhal, ajusta perfeitamente e completa o instrumento que assim fica integrado e completo.

Examinados os arreios e o cavallo, apresenta este nodos de sangue sobre o pêllo russo: procurada a procedencia, verifica-se que foram prosuzidas pelos riscos de sangue encontrados na face interna da manta, onde o assassino limpára o punhal.

Cotejado com o orificio da carta, vê-se que tem a fôrma do punhal, que é triangular.

A carta ainda esá fechada, não foi aberta, o que prova que o assassino não perdeu nunca de vista o assassinado, que não chegou a lêr a carta.

Collocada a carta no bolso do paletot, que vestia o morto, o orificio da carta fica na linha justamente da solução de continuidade do paletot e do ferimento.

A prova circumstancial aqui, é de uma certeza absoluta. Não há argumentos, não há hypotheses possiveis capazes de explicar as circumstancias ligadas ao factó, a não ser pelo proprio factó.

Ella circumda o criminoso, encarnou-se n'elle de fôrma a não poder ser desligada.

O povo, que é o factó, enlaçou o criminoso com as antennas.

Vejamos:

Como explicar-se a ponta do punhal cravada na costella, a não ter sido levada ali pelo proprio punhal, que até lá penetrou?

Quem poderia ter ali cravado o punhal, a não ser o dono?

E a ponta não seria de outro punhal?

Não, porque ella completava o resto da lamina em poder do marido.

Porque fôrma veio a carta ter ás mãos do marido?

Teria sido entregue pelo rapaz ou teria cahido do bolso?

Não, porque ella, n'esse caso, não estaria furada, nem ensanguentada, como estava.

Além de tudo, o orificio da carta coincidindo com o do paletot e do corpo, prova que a carta estava no bolso do rapaz, quando foi dada a punhalada e só depois foi tirada.

Por quem?

Pelo que deu a punhalada.

E quem foi elle?

O marido que a tirou e tinha-a comsigo ou alguém para isso commissionedo.

Em ambas as hypotheses o marido é o assassino ou o autor mandante do assassinato.

A responsabilidade é a mesma, ainda que tivesse havido a intervenção de terceiro ou um mandatario.

Todas as hypotheses, todas as conjecturas, veem morrer de encontro ao testemunho mudo e eloquente da prova circumstantial, que aqui se converte em *prova plena absoluta*.

Os indicios de per si, não constituirão nunca prova plena, salvo quando ligados se enfeixam e convertem na prova circumstantial.

No caso vertente, a partida dos dois é uma simples *Presumpção*, visto que um morreu.

O cavallo do marido vagando no logar do crime, é um indicio, é a pégada, a prova de que esteve no logar, mas d'ahi não se conclue que fosse o assassino: poderia até ter sido aggredido com o rapaz e, cahindo ambos na lucha, fugiu no primeiro dos cavallos que se lhe deparou e era do companheiro.

Tudo isto é natural e verosimil.

Mas a carta? O punhal? O sangue da manta e do cavallo?

Não tem explicação; demonstram o facto, com certeza a segurança.

Os indicios apontados, explicados pela *prova circumstantial*, se condensam n'ella e n'ella se convertem.

Si não fôra a confissão *in extremis, in articulo mortis* e a revelação autorizada ao Padre, o soldado continuaria a ser o assassino e a justiça tarde ou nunca se aperceberia do seu erro, guiada pela prova circumstantial, fallaz e enganadora!

\*

\*

\*

Em contraposição, exemplificada e estudada em todas as suas evoluções e meandros, torna-se de todas a mais certa, si pôde resolver as hypotheses suggeridas para sua destruição.

No caso affirmativo é prova provada; no caso negativo não é prova absoluta, desde que haja uma hypothese que possa illidil-a. Apresentemos a única no caso do estudante de Olinda.

\*

\*                      \*

Conforme ficou dito, a *presumpção* não é prova.

O *indicio* pôde raramente levar o investigador á verdade, quando alliado a outras provas. Por si só, qualquer que seja o numero d'elles, nunca constituirá prova.

São auxiliares da *circumstancial*.

Esta prova, porém, perfida e fallaz, é a mais perfeita de todas, em raros casos, em certas e determinadas condições.

A prova *circumstancial* é perfeita e soberana, quando interrogada sobre as mil hypotheses aventuradas, ella responde a todas as interrogações e resolve todas as hypotheses aventadas, pelo proprio factio, jungindo-as a elle.

No caso do estudante de Olinda, a despeito da certeza da prova, podia ella ser illidida por uma hypothese e é: — O assassino é inimigo do marido e do estudante, resolvendo matar este e atirar sobre o marido a responsabilidade do crime.

Sendo amante da creada, que lhe deu sciencia da carta fatal, obtem d'ella a entrega do punhal em questão.

Este interventor mata o estudante, tira-lhe a carta que entrega com o punhal, e a creada vae collocál-os no lugar.

Esta hypothese é acceitavel, possivel, verosimil, tanto mais que já tem-se dado.

Mas, responde a prova circumstancial, essa hypothese é inacceitavel n'este caso, porque o punhal estava limpo e ao contrario deveria estar ensanguentado, para ter mais valor essa peça de convicção e não limpo.

A carta ainda fechada, explica-se: O marido matou e tirou-a de noite. No escuro não podia lêr.

Em qualquer lugar em que houvesse luz, também não, porque seria denunciar-se, estando ella ensanguentada.

Chegado a casa azoradado pelo crime e temendo ser surpreendido pela mulher, com quem dormia e perante quem lhe convinha dissimular e muito, escondeu a carta para lêr mais tarde, o que não fez, porque a policia a apprehendeu.

Demais o marido lá esteve na occasião do delicto, do que deu *indicio formal* o seu cavallo ali encontrado.

Tanto esta hypothese é gratuita, que o marido voltou no cavallo da victima: o marido tendo n'elle montado e voltado, é outro indicio da sua presença, pois, só podia montar o cavallo da victima, estando ella desmontada; logo o marido esteve e si tivesse havido este terceiro, o interventor, o marido teria visto e seria o denunciante.

Mas, diz ainda a prova circumstancial, há uma circumstancia capital, que se não póde explicar de fórma alguma pela mediação do interventor.

É o sangue na face interna da manta e é a propagação d'elle pelo pêllo russo do cavallo, que não tinha nenhum ferimento, nem mesmo uma cesura de morcego.

Ora tendo o marido vindo n'aquelle cavallo, que soltou ao chegar a casa e guardou os arreios, o sangue da manta só se explica pela limpeza do punhal e o cavallo pela fricção da manta. O sangue, a troca dos cavallos, a carta e a ponta do punhal são circumstancias que ligam, como um mediador plastico, o marido ao delicto.

É perfeita, absoluta, porque explica todas as hypotheses e objecções por circumstancias ligadas ao facto.

Entretanto esta prova absoluta, irresistivel, em relação ao marido, foi fallaz em relação ao soldado, victima de um erro judiciario.

Desde que confessou que saqueára o cadaver, ensanguentando-se, mas não fôra o assassino, sendo a confissão como é indivisivel, não se podendo decompôr para acceitar o que convem e desprezar o que não convem, foi um erro ou perversidade condemnál-o á morte, por crime que não estava provado, visto que a única circumstancia que o ligava ao facto delictuoso era a achada dos objectos do cadaver, que este saqueou e não o podia fazer sem ensanguentar-se.

Nada d'isso prova que fosse o autor ou tivesse tomado parte no assassinato, nenhuma circumstancia antes ou durante o crime o liga ao facto a não ser a posterior, o saque, que está isolada.

Depois d'este estudo perfunctorio sobre *as provas mudas* marquemos as raias onde começa cada uma e onde finda.

*A presumpção* começa na suspeita e acaba no *juízo formado*.

O investigador reúne duas ideias e elabora na sua razão aquillo que conhece do facto que se deu, o assassinato, em relação a elle.

Sabe que o estudante vinha aos domingos jantar com o correspondente, de cuja mulher era o amante.

Contra o costume, naquella noite acompanhou o estudante, que foi morto e voltou-lhe no cavallo.

O investigador entra em conjectura a ligar, a raciocinar sobre estes incidentes e conclue: — Naturalmente desconfiou ou soube dos amores da mulher e matou o estudante.

Tanto assim é que, enquanto elle matava o rapaz, o cavallo fugiu-lhe e elle safou-se no cavallo do morto.

Não há duvida: *meu juízo está formado*: foi o marido.

Aqui finda a presumpção, que não passa de uma elaboração do senso intimo em volloquio com a intelligencia, depois de pezarem, de discutirem os pontos conhecidos.

Ella fica guardada na consciencia do investigador.

É um juizo formado e nada mais.

Não é prova.

\*

\*                      \*

*O indício* começa no primeiro rasto, na primeira pégada, no primeiro *quid*, qualquer que ella seja, que venha attestar a presença de *alguem*, no campo da acção.

Começa a seguir as evoluções do criminoso como o cão de caça segue o rasto do veado que passou durante a noite pelo feijoal até descobri-lo no covil.

Sahiram juntos a cavallo, diz o investigador; voltou no do estudante. Então é claro que o marido lá esteve com elle no lugar, tanto que trocou de cavallo.

Bem. Minha presumpção está se fortalecendo; tenho este *indicio*.

O cavallo do marido foi visto no lugar do crime; logo elle lá esteve e trocou de cavallo... porque?

É outro *indicio*.

É preciso ir examinar o cavallo; vae, encontra sangue no pêllo; procura, investiga, não encontra lesão que o explique.

Examina os arreios, acha sangue na face interna da manta e coincide com a região ensanguentada do cavallo, que ella cobre.

Logo o sangue é da manta.

Minhas presumpções não falham.

D'onde vem este sangue?

Só o marido que veio no cavallo o póde explicar.

Interroguemos o marido depois de dar-lhe uma busca na casa. Dá-se a busca, encontra-se o punhal (foi morto a punhal) e a carta ensanguentada.

Aqui acabam os indicios.

O punhal, a carta, o sangue, já são circumstancias que se prendem ao facto e n'ellas se convertem os indicios, que agora são outras tantas circumstancias, que o investigador vae ligando até chegar á demonstração.

São factores que mutuamente se auxiliam: — a preempção desperta a ideia e leva o investigador ao campo de acção e mostra-lhe os indicios; estes o vão dirigindo, ás vezes bem e outras vezes mal, até que se enfeixam, se convertem em circumstancias, cujos tentaculos atirados com certeza, ligando o criminoso ao facto, produzem essa prova maravilhosa, como fica exemplificado — a mais perfeita de todas!

O criminoso não explica, não foge, não póde fugir! Por maior que seja o seu talento inventivo, não póde quebrar os liames do polvo e vem morrer em cima do crime!

Todos os criminalistas, dispensamo-nos de citar os nomes, são todos, escreveram sobre os indicios. Os nossos codigos baniram a prova indiciaria para imposição de pena.

A criminalogia moderna, porém, estudando a materia, chegou á perfectibilidade da prova *circumstancial*, aconselhando em todo caso toda moderação e cautella, no seu manejo, para evitar as pistas falsas.

Ninguém, até hoje, melhor comprehendeu o valor d'essas testemunhas mudas, da *proxia que não falla*, do que Conan Doyle, nas mil hypotheses que foram resolvidas pelo seu typo de policial — Sherlock Holmes. O grande escriptor descobriu que, só o methodo por elle estudado, utilmente exemplificado em suas obras, seria capaz de levar Sherlock Holmes á descoberta dos crimes praticados em circumstancias especialissimas.

É o methodo das *Induções*, das *Deduções* e *Conclusões*.

O crime de que trata no seu livro *O Estudo Vermelho*, é uma prova absoluta da excellencia do seu methodo.

A nossa policia, mais que ninguem, e os nossos juizes, deveriam estudar e meditar sobre esse methodo, o único capaz de fazer luz nas trevas de um crime mysterioso.

Os *indicios* e *circumstancias* devem ser objecto de um estudo profundo, sobre tudo na correlação com o factio.

Só depois que todas as hypotheses possiveis para illidil-a, estiverem por ella propria destruidas, é *prova*.

\*

\*

\*

No caso de Motta Coqueiro nada d'isto se deu; não houve nem mesmo o concurso de indicios ou prova circumstancial.

Houve pura e simplesmente *Presumpções*.

Tendo Coqueiro, n'aquelle dia, apanhado uma sóva de *bandeira*, que lhe applicou seu compradre Francisco Benedicto, a primeira idéa que nos assalta o espirito é a *supposição* de que tivesse sido elle, e é natural.

O chicote em todas as épocas do mundo foi sempre considerado *instrumento aviltante* mais do que o *escarro na face*.

Hoje, qualquer das duas offensas dá logar a um duello de morte, ou á morte do aggressor, em desaffronta da honra, sem que ao agredido fique o menor remorso pelo crime.

Tal o valor da offensa!

Um homem de sangue quente, genioso, n'um momento d'estes, desequilibrado, allucinado, mataria vinte, trinta, em vez de oito!

Varreria á metralha uma geração inteira, como fez Januario Garcia.

Coqueiro, porém, não se desforçou no momento; medearam longas horas entre o insulto e a vingança.

A presumpção mesmo de que tivesse sido elle, enfraquece n'este interregno.

Si a execução tivesse sido immediata, em acto consecutivo, havia uma *circumstancial* ligada ao facto.

A demora, porém, dá que pensar; é preciso estudar o character, a idiosyncrasia do homem, fazer um estudo profundo da sua psychologia!

Motta Coqueiro era bom, esmoler, caritativo, sempre propenso ao perdão, até para seus escravos.

Nunca se abrigou em su'alma o sentimento da vingança!

Bondoso em extremo, não se concebe, a não ser por aberração ou desequilibrio mental, que tão nefando crime pudesse ter amadurecido na bôa indole de Coqueiro.

O povo, como uma avalanche, se precipitava contra Coqueiro; a justiça precipitada e atemorizada pela attitude aggressiva da canalha, obedeceu condemnando vergonhosamente, sem provas, sem um indicio sequer!

O jury, acobardado ante a attitude do povo, seguiu a rota criminosa da justiça e fez mais: — *Na sala secreta houve enxerto de votos contra Coqueiro, em relação ás aggravantes que levavam á pena capital!*

O governo Provincial, temendo a reforma da sentença pela revista, ou que fosse ella commutada pelo Imperador, mandou executar por *Portaria*, e houve um juiz que acquiesceu á criminosa resolução!

Coqueiro não foi executado; foi assassinado pelas justiças de então, covarde e subserviente.

A morte de Motta Coqueiro, esse grande ensinamento á justiça, trouxe beneficios.

O velho adagio francez *à quelque chose malheur est bom*, teve mais uma vez a sua confirmação no assassinato de Coqueiro.

Os echos da opinião publica proclamando a innocencia de Coqueiro, chegaram aos ouvidos do monarcha brasileiro.

Meticuloso analysador, como era, tomou conhecimento de todos os factos a elle concernentes e quando soube que tanto o Recurso de Revista ao Supremo Tribunal, como o de Graça ao Poder Moderador, ambos haviam sido interpostos, não tendo chegado a seu destino, e que a execução se fizera por portaria para precipitál-a, o imperador derrubou as sobranças, tornou-se carrancudo e limitou-se a pedir os autos, pois desejava estudál-os.

Foi por essa occasião que foram elles avocados e nunca mais voltaram. Também o imperador os não viu.

D'essa data por deante, nunca mais deixou de commutar a pena de morte, que aboliu de facto, embora de direito subsistisse no Código Criminal.

É certo que, depois de Manuel da Motta Coqueiro, Faustino, Flôres e o pai Domingos, ainda a forca trabalhou em Campos, supplicando os cinco escravos que mataram seus senhores.

O imperador não pôde ser inculpado de taes execuções, pois a lei em vigor, 10 de junho de 1835, sob cuja sancção estavam os escravos que matavam seus senhores, não lhes dava nenhum recurso, nem mesmo o de Graça para o Poder Moderador...

Sendo, como eram, considerados *coisa* e não *pessoa*, para elles não vigoravam os recursos e as garantias estatuidas para a liberdade das *pessoas* e não das *coisas*.

O que é certo é que no Brazil a pena de morte foi abolida de facto, depois do desastre judiciario de Motta Coqueiro.

D'esse crime judicial não tem o magnanimo e saudoso monarcha do Brazil que prestar contas a Deus. Está puro.

## A FINAL

José do Patrocinio, o immortal tribano e jornalista, esse Toussaint, que tudo sacrificou pela libertação da sua raça, tentou rehabilitar a memoria de Coqueiro escrevendo um interessantissimo livro, com as flôres e a pujança d'aquella linguagem tersa, que elle sabia manejar como uma clave.

Informações colhidas a esmo, aqui, acolá, umas verdadeiras, outras adulteradas, outras falsas, não lhe abriram estrada limpa para

uma marcha desassombrada e uma argumentação segura sobre a innocencia de Coqueiro.

Nada do que se escreveu sobre a mulher de Coqueiro está provado e o mysterio d'aquelle segredo até hoje inviolavel, baixou com ella, Coqueiro e seu enteado Cabral, á campa, que continúa silenciosa e muda.

Do que se passou entre Coqueiro e o padre Freitas, nada transpirou; as lagrimas do padre e a proclamação da innocencia de Coqueiro, depois da confissão, adejam até hoje em torno da duvida, como uma alma penada! Surge, por fim, esse Herculano, em Itabapoana, confessando ao filho, na hora extrema da vida, que elle fôra o assassino de toda a familia Benedicto, como vingador da sua honra ultrajada.

Era, por essa época, chefe de policia da provincia do Rio de Janeiro, o dr. Hollanda Cavalcanti, depois juiz do Commercio. É certo que elle mandou fazer indagações, mas ellas ficaram em segredo de Justiça, nunca foi conhecido o resultado.

O que também é certo, é que já por essa occasião haviam sido avocados os outos de Motta Coqueiro, do cartorio Polycarpo de Vasconcellos, e não mais para ali voltaram.

Será verdadeira essa confissão de Herculano? Existiu elle?

Infelizmente a morte o surpreendeu, quando ia relatar à fôrma como fizera os morticinios, ficando assim incompleta a confissão.

É certo que José do Patrocinio foi á Itabapoana, em busca de informações e na sua volta escreveu o seu livro — *Motta Coqueiro*.

O livro também pouco esclarece, e só um interview com o filho de Herculano poderia fazer luz.

O livro nada nos diz sobre este ponto de importancia capital. Nas suas asseverações é vago, sem norte fixo; nada diz de positivo.

Seja verdadeira ou falsa esta balela de Herculano, com a sua confissão *in extremis*, fosse elle ou fosse um outro, pouco importa, o assassino da familia Francisco Benedicto, o que fica certo, claro e indubitavel, é que não foi o assassino mandante, visto que contra elle não se colheu prova alguma capaz de gerar tal convicção.

*Morreu innocente.*

Sejam as nossas palavras o ensejo para uma rehabilitação que se impõe.

É preciso rehabilitar a memória de Motta Coqueiro e fundir essa nuvem negra que paira e pairará sobre a sua descendencia, sobre a sua familia.

*O sangue do Supliciado goteje sobre a cabeça de quatro gerações.*

É o texto da maldição!

\*

\*

\*

Fique para a justiça de então a eterna vergonha da sua covardia!  
Fique para o Governo Tyranico absurdo de uma execução por Portaria.

Fique este hediondo assassinato como pharol á porta dos Templos da Justiça como aviso, como signal para aquelles que um dia tiverem de enfrentar um criminoso enlaçado pela prova circumstantial, quase sempre fallaz, enganadora.

Emquanto existir uma hypothese capaz de illidir a prova e que o proprio facto não explique, esteja com ella em desaccordo, a prova não é perfeita.

Quando, porém, todas as hypotheses possiveis, criveis, imaginaveis, atiradas pela defensiva, são repellidas pelo proprio facto, pelas circumstancias que o rodeiam, antes, durante e depois, e estas jungem o indigitado ao facto, inexoravelmente, explicando e demonstrando a inverosimilhança, o absurdo de tal hypothese, só então a prova circumstantial é perfeita e é a melhor das provas, porque é muda, surda, incorruptivel.

N'esse caso só, só n'esse caso, o Juiz póde condemnar sem apprehensões, em plena paz de consciencia.

\*

\*

\*

E vós, caminheiros do presente e do futuro; si um dia aportardes pelas plagas de Macahé, onde se desenrolou a horrivel tragedia e passardes pelo Campo Santo onde repousam as cinzas d'esse martyr da justiça, parae; orae, não por elle, mas pelos desgraçados que na sua insania levaram-lhe aos labios o calix de todas as amarguras, onde sorveu o maior de todos os infortunios!

*A Cesar o que é de Cesar.*

FIM



# ARTIGOS ANALÍTICOS

---

## DA COLONIZAÇÃO À CIDADE DE SÃO JOÃO DE MACAHÉ (Séc. XVI-XIX): SÍNTESE HISTÓRICA

*Marcelo Abreu Gomes<sup>1</sup>*

### AS PRIMEIRAS NARRATIVAS – SÉCULO XVI

Após as primeiras décadas, e até, em alguns casos, séculos, da chegada dos europeus ao Novo Mundo<sup>2</sup>, a maior parte deste permanecia intocada por aqueles, que se concentraram em áreas potencialmente mais produtivas, como os espanhóis no Planalto Mexicano, Altiplano Peru-Boliviano e algumas áreas de plantagem<sup>3</sup> do Caribe<sup>4</sup>. Já os portugueses, inicialmente dedicados ao comércio afro-asiático, começaram a exploração agrícola de áreas do Nordeste e esparsas áreas do Sudeste brasileiro, onde predominou a exploração do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do gado bovino.

---

<sup>1</sup> Professor de História das redes particular e pública de Conceição de Macabu e Macaé, Mestre e Doutorando em Ciências da Educação.

<sup>2</sup> Continente Americano em uma de suas inúmeras denominações.

<sup>3</sup> Mesmo que *Plantation*, trata-se da combinação de latifúndio, monocultura para exportação e trabalho compulsório, que tanto podia ser o escravo quanto o servil.

<sup>4</sup> Produção de minérios preciosos como ouro e prata através do saque das civilizações Asteca e Inca, Planalto Mexicano e Altiplano Peru-Boliviano, respectivamente; mineração dos mesmos; plantagens, ou seja, grandes monoculturas e trabalho compulsório (escravo e/ou servil) especializadas na produção agropecuária.

As demais regiões do território brasileiro, entre as quais estava incluída a de Macaé, foram inicialmente exploradas de forma mais intensa nas últimas décadas do século XVI e no século XVII, permanecendo quase todo o período quinhentista desconhecida, ou, no máximo, observada a distância e por pouco tempo por viajantes europeus que percorreram o litoral fluminense, vez por outra aportando nas ilhas do Arquipélago de Santana.

Um dos primeiros cronistas europeus a descrever a região foi o religioso francês André Thevet, que ali esteve em 02 de novembro de 1555. Thevet veio ao Brasil como pároco de parte dos colonos da França Antártica<sup>5</sup>, assim descrevendo a terra:

[...] no segundo dia do mês de novembro a expedição ancorou em um lugar chamado Macahé, atraída pelo desejo de colher algumas notícias das forças armadas do rei de Portugal. Nesse sitio, de facto, arrearam-se os esquifes, mas, quando os tripulantes desembarcaram em terra, só os receberam quatro velhos selvagens, em virtude de os moços se acharem em guerra. É verdade que, no primeiro momento, fugiram os velhos selvagens, julgando tratar-se de seus inimigos, os portugueses; pelo que foi preciso dar-lhes as maiores provas de segurança, para que, afinal, viessem ter ao encontro dos franceses. Nessa região, entretanto, a permanência durou apenas o espaço de um dia, Cabo Frio. Depois do que os navios fizeram vela para o Cabo Frio, distante de Macahé vinte e cinco léguas.<sup>6</sup>

Thevet foi o primeiro de vários cronistas a descrever Macaé, feito também realizado por outro colono francês da mesma tentativa malograda de estabelecimento colonial no Brasil, Jean De Léry. Nesse caso, ao contrário do pioneiro que era um religioso católico, tratou-se de uma narrativa feita por um religioso protestante, a primeira do gênero nas Américas. Léry fora enviado ao Brasil pelo próprio João Calvino, pioneiro da Reforma Calvinista, para acompanhar os fiéis de sua religião na árdua missão colonizadora francesa.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Tentativa francesa de estabelecimento de uma colônia no Brasil localizada na Baía da Guanabara.

<sup>6</sup> THEVET, André. Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944, p. 153.

<sup>7</sup> A França Antártica foi estabelecida num momento em que a França passava por uma guerra civil. Guerra marcada pela luta dinástica entre partidários dos Valois e dos De Gise, que também marcou

Jean de Léry fez inúmeras referências a Macaé, sobretudo sobre os índios que ali viviam, dizendo ele não serem os Goitacás, que ele classifica como índios arredios e hostis com seus vizinhos. O autor destaca ainda a paisagem, sobretudo o Pico do Frade, que ele disse denominar-se “Esmeralda de Macaé”, uma das primeiras referências (de que temos notícia) a esse acidente geográfico:

Depois de costearmos a terra desses uetacá, avistamos outra região próxima chamada de Macaé e habitada por outros selvagens que, como é de imaginar pelo que ficou dito acima, não podem se comprazer na vizinhança de índios tão brutais e ferozes. Nessas terras vê-se à beira-mar um grande rochedo em forma de torre, tão reluzente ao sol que pensam muitos tratar-se uma espécie de esmeralda; e com efeito, os franceses e portugueses que por aí velejam o denominam “Esmeralda de Macaé”.<sup>8</sup>

Gabriel Soares de Souza foi outro cronista a descrever a região. Tratava-se de um explorador português que, em visita à região em 1587, foi um dos primeiros, ou o primeiro, a descrever tanto o Arquipélago de Santana, com o nome pelo qual o conhecemos, quanto o Pico do Frade. Gabriel Soares, apesar de escrever pouco sobre Macaé, tem uma narrativa bem completa, em meio a qual se destaca:

E quem vem do mar em fora, para saber se está tanto avante como esta ilha, olhe para a terra firme, e verá em meio das serras um pico, que parece frade com capelo sobre as costas, o qual demora a leste-noroeste, e podem os navios entrar por qualquer das bandas da ilha como lhe mais servir o vento, e ancorar defronte entre ela e a terra firme. Da ilha de Santa Ana à baía do Salvador são três léguas e dessa baía a baía Formosa são sete léguas; da baía Formosa ao cabo Frio são duas léguas. E corre-se a costa norte-sul. Até essa baía Formosa corriam os goitacás no seu tempo, mas vivem já mais afastados do mar, pelo que não há que arrear para se povoar qualquer parte desta costa do Espírito Santo até o cabo Frio.<sup>9</sup>

a divisão religiosa do país entre Católicos e Huguenotes, estes últimos, protestantes Calvinistas. O projeto da França Antártica pretendeu, num primeiro momento, reunir Católicos e Huguenotes, malogrando em distúrbios e a divisão religiosa, culminando com a derrota dos franceses.

<sup>8</sup> LERY, Jean. Viagem à Terra do Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999, p. 116.

<sup>9</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: EBP, 1938, p.66.

Outros observadores e cronistas se seguiram, porém a relevância desses pioneiros é inegável, pois descreveram essas terras como eram em sua origem, com a natureza e os indígenas. Os relatos, além de abrangentes, deixam uma marca temporal sobre as denominações de topônimos macaenses como o próprio nome Macaé, o Pico do Frade e a Ilha de Santana, por exemplo.

Tais cronistas, especialmente os franceses citados, fizeram diversas alusões à resistência indígena em toda a região, o que mostrava, em parte, uma característica dessa área no início dos tempos coloniais: uma região em conflito, conflagrada.

## **REGIÃO CONFLAGRADA I: FRACASSO E ABANDONO DA CAPITANIA DE SÃO TOMÉ – SÉCULOS XVI – XVII**

A colonização europeia se inicia na região Norte Fluminense em decorrência das tentativas, primeiro da coroa portuguesa, depois da espanhola<sup>10</sup>, em defender os recursos do território, inicialmente o pau-brasil, dos ataques constantes e tentativas de estabelecimento de agentes inimigos, fossem eles oriundos das Américas<sup>11</sup> ou europeus. Não foram incomuns as investidas ou planos, tanto dos índios quanto de franceses, batavos e ingleses, de recuperação ou estabelecimento na região, sobretudo entre o Cabo Frio e o Cabo de São Tomé.<sup>12</sup> Enquanto os índios se defendiam e tentavam expulsar a quem consideravam invasores, buscando recuperar um espaço antes seu, os ibéricos tratavam de conter as investidas tanto de outros europeus, representados principalmente por contrabandistas e piratas que infestavam o litoral, quanto dos índios.<sup>13</sup>

As primeiras estratégias de enfrentamento ostensivo dos contrabandistas, invasores e índios falharam ao longo das primeiras

---

<sup>10</sup> Entre 1580 e 1640 ocorreu a União Ibérica na qual as decisões que vinham de Madri tiveram grande impacto na colonização de Macaé e de toda região.

<sup>11</sup> A região era habitada por diversos grupos indígenas que se opuseram a presença europeia, destacando-se a ação efetiva dos Goitacás.

<sup>12</sup> LAMEGO, Alberto. "Macaé à Luz de Documentos Inéditos". In: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, IBGE, n.11, 1958. pp. 6-8

<sup>13</sup> CARVALHO, Augusto de. Apontamentos para História da Capitania de São Thomé. Campos: Typ. E Tith. De Silva Carneiro e Comp. 1888.

décadas do século XVI, levando a coroa lusitana a um plano de ocupação intensiva do território brasileiro, visto como solução única para não perder as novas terras. A partir de 1534 estabeleceu-se o sistema de Capitânicas Hereditárias, ficando a região do futuro município de Macaé não em uma, mas servindo de divisor entre capitânicas: “Duas dessas capitânicas foram a de São Vicente entregue a Martim Afonso de Souza (terminava a 13 léguas de Cabo Frio) e a de São Tomé, doada a Pero de Góis da Silveira.”<sup>14</sup> O rio Macaé, que hoje divide a cidade, onde tem sua foz, depois de percorrer grande parte do município, era o limite fronteiro dessas capitânicas.

Martim Afonso de Sousa recebeu a Capitania de São Vicente com 13 léguas<sup>15</sup> de litoral estendendo-se de Cabo Frio até a região litorânea de São Paulo, onde os principais estabelecimentos urbanos e empresariais ficavam. A região fluminense permaneceu, assim, em segundo plano, ou ficou mesmo abandonada pelos projetos colonizadores portugueses, o que fez com que fosse, consequentemente, entregue aos indígenas e/ou assediada por toda sorte de contrabandistas estrangeiros.<sup>16</sup>

Enquanto isso, o outro quinhão do que viria a ser o norte do futuro município de Macaé, ocupado pela Capitania de São Tomé, enfrentou situações dramáticas. Pero de Góis iniciou a colonização estabelecendo-se nas margens do rio Managé onde fundou uma povoação, a vila da Rainha, construindo engenhos de açúcar, inclusive. Entretanto, após ausentar-se por alguns meses e regressar ao vilarejo que criara, encontrou tudo destruído pelos Goitacás.<sup>17</sup> Insistiu e reconstruiu tudo; entretanto, em novos conflitos com os índios, além de perder vários colonos e um olho, teve tudo destruído novamente.<sup>18</sup>

Pero de Góis fracassou, exemplo que não serviu a seu filho, Gil de Góis, que tentou reorganizar a capitania, perdendo-a em definitivo para os índios, que não lhe deram trégua arrasando com tudo o que havia edificado e plantado – estando esses índios em acordo com contrabandistas ingleses e franceses que ainda atacavam a região em busca de saques e pau-brasil. Essa derrota selou o destino da região por um bom tempo, pois só a partir de 1560 se fez algo efetivo para

<sup>14</sup> LAMEGO, Alberto. *op. cit.* p. 05.

<sup>15</sup> 690 Km.

<sup>16</sup> LAMEGO, Alberto. *op. cit.* p. 05.

<sup>17</sup> CARVALHO, Augusto de. *op. cit.*

<sup>18</sup> LAMEGO, Alberto. *op. cit.*

guarnecer a região, expulsar os estrangeiros e derrotar os indígenas, que haviam se unido contra os portugueses:

Os primeiros, em 1560, se estabeleceram na orla do mar, próximo de uma grande lagoa, batizada mais tarde com o nome de Feia. Ali se uniram aos índios goitacás e permaneceram por sete anos, até que foram atacados e exterminados pelo governador Salvador Correa de Sá. Os que fugiram para o sertão e ou foram comidos pelos selvagens, ou viveram entre eles, asselvajando-se também.<sup>19</sup>

O projeto lusitano de colonizar o Brasil, terceirizando essa tarefa através das capitanias hereditárias, falhou em sua quase totalidade, levando a mudanças no projeto colonizador, que daí em diante contaria com uma maior presença governamental, como foi o caso do ataque de Correa de Sá aos índios e invasores europeus, ou de seus aliados institucionais, como ordens religiosas católicas, em especial, a Companhia de Jesus.

## REGIÃO CONFLAGRADA II: A PEDRA FUNDAMENTAL DO FORTE, JESUÍTAS E OS SETE CAPITÃES – SÉCULO XVII

As ações de Correa de Sá surtiram efeito localizado e não duradouro. Se por um lado o interior estava menos vulnerável aos índios e livre dos estrangeiros, por outro, o litoral continuava a ser assediado por expedições esporádicas, culminando em princípios do século XVII com a descoberta de um plano inglês para estabelecer um entreposto comercial entre o Cabo Frio e o Cabo de São Tomé.<sup>20</sup> As autoridades coloniais, orientadas por Madri, agiram no sentido de coibir o projeto com ações incursivas, o estabelecimento de povoados e de fortes, o que surtiu o desejado efeito uma vez que os projetos de invasão cessaram: “Constantino Menelau, em 1613, fizera construir uma primitiva fortificação no saliente noroeste do planalto em que

<sup>19</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1974.

<sup>20</sup> O embaixador espanhol em Londres, Gondomar, descobriu esse plano, remetendo informações à corte espanhola, que as repassou às autoridades coloniais. PARADA, Antonio A. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Editora Artes Gráficas, 1995. p.80

se ergue o morro, por isso chamado Morro da Fortaleza, armando-a inclusive com cinco canhões.”<sup>21</sup>

As ações repressivas e a fortificação foram seguidas do estabelecimento de povoados, iniciando-se a ocupação efetiva da região, como no caso de Macaé. Tal estratégia era parte dos novos planos metropolitanos para o Brasil: colonizar para não perder. Tal fato, relacionado a Macaé, assim foi descrito:

O governador geral Gaspar de Souza, recomendado pelo rei da Espanha, mandou que, por intermédio do governador do Rio de Janeiro, Constantino Menelao, se estabelecesse uma aldeia de índios aculturados, próximos a foz do rio Macaé. Cerca de 200 índios foram trazidos por Amador de Souza, filho do famoso Arariboia, juntamente com alguns portugueses.<sup>22</sup>

Augusto de Carvalho, célebre historiador macaense, autor de uma das obras mais importantes para entendermos essa etapa da história regional, assim complementou as informações sobre o fato, adicionando a quantidade, a tribo, a origem e a presença jesuíta:

Foi ordenado ao governador geral Gaspar de Lemos que estabelecesse de cem a duzentos índios n’uma aldeia sobre o rio Macaé, defronte da ilha de Santa Anna... Os índios deste estabelecimento haviam de ser carijós, trazidos da Vila de São Paulo. A cada aldeamento se daria um jesuíta.<sup>23</sup>

O estabelecimento do forte em Macaé por volta de 1613-14 e a chegada dos colonos, entretanto, não foram seguidos de perto nem da presença jesuíta, nem do estabelecimento da paz na região. Os jesuítas chegariam alguns anos depois, tendo primeiro se estabelecido no aldeamento de São Pedro<sup>24</sup>, proximidades de Cabo Frio. Com ataques constantes de índios Guarulhos e Goitacás, além dos corsários e piratas, os perigos perduravam, o que demandava novos esforços da coroa espanhola, que deveria ampliar a presença colonial na região.<sup>25</sup>

<sup>21</sup> PARADA, Antônio A. *op. cit.* p.43

<sup>22</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al.* Macaé - Síntese Geo-Histórica. Rio de Janeiro: 100 Artes Publicações, 1990. p. 26.

<sup>23</sup> CARVALHO, Augusto de. *op. cit.* p. 327.

<sup>24</sup> Hoje município de São Pedro da Aldeia.

<sup>25</sup> AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMAN, Carlos; FREIRE, Jonis (org). Macaé nos

A demanda só foi compensada quando, em 1630, após vitórias dos índios catequisados da Aldeia de São Pedro contra corsários e invasores holandeses e ingleses, os jesuítas, almejando uma forma de recompensa e ao mesmo tempo a ocupação estratégica do espaço entre o Cabo Frio e o de São Tomé, solicitaram ao então governador do Rio de Janeiro, Martim Correa de Sá, a doação de duas sesmarias, onde “deveriam criar seu gado”<sup>26</sup>, entre outras prerrogativas. O governador, ciente das questões que poderiam ser geradas favoravelmente com tal atitude, doou parte das requisitadas sesmarias.

As duas sesmarias solicitadas pelos inacianos eram, a primeira, da foz do rio Macaé até o rio Paraíba; e a segunda, do rio Leriipe, hoje rio das Ostras, até o rio Macaé. O governador, preferindo dividir a região não a entregando a um só senhor, principalmente um poderoso, como a Companhia de Jesus, aproveitou o fato de que havia recebido outra solicitação de sesmaria, a dos Sete Capitães, e repartiu a região doando aos religiosos apenas a segunda parcela solicitada. Naquele local os jesuítas se instalaram e criaram a Fazenda Macaé.<sup>27</sup>

O forte e, posteriormente, os Sete Capitães, os Jesuítas e a Fazenda de Macaé foram os passos iniciais para afastar de vez não só a ameaça indígena como a dos estrangeiros. Entretanto, os inacianos não se instalaram em Macaé imediatamente. Antes deles, foi a vez dos Sete Capitães entrarem em cena na história do Norte Fluminense.

Tratava-se de sete militares portugueses<sup>28</sup> que combateram índios e franceses, notabilizando-se pelo fato e conquistando o crédito necessário para solicitar a doação de uma sesmaria, ao norte do rio Macaé, remanescente de parte da Capitania de São Tomé. Em 1627, solicitaram ao governador do Rio de Janeiro, Martim Correia de Sá, que as terras lhes fossem dadas como recompensa pelos serviços prestados nas lutas contra os invasores holandeses e piratas ingleses e franceses que infestavam o norte fluminense. O governador, interessado no povoamento e na defesa daquelas terras, assim procedeu:

---

Séculos XVII e XVIII: Catolicismo e Povoamento, In: Povoamento, Catolicismo e Escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX). Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

<sup>26</sup> Petição e Carta de Sesmaria apresentada por Antonio Fagundes, procurador do reverendo padre reitor Francisco Fernandes em 20 de novembro de 1630. Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1968. p. 290.

<sup>27</sup> CARVALHO, Augusto de. *op. cit.* p. 329.

<sup>28</sup> Os Sete capitães eram: Gonçalo Correia de Sá, meio-irmão do referido governador; Manuel Correia de Sá (da mesma família); Duarte Correia Vasqueanes (igualmente desta importante família dos Correia de Sá); Miguel Aires Maldonado (líder), João de Castilho Pinto; Miguel da Silva Riscado e Antonio Pinto Pereira.

Em 19 de agosto de 1627, Martim Correia de Sá concedeu-lhes em sesmaria as terras «desde o rio Macaé, correndo a costa, até o rio Iguaçú, ao norte do cabo de São Tomé e para o sertão até o cume das serras». Assim, pelo litoral, as terras iam de Macaé até quase a foz do rio Paraíba do Sul e para o interior até as serras que formavam o vale do rio Paraíba do Sul. A intenção do governador Martim Correia de Sá era povoar a região abandonada, pois se havia esgotado o comércio do pau-brasil.<sup>29</sup>

Reunidos em Cabo Frio; no ano de 1632, partiram para Macaé no sentido de explorar e ver as possibilidades de ocupação econômica das terras obtidas. Na empreitada foram acompanhados por dois índios, Miguel e Valério Corsunga. Ali chegando nove dias depois encontraram uma aldeia governada por Domingos Leal. Seguiram dali em expedição, pelo mar, até a foz do rio Iguaçú, nas proximidades da lagoa Feia, entretanto, devido ao mal tempo, retornaram a Macaé. Continuaram então por terra, atingindo o Cabo de São Tomé no dia de Natal.<sup>30</sup>

A partir daí os Sete Capitães começaram uma série de constatações sobre a sesmaria recebida, que ia bem além dos acidentes geográficos que batizaram, como, por exemplo, a presença de outros não indígenas na região:

Ao chegarem, encontraram uma aldeia indígena onde viviam onze náufragos, sendo quatro marinheiros e sete degredados que já possuíam, inclusive, descendência: muitos mamelucos que constituiriam os primeiros campistas que povoaram a terra goitacá.<sup>31</sup>

Os Capitães realizaram outras viagens de exploração e estabelecimento de atividades na região. Em 1633 trouxeram gado, levantando os primeiros currais em Campo Limpo e no Cabo de São Tomé, construíram choupanas e deixaram curraleiros<sup>32</sup> tomando conta

<sup>29</sup> GOMES, Marcelo Abreu (Org.); BASTOS, Tarcísio; MARCHI, Carlos; SOFFIATI NETO, Arthur. *Conceição de Macabu: História das Origens até a Segunda Emancipação*. Conceição de Macabu: Ed. Macuco, 2012. pp. 58-61.

<sup>30</sup> GABRIEL, Adeldo Henrique Daumas e LUZ, Margareth da (Orgs.); FREITAS, Carlos Roberto B.; SANTOS, Fabiano Vilaça dos KNAUS, Paulo; SOFFIATI, Arthur (notas explicativas) e GOMES, Marcelo Abreu. *Roteiro dos Sete Capitães*. Macaé: Funemac Livros, 2012.

<sup>31</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al. op. cit.* p. 28.

<sup>32</sup> Geralmente era um índio que vivia na região tomando conta do gado. O gado era criado solto,

das propriedades. Além das atividades econômicas, como citamos, os Sete Capitães desempenharam outro papel, que foi o de denominar pontos geográficos da região, como a lagoa de Carapebus, o rio Macabu e a lagoa Feia.<sup>33</sup> A última viagem foi realizada em 1634, considerada satisfatória devido ao progresso de suas criações e plantações, que, em sua ausência, ficou por conta dos índios e naufragos.

Em linhas gerais foram os precursores dos empreendimentos agropecuários do Norte Fluminense, sendo, no caso de Macaé, notabilizado pelo desbravamento do seu interior<sup>34</sup>, mas, sobretudo, pela descoberta do potencial regional que substituiria o praticamente extinto pau-brasil: o gado bovino, atividade que se tornaria o segundo grande ciclo produtivo de produção econômica regional.

O gado não tardou a chamar a atenção de outros interessados em produzi-lo na região. Entretanto, havia um empecilho para a instalação de novos empreendimentos: a grande extensão doada aos Sete Capitães, havendo assim os meios, mas não a área onde produzir. A solução veio pela imposição daquilo que ficou conhecido como Escritura Endiabrada<sup>35</sup>, por meio da qual o então governador da Capitania do Rio de Janeiro, o general Salvador Correa de Sá e Benevides, homem influente na Corte Portuguesa, aliado aos Beneditinos, Jesuítas e ao capitão Pedro de Souza Pereira, forçou os Sete Capitães a dividir suas terras.

As terras remanescentes dos Sete Capitães, vendidas pelos seus herdeiros, deram origem aos povoamentos de Quissamã e Carapebus, com suas propriedades voltadas à agropecuária extensiva. A essa altura, o pau-brasil já não tinha tanta expressão econômica na região, despontando o gado como atividade mais viável. A região, ao sul do rio Macabu e da lagoa Feia, em 1813 se tornaria parte do território macaense, condição que foi mantida por mais de um século e meio.

Enquanto os Sete Capitães vivenciavam seu drama, sendo usurpados de grande parte de suas posses, os Jesuítas, instalados no

---

sem muitos cuidados, até que alguns anos depois retornassem seus donos para levá-los aos centros consumidores.

<sup>33</sup> GABRIEL, Adelmo Henrique Daumas e LUZ, Margareth da (Orgs), *op. cit.*

<sup>34</sup> Em sua maioria hoje territórios de Carapebus e Quissamã.

<sup>35</sup> Em CARVALHO, Augusto de. *op. cit.* e GABRIEL, Adelmo Henrique Daumas e LUZ, Margareth da (Orgs), *op. cit.*, definem a escritura como um documento forjado para suprimir grande parte da propriedade dos capitães, doando tal parcela aos envolvidos na trama. O termo Escritura Endiabrada foi uma definição dada pelo capitão Miguel Aires Maldonado em seu diário ao documento feito pelos seus algozes.

que hoje é a área urbana da cidade de Macaé, escreviam outra história. Uma nova história, que entretanto, não deixaria de ser dramática.

## APOGEU E QUEDA DOS JESUÍTAS E AS PRIMEIRAS FREGUESIAS – SÉCULO XVIII

Por volta de 1634 os jesuítas começaram a se estabelecer em Macaé, instalando um curral às margens do rio Macaé, próximo ao Morro de Santana, local onde construíram uma igreja<sup>36</sup> e um cemitério, ainda hoje existentes. O curral era estratégico, pois fazia parte de uma série de currais, localizados mais ou menos “um dia de viagem”<sup>37</sup> um do outro, algo próximo a 25 km, os quais eram destinados ao descanso do gado que era levado de sua grande propriedade em Campos dos Goytacazes até os centros consumidores, sobretudo no Rio de Janeiro. Esse primeiro empreendimento ficou conhecido como Fazenda Macaé, e não era o único na região.

A poucos quilômetros da Fazenda Macaé, os jesuítas estabeleceram seu mais importante núcleo habitacional e econômico, o Engenho de Imboacica, que era constituído “com senzala (alojamento de escravos), paiol, lavouras de mandioca, milho e cana-de-açúcar, cercadas de rústicas palhoças.”<sup>38</sup>

Mesmo com tais empreendimentos, não se pode dizer que Macaé se desenvolvia como esperado pelas autoridades coloniais, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII, quando, comparativamente a Campos, São João da Barra e Cabo Frio, não passava de um simples aglomerado de choupanas e duas fazendas principais, ambas inacianas. O lento crescimento estava muito relacionado aos empreendimentos jesuítas, onde a catequese indígena e os trabalhos dos índios na agropecuária não repercutiam tanto quanto as grandes criações de gado e plantações de cana-de-açúcar que já se avizinhavam de outras localidades. O que acontecia em Macaé, nessa relação entre a Companhia de Jesus e o baixo crescimento, era endossado por outras críticas que a ordem religiosa vinha recebendo em todo o mundo colonial português.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> Igreja de Santana, no morro de mesmo nome.

<sup>37</sup> GOMES, Marcelo Abreu (org). *op. cit.* p. 158.

<sup>38</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al.* *op. cit.* p. 29.

<sup>39</sup> FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1977.

### Conflitos aconteceram:

Em 1745, uma denúncia é apresentada à Provedoria de Fazenda por Sebastião Cunha Coutinho, com intuito de obter uma légua de terras à beira da Lagoa de Imboassica, alegando que os padres haviam se apossado de área que lhe pertencia. Sebastião ganhou na Justiça o que pleiteava, em razão do clima adverso que já se experimentava os Inacianos.<sup>40</sup>

No dia 03 de setembro de 1759, um decreto do Marquês de Pombal, primeiro ministro português, decretou a expulsão dos jesuítas do Brasil e o confisco de todos os seus bens que seriam revertidos à Coroa, demonstrando que a oposição a esses religiosos havia se espalhado por toda a colônia. Tal decreto desdobrou-se em Macaé com o desembargador João Cardoso de Menezes realizando o confisco dos bens da Fazenda de Macaé, que, na época, era administrada pelos padres Inácio Leão e Manoel da Silveira, que foram banidos do Brasil.<sup>41</sup> Em seguida nomeou-se um depositário, que assim avaliou os bens dos confiscados: “São 15 mil braças<sup>42</sup> de terras, dois engenhos de açúcar, dois quartéis<sup>43</sup> de cana-de-açúcar, um de mandioca, a Capela de Santana, duzentos e quarenta escravos, gado, alfaias, livros e roupas.”<sup>44</sup>

A partir daí a região, antes propriedade única dos jesuítas, começa a sofrer divisões, sobretudo quando o primeiro proprietário<sup>45</sup>, que adquiriu em leilão as propriedades da Companhia de Jesus, fez parcerias para angariar fundos e reinvesti-los nas terras. Mesmo assim as dificuldades financeiras permaneceram e o proprietário foi obrigado a vender suas terras, gado e escravos, sem falar na parte de seu sócio<sup>46</sup>, que faleceu, deixando seus bens para herdeiros. “Com isso, a Fazenda de Macaé ficou dividida em Fazenda Velha de Santana ou do Colégio, (...), e em Fazenda de Imboassica.”<sup>47</sup>

<sup>40</sup> FRIDMAN, F.; CHRYSOSTOMO, M. I. J. *Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense*. In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v.20 nº 1, pp.157-168, Jan-Jun 2010, p. 66.

<sup>41</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1945, v. VII, p. 240.

<sup>42</sup> Uma braça equivale a 2,20 metros, portanto as fazendas mediam 33 km de perímetro ou 6.724 hectares.

<sup>43</sup> Um quartel equivale a 24.200 m<sup>2</sup> ou 24 hectares, portanto, na fazenda havia 48 hectares de cana-de-açúcar e 24 ha de mandioca.

<sup>44</sup> PARADA, A. A. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas. 1995, Vol. I e II. p. 254.

<sup>45</sup> Gonçalo Marque de Oliveira, mestre caldeireiro no Rio de Janeiro.

<sup>46</sup> Capitão Bento José Ferreira Rebelo.

<sup>47</sup> PARADA, A.A. *op. cit.* p.255.

Apesar desse novo período marcado pela ocupação mais intensa da região de Macaé e seus arredores, embora os ataques frequentes dos índios e as tentativas de invasão estrangeira tenham diminuído, o assédio de piratas e corsários ainda era grande, principalmente nas três primeiras décadas do século XVIII.<sup>48</sup> A base de operações desses meliantes era, ao que tudo indica, o Arquipélago de Santana, localizado a apenas dez quilômetros, defronte à foz do rio Macaé, ou seja, diante da fortaleza erguida em 1614 e do povoado descrito pelos Sete Capitães em sua primeira viagem ao local.

As costas da capitania da Paraíba do Sul eram constantemente invadidas por hordas de piratas que faziam suas operações nas Ilhas de Santa Ana. Roubavam embarcações, assaltavam os que transportavam gado e mantimentos para o abastecimento do Rio de Janeiro; cometiam, enfim, toda sorte de tropelias.<sup>49</sup>

Para demonstrar ainda mais a fase de abandono da região, os índios continuavam a colaborar com esses malfeitores, o que ressalta apenas o quanto o povoamento da região não havia estabelecido a completa paz e o progresso esperados. Parte dessa responsabilidade acabou creditada nos ombros dos jesuítas, os quais, embora defendessem muito bem o entorno da Aldeia de São Pedro, nas proximidades de Cabo Frio, não eram assim tão eficientes em áreas vizinhas – em outras palavras, juntando-se a outras reclamações já vistas, isso serviu de argumento para a expulsão dos religiosos. Tudo aquilo apontava para um processo em que a ocupação não estava ainda efetivada, devendo ser, portanto, mais intensificada.<sup>50</sup>

Àquela altura, com a antiga sesmaria dos Sete Capitães cada vez mais dividida, os novos proprietários da região estavam sendo prejudicados pela ação dos piratas e, eventualmente, pelos índios. O processo de ocupação da região ainda se mostrava lento e falhando em alguns pontos, por exemplo, no isolamento em que se encontravam os proprietários rurais, uma vez que questões burocráticas e mesmo a busca por recursos defensivos eram possíveis apenas nas vilas

<sup>48</sup> LAMEGO, Alberto. *op. cit.*

<sup>49</sup> LAMEGO, Alberto. *op. cit.* pp.15-16.

<sup>50</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al. op. cit.*

e freguesias<sup>51</sup> da região, ainda muito distantes, como a vila de São Salvador de Campos<sup>52</sup> dos Goytacazes e a vila de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio<sup>53</sup>.

Uma alternativa era descentralizar a administração pública, dando mais autoridade aos produtores locais, o que ocorreu ao se fundar, em 1755, a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Capivary<sup>54</sup>, subordinada à vila de São Salvador de Campos dos Goytacazes, mas com elementos suficientes para empreender pequenas obras e atividades defensivas. A freguesia, por conta da pecuária e do início das plantagens de cana-de-açúcar, logo ganhou grande expressão regional, tornando-se em 1802 uma “Cabeça de Comarca”<sup>55</sup>, subordinando outra freguesia, Nossa Senhora das Neves e Santa Rita e, por incrível que pareça, o povoado de Macaé<sup>56</sup>.

A região de Macaé, que futuramente seria o município de mesmo nome, era, ao norte do rio Macaé, pertencente à vila de São Salvador de Campos dos Goytacazes, enquanto que, ao sul deste, pertencia à vila de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio. A primeira freguesia, a de Nossa Senhora do Desterro de Capivary e a segunda, que veremos a seguir, estavam na porção campista do município, que também era a parcela economicamente mais bem sucedida, graças ao gado e ao açúcar.

A segunda freguesia da região, que se tornaria Macaé, foi a de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, esta, transformada em tal no ano de 1795. A origem dessa freguesia está associada a uma missão<sup>57</sup> organizada em 1749 pelo padre Antonio Vaz Pereira<sup>58</sup>, que

<sup>51</sup> Freguesia e vila são antigas denominações das divisões regionais. Freguesia é o equivalente a um distrito hoje em dia. Já vila equivale a município. GOMES, Marcelo Abreu *et al. op. cit.*

<sup>52</sup> Fundada em 1677.

<sup>53</sup> Fundada em 1615.

<sup>54</sup> A freguesia localizava-se na Ilha de Capivari na lagoa Feia, sendo posteriormente transferida para a atual sede da cidade de Quissamã, passando a se chamar Nossa Senhora do Desterro de Quissamã.

<sup>55</sup> Comarca é a extensão territorial em que um juiz de direito de primeira instância exerce sua jurisdição. Corresponde, assim, à jurisdição de um tribunal judicial de primeira instância, quer com competência genérica, quer com competência especializada. A Cabeça de Comarca seria a sede regional, não apenas local. GOMES, Marcelo Abreu *et al. op. cit.*

<sup>56</sup> Como veremos a seguir, Macaé passou direto de povoado a vila, nunca tendo se tornado uma freguesia.

<sup>57</sup> Missão de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macahé.

<sup>58</sup> Missionário católico português oriundo de Póvoa do Varzim, pertenceu à Ordem do Hábito de São Pedro. Era um pároco famoso por ter catequisado inúmeras comunidades indígenas entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro.

fez o descimento e aldeamento<sup>59</sup> dos índios Saruçu<sup>60</sup> que povoavam os sertões dos rios São Pedro e Macabu, vez por outra trazendo prejuízos aos produtores da região.

A Missão de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita foi criada para pacificar regiões interioranas do Norte Fluminense no século XVIII. Atingida a meta de pacificação, uma vez que não se registram mais conflitos na região após sua fundação, esta perdeu sua importância estratégica, ou seja, seus habitantes, os índios aculturados, deixaram de ser importantes para o governo e os grupos mandatários da região.<sup>61</sup>

A experiência com a descentralização administrativa ao se criar duas freguesias refletiria na elevação de Macaé à condição de município independente, conciliando interesses diversos e originando uma nova unidade administrativa na capitania do Rio de Janeiro.

## A VILA DE SÃO JOÃO DE MACAÉ – SÉCULO XIX

Embora as freguesias de Quissamã e Nossa Senhora das Neves já existissem e até apresentassem algum progresso, principalmente na produção de gêneros de origem agropecuária, como ficou bem claro (PENHA, 2001, p. 16), nenhuma delas foi a localidade escolhida para criação de uma nova vila, ou seja, um novo município independente:

[...] a frequência de desembarques de alimentos como mel, feijão, toucinho, sal, cachaça, milho e peixes, oriundos de Parati, Ilha Grande, Campos, Macaé e Cabo Frio, entre outras localidades, mostraram a existência de uma extensa rede comercial intra e interregional, responsável pelos alimentos que

<sup>59</sup> Descimento é o ato de retirar os índios de suas aldeias e levá-los à missão religiosa. Catequese além de um ato de conversão religiosa, implicava também num processo de trabalho servil compulsório e aculturação.

<sup>60</sup> Couto Reis os chamava de Sacaru, Monsenhor Francisco Pizzaro de Sacuru. REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, Coleção Fluminense, p. 51. PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, Col. Biblioteca Popular Brasileira, vol. 3. p. 122.

<sup>61</sup> GOMES, Marcelo Abreu (org.). *op. cit.* p.47.

abasteciam a Capitania do Rio de Janeiro e de lá seguiam também para outros portos.

Como expressado anteriormente, a importância de Neves e Quissamã, mesmo sendo as áreas mais promissoras da região, não foi suficiente para superar três fatores que definiriam a proeminência macaense: a localização geográfica, com excelentes ancoradouros; a facilidade de ligação com as duas freguesias já estabelecidas, além das vilas de Campos, Cabo Frio e a cidade do Rio de Janeiro; e finalmente, não menos importante, interesses particulares, tanto na valorização das terras de alguns fazendeiros, como a nomeação de cargos. Esse último fator é expresso na afirmativa de Franco (2018):

A criação da vila teria sido influenciada pela proximidade do sargento-mor João Luís P. Vianna junto ao D. João e pelo seu interesse em valorizar as terras da antiga Fazenda Macaé. Tendo em vista seu parentesco com a família Ferreira Rebello, proprietária das terras da antiga Fazenda de Santana, o sargento-mor teria solicitado a fundação da vila e aquelas terras passariam a compor o núcleo urbano da cidade de Macaé.<sup>62</sup>

Corroborando as afirmativas que justificavam a criação da vila, temos sua denominação, vila de São João de Macahé, uma vez que a decisão final coube ao então príncipe regente Dom João. Assim, além de agregar exilados portugueses<sup>63</sup> nas funções públicas a serem criadas na nova vila e atender aos interesses de um de seus aliados, sua alteza real ainda teve seu ego reforçado ao ter seu nome incluído na localidade.<sup>64</sup>

A vila de São João de Macahé, criada oficialmente por decreto régio em 29 de julho de 1813, englobou, em sua constituição territorial, áreas de Campos e Cabo Frio, compreendendo um território de aproximadamente 3.500 km<sup>2</sup>, estendendo-se do rio Macabu e lagoa Feia ao Norte, até o rio São João, ao Sul, tendo a Serra do Mar como

<sup>62</sup> FRANCO, M. C. V. A Antiga Macaé. In: [www.macaerj.gov.br](http://www.macaerj.gov.br).p. 05.

<sup>63</sup> Parte do séquito de portugueses que fugiram das Guerras Peninsulares acompanhando Dom João em sua fuga.

<sup>64</sup> O regime vigente do Padroado Régio agregava a criação de uma freguesia ou vila à criação de uma paróquia, logicamente associando-a ao Santo ou à Santa de devoção do lugar. No caso de Macaé, o correto seria Santana, que desde muito antes era venerada no lugar.

limites a oeste e o Oceano Atlântico a Leste.<sup>65</sup> Limitava-se com as vilas de São Salvador de Campos dos Goytacazes, São Pedro de Cantagalo e Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, sendo uma das maiores da Capitania do Rio de Janeiro.<sup>66</sup>

Sua sede municipal era a freguesia de São João Batista de Macaé<sup>67</sup>, atual cidade de Macaé e arredores, estando ainda o município dividido em outras três freguesias: Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, compreendendo a região Serrana e parte da bacia do rio Macabu; e a de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã, compreendendo toda região ao norte do rio Macaé; já com a anexação de uma parte do território cabofriense, a freguesia da Sacra Família de Ipuca<sup>68</sup>.

As principais localidades do município na época de sua fundação eram, sem dúvidas, as freguesias de Nossa Senhora das Neves, Quissamã, Sacra Família e a freguesia e sede municipal, Macaé, mas havia localidades menores, como Leripeco<sup>69</sup>, São João<sup>70</sup>, Indaiáçu<sup>71</sup>, Carapebus, Macabu<sup>72</sup>, Crubixais<sup>73</sup>, Cachoeiros<sup>74</sup> e Sana, que, no decorrer das décadas seguintes, devido ao crescimento da produção cafeeira e à necessidade de um porto escoador adequado, como as enseadas de Macaé, que viabilizassem as exportações para a corte e outros locais, acabaria se dinamizando muito, especialmente com a abertura de caminhos terrestres, caso da Estrada Geral de Cantagalo<sup>75</sup>,

<sup>65</sup> LAMEGO, Alberto. *op. cit.*

<sup>66</sup> LAMEGO, Alberto. *op. cit.*

<sup>67</sup> Num caso raro na História do Brasil, primeiro criou-se a vila, depois a freguesia, sendo esta instituída em 1814 para definir os limites do distrito-sede.

<sup>68</sup> Em 1740 o padre capuchinho Francisco Maria Talli, acompanhado de índios Guarus, nativos de tribos que habitavam terras do outro lado da Serra dos Órgãos, ocupou uma área onde se encontra Aldeia Velha, hoje distrito de Silva Jardim, tendo erguido ali uma capela em homenagem a Sacra Família de Ipuca em 1748, recebendo o foro de freguesia com o mesmo nome em 1761. Devido às constantes epidemias, a sede da freguesia foi oficialmente transferida para a Barra do Rio São João em 1801, onde se ergueu a matriz da Sacra Família. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (10 out. 2002). «Área territorial oficial». Resolução da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de número cinco (R.PR-5/02). Consultado em 5 dez. 2019.

<sup>69</sup> Rio das Ostras.

<sup>70</sup> Barra de São João, distrito de Casemiro de Abreu.

<sup>71</sup> Casemiro de Abreu.

<sup>72</sup> Conceição de Macabu.

<sup>73</sup> Frade.

<sup>74</sup> Cachoeiros de Macaé.

<sup>75</sup> Também chamada de Estrada Cantagalo-Macahé, aberta entre 1835 e 1840, ligava as áreas produtoras de café da extremidade Leste do município de São Pedro de Cantagalo até uma série de portos fluviais no Rios Macabu, em seu trajeto principal, e no Rio São Pedro, num trajeto secundário, chamado de Estrada da Carreira Comprida. GOMES, Marcelo A. (Org.) *op. cit.*

ou da navegação fluvial, como nos rios São João, Macaé e Macabu.<sup>76</sup>

Se as estradas integravam as regiões serranas a Macaé, o meio fluvial era a forma de integrar também as baixadas, áreas pantanosas e lacustres, próximas das grandes áreas produtoras de açúcar, incluindo-se aí a vila de Campos e a freguesia de Quissamã. Com um litoral ausente de bons ancoradouros naturais, restava a essas localidades recorrer a seus rios e lagoas como acesso rápido ao Oceano Atlântico, o que viabilizava ainda mais a opção Macaé, já citado melhor complexo portuário marítimo da região.

Além dos bons portos marítimos, Macaé tinha outro fator que lhe era muito favorável: o rio Macaé. Este, além de ligar o oceano à freguesia de Neves, também servia de ligação com a freguesia de Quissamã, na medida em que os canais fluviais, fossem eles naturais ou os futuros canais artificiais, culminavam nesse rio. Para completar, a produção de parte do Sertão de Macabu e uma das rotas alternativas da Estrada Geral de Cantagalo desembocava no rio São Pedro, principal afluente do Macaé.

Canais eram projetos urgentes, como se percebe em Soffiati Neto (2000) citando a Câmara de Campos dos Goytacazes: “por onde pudessem sair em qualquer tempo os produtos agrícolas do município e outros gêneros de consumo.”<sup>77</sup> Ou como anos antes expressou-se Silva (1819): “...contribuiria para o dessecamento dos pantanais da região, para a fluência das águas estagnadas, para o transporte por via fluvial e para a substituição do porto de São João da Barra, com foz perigosa, pelo de Macaé”<sup>78</sup> – que ainda por cima enxergava o dessecamento da terra como outra vantagem desses canais.

O canal Campos-Macaé, mais importante desses projetos de transporte fluvial, talvez o mais significativo de todo o país, não ficou pronto da noite para o dia, mas sua construção, mesmo que morosa, não impediu que outros acessos fossem utilizados, dinamizando o transporte, as comunicações e a economia regional. Não tardou, Macaé

<sup>76</sup> Os caminhos terrestres interligavam as regiões produtoras de café e não atendidas por rios navegáveis, a portos fluviais e aos portos marítimos de Macaé, Leri e São João. Os portos fluviais, por sua vez, completavam a rota, mas seu uso não era constante, pois dependia do nível das águas. Assim, era comum utilizá-los nas cheias. GOMES, Marcelo A. (Org.) *op. cit.*

<sup>77</sup> SOFFIATI, A. “Macaé em Quatro Tempos.” Oficina sobre Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: O Caso de Macaé, Niterói: UFF, 2011, 138. Disponível em: [http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/21\\_ArthurSoffiati.pdf](http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/21_ArthurSoffiati.pdf). Acesso: 30/12/2020.

<sup>78</sup> SILVA, José Carneiro da. Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goytacazes com uma Notícia Breve de suas Produções e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819, p. 60.

não só se destacou como grande centro exportador, mas também produtor, independentemente apenas daquilo que vinha de Campos<sup>79</sup> ou de Cantagalo<sup>80</sup>, ou era mandado para lá<sup>81</sup>.

A aposta em Macaé foi acertada, com a região em torno da sede municipal se desenvolvendo e superando as localidades e freguesias, de certa forma, impondo-se em definitivo sobre as freguesias e localidades. Prova disso foi a narrativa de um dos maiores naturalistas do século XIX, Auguste de Sant-Hilaire que esteve em 1816 a visitar a região:

Situada na embocadura de rio de mesmo nome que divide a cidade em duas partes desiguais; a margem direita, que é a parte maior, se compunha de setenta e oitenta casas com cobertura de colmos, pequenas e baixas, localizadas e separadas umas das outras [...]. No lado sul da cidade podiam ser notadas inúmeras casas comerciais e várias casas residenciais, todas bem cuidadas e bem conservadas, anunciando a boa abastança de seus proprietários.<sup>82</sup>

O crescimento da vila de São João de Macaé deveria seguir-se de um ato institucional que denotaria sua importância e *status* diante das demais vilas do Rio de Janeiro: a elevação à categoria de Cidade.

## A CIDADE DE SÃO JOÃO DE MACAÉ – SÉCULO XIX

Como se viu, em 29 de julho de 1813 Macaé foi emancipada, o que, em outras palavras, significa que ela tinha o *status* de vila, ou seja, de uma povoação independente, com autoridades políticas, administrativas, policiais, eclesiásticas e jurídicas próprias. Entretanto, havia um *status* a ser alcançado por todas as vilas do Brasil que tivessem condições econômicas e políticas para tal: o de Cidade.

<sup>79</sup> Açúcar.

<sup>80</sup> Café.

<sup>81</sup> Manufaturados, escravos, etc.

<sup>82</sup> SANT-HILAIRE, Auguste de. A Cidade de Macaé. Viagem dessa cidade aos limites do Distrito de Campos dos Goitacazes. In: Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. Leonam de Azevedo Pena, São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 (Capítulo XIX), p. 362.

Toda cidade era uma vila, ou seja, era independente. Mas nem toda vila era cidade, já que ainda faltava uma organização urbana baseada num traçado planejado, elaborado por engenheiros, com prédios próprios para câmara e cadeia, requisitos para que fosse oficialmente considerada uma cidade.<sup>83</sup>

Em 15 de abril de 1846, através da lei provincial número 346, a vila de São João de Macahé tornou-se uma cidade de mesmo nome. Antes disso, porém, em 1837, uma série de obras para que tal *status* jurídico fosse atingido começou. Tais obras se resumiram em demarcação e planejamento das ruas, praças, casa da câmara, cadeia e pelourinho:

Ainda como vila, Macaé teve sua área urbana demarcada e o planejamento das ruas e praças organizados pelo engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Belegarde, que em 1837, atendendo à solicitação feita pela Câmara Municipal de Macaé, aqui chegou para realizar esse projeto e evitar que Macaé crescesse desordenadamente, com ruas tortas e irregulares.<sup>84</sup>

O resultado do trabalho de Belegarde se percebe até os dias de hoje em Macaé. Originalmente três grandes ruas paralelas que acompanhavam o sentido da foz do rio, junto ao mar, e que cortavam a área urbana de modo longitudinal foram feitas. As três vias – a rua da Praia<sup>85</sup>, junto à foz do rio; a rua principal, chamada de Direita<sup>86</sup>; e a rua Formosa<sup>87</sup>, que se dirigia ao interior – eram cortadas por ruas transversais, formando as ligações do mar ou do rio com o interior. O projeto se completava ainda com a criação de duas praças colocadas nos extremos da área urbanizada: a praça da alegria<sup>88</sup>, junto à foz do rio; e a praça da matriz<sup>89, 90</sup>.

A elevação à condição de cidade denota outra realidade: o crescimento econômico, ainda maior que o descrito por Sant-Hilaire em 1816, 30 anos antes. De certo modo, o advento do processo

<sup>83</sup> GOMES, Marcelo Abreu (org). *op. cit.*

<sup>84</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al. op. cit.* p. 31.

<sup>85</sup> Rua Presidente Sodré, até hoje chamada de Rua da Praia.

<sup>86</sup> Avenida Ruy Barbosa, até hoje conhecida como Rua Direita.

<sup>87</sup> Rua Teixeira de Gouveia, a única que não é chamada pelo nome original: Rua Formosa.

<sup>88</sup> Praça Washington Luiz.

<sup>89</sup> Praça Dr. Veríssimo de Melo, onde encontra-se a Igreja Matriz de São João Batista.

<sup>90</sup> KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura. 2001.

urbanístico macaense se deve aos desdobramentos do desenvolvimento econômico iniciado na primeira metade do século XIX. Desde o final do século XVIII, a economia macaense esteve voltada para o comércio interno e a produção de alimentos. O adensamento demográfico da região foi impulsionado pela atração de população livre que buscava condições favoráveis à expansão das lavouras de alimentos.

O açúcar, produto que despontou desde o século XVIII, teve um impulso ainda maior no século XIX, em especial a produção que vinha de Carapebus e Quissamã. A agricultura cafeeira foi extremamente importante para a economia macaense durante todo o século XIX, este tanto produzido na vila de Cantagalo quanto nas regiões serranas de Macaé, como Sana, Crubixais e Macabu, por exemplo.<sup>91</sup> O café e o açúcar, produtos exportáveis, tiveram seu comércio dinamizado a partir de 1840 e 1860 com a abertura de importantes estradas e canais fluviais. O destaque é a Estrada Geral de Cantagalo<sup>92</sup>, concluída em 1845, que tinha piso pavimentado com pedras permitindo seu uso em qualquer estação do ano e, dependendo do regime de cheias dos rios, poderia ser o meio de acesso a um porto fluvial nos rios Macabu e São Pedro, seguindo daí em barcaças e jangadas até Macaé.<sup>93</sup>

A integração entre estradas e canais fluviais se concretizou com a construção do Canal Campos-Macaé, que fazia o papel de via rápida de transporte a unir o rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes ao litoral Atlântico em Macaé, além de receber as vias terrestres, em especial a Estrada Geral de Cantagalo. O canal tornou-se o mais significativo caminho do interior fluminense, escoando café e açúcar, dois dos principais produtos brasileiros de exportação.<sup>94</sup>

As importações seguiram ritmo parecido. O fluxo que direcionava produtos locais ao mercado carioca ou mesmo ao mercado externo era, em via contrária, aquele que recebia artigos de todos os tipos e de todas as origens. A via importadora era mais dinâmica que a exportadora, pois, embora Macaé produzisse e recebesse vários gêneros agropecuários, apenas o açúcar era um artigo industrializado

<sup>91</sup> FRANCO, M. C. V. *op. cit.*

<sup>92</sup> Segundo Penha (2014), a obra da estrada foi orçada em 49:345\$000,00, sendo a segunda obra mais cara de toda província no período.

<sup>93</sup> GOMES, Marcelo Abreu (org). *op. cit.*

<sup>94</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. *O Município de Macaé: Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão para o Trabalho Livre*. Universidade Federal Fluminense, 2001 (Dissertação, mestrado em História).

em quantidade apreciável a ser enviada a outros lugares. A excepcional maioria dos produtos exportados por Macaé e em Macaé eram produtos primários, de origem agrícola, café principalmente, alguns de origem animal e madeira, mas quase nenhum, exceto o açúcar, manufaturado.<sup>95</sup>

Penha (2001) nos dá a real medida desse contexto econômico, interagindo com o crescimento do município:

Desde final do século XVIII, a economia macaense estava voltada para o comércio interno e a produção de alimentos. O adensamento demográfico da região foi impulsionado pela atração de população livre que buscava condições favoráveis à expansão das lavouras de alimentos. A agricultura cafeeira foi extremamente importante para a economia macaense durante todo o século XIX.<sup>96</sup>

As importações eram de gêneros diversos, destacando-se um produto agrícola, o trigo, pois em tudo o mais o município era um verdadeiro celeiro. No mais importava-se de tudo, de manufaturados básicos como tecidos, remédios, tintas, papel, velas, panelas e querosene, até pólvora, munição, ferramentas e armas.<sup>97</sup>

Entretanto, até a promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, o porto de Macaé por sua facilidade em abrigar embarcações de diferentes calados e por ser abrigado de grandes intempéries, além de fácil desembarque, recebia uma mercadoria ao mesmo tempo comum e lucrativa: pessoas capturadas na África que vinham para cá, a fim de trabalhar nas lavouras e residências.

Macaé foi um grande porto de recepção de escravizados, e a cidade, um dos polos comerciais mais pujantes, especializados nessa mercadoria, como citou Pessoa (2018):

Entre os anos de 1838 e 1850, registram cerca de 48 mil africanos chegando às praias do norte da província, fazendo daquelas enseadas, ilhas e praias espaços privilegiados nos desembarques de negreiros

<sup>95</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>96</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. *op. cit.* p.16.

<sup>97</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al. op. cit.*

no Atlântico. Frente a esses dados, insistimos que a reabertura do tráfico e sua sustentação tácita, por quase duas décadas, viabilizou o boom da economia cafeeira no Império. A construção de fortunas colossais dos fazendeiros negreiros esteve assentada nessa escravidão ilegal, não somente pelo fato desses senhores transformarem suas fazendas no resultado concreto dessas transações, mas, sobretudo, porque foram eles também os agentes que viabilizaram a logística e a estrutura política, social e econômica de retomada dos negócios negreiros em dimensões atlânticas.<sup>98</sup>

Milhares de escravos desembarcavam nas costas do Norte do Rio de Janeiro, leia-se Macaé em alto e bom som, pois era o melhor porto para tais atividades. Os números não apenas coincidem, como corroboram o crescimento gigantesco da cafeicultura na região Serrana e do açúcar nas baixadas da região.

Mas coube à evolução tecnológica do século XIX, ao trazer um invento dinâmico para a humanidade, a máquina a vapor nos meios de transporte, acelerar todos os processos econômicos e demográficos da região. A máquina a vapor era, até então, utilizada para acelerar a velocidade de máquinas, caracterizando o processo e a Revolução Industrial. Os inventores do século XIX introduziram o vapor, primeiramente nas embarcações, e, depois, criaram as locomotivas. Barcos a vapor e locomotivas tornaram as viagens, as comunicações e as trocas comerciais ainda mais dinâmicas.

Presentes nos portos marítimos fluminenses desde cedo, as embarcações a vapor também se fizeram presentes em rios, lagoas e canais, percorrendo o rio Paraíba do Sul, adentrando pelo rio Macaé, conduzindo pranchões no canal Campos-Macaé, como destacou Parada (1995):

Em fins de abril de 1869 o vapor “Macahé”, que habitualmente fazia a ligação marítima entre nossa cidade e a Corte, havia trazido a reboque o pequenino vapor de nome “Macabu”. Destinava-se a ser em outro serviço de reboque: o das canoas e pranchas que já transitavam pelo Canal Macaé-Campos.<sup>99</sup>

<sup>98</sup> PESSOA, Thiago Campos. Sob o signo da ilegalidade: o tráfico de africanos na montagem do complexo cafeeiro (Rio de Janeiro, 1831-1850). *Tempo*, v. 24, n. 3, p. 422-449, 2018c.

<sup>99</sup> PARADA, Antonio A. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995. Vol. II. pp.141-142.

Nos anos 70 do século XIX essa novidade importante chegou aqui: o transporte ferroviário. Inventado na Inglaterra, chegou ao Brasil em 1854, sendo inaugurado em Macaé no ano de 1875, mas em uso desde o ano anterior, 1874. A estrada de ferro, cujo eixo principal unia Campos a Macaé e daí a Niterói, ramificava-se pelo interior do município com os ramais de Macabu, Quissamã e Glicério, em outras palavras, substituindo o transporte com tropeiros e, mais ainda, sepultando o transporte pelos canais e rios<sup>100</sup>. Daqueles anos em diante, os transportes fluvial e tropeiro só seriam usados para unir áreas mais remotas a uma estação ferroviária – a estação tornou-se o polo de atração em torno da qual surgiram e se desenvolveriam diversas localidades<sup>101 102</sup>.

Concluindo a importância econômica macaense no século XIX, instala-se em 1896 a Alfândega de Macaé, “Após luta insana [...], Macaé viu inaugurada em 6 de dezembro de 1898 a sua alfândega, em importante prédio levantado na Praia da Imbetiba.”<sup>103</sup> Tal realização facilitou muito a exportação e importação de gêneros, tornando o porto um dos cinco mais importantes do Brasil na época.<sup>104</sup>

A alfândega, marco do desenvolvimento regional baseado na exportação de gêneros agropecuários, não durou muito tempo, vindo a sucumbir às sequelas da crise que levou à quase extinção da produção cafeeira na região. Tal crise, que tem seus princípios no tripé, mal uso do solo e dos recursos naturais, lavoura baseada em trabalho compulsório e falta de técnicas produtivas mais modernas, tudo isso acelerado por um surto que consumia os cafezais, o “Mal de Cantagalo”<sup>105</sup>, teve seu golpe de misericórdia em princípios do século XX, com a superprodução e queda dos preços. Sem o café, apenas o açúcar, cujos preços oscilavam muito devido à concorrência caribenha e africana, não foi capaz de justificar a existência de uma

<sup>100</sup> O Canal Campos-Macaé, concluído em 1872, logo perdeu importância, caindo em quase completo abandono até os dias de hoje.

<sup>101</sup> Conde de Araruama, Carapebus, Conceição de Macabu, Glicério são casos exemplares de localidades desenvolvidas no entorno dessas estações ferroviárias.

<sup>102</sup> PARADA, Antonio A. *op. cit.*

<sup>103</sup> PARADA, Antonio A. *op. cit.* p. 50

<sup>104</sup> PARADA, Antonio A. *op. cit.*

<sup>105</sup> O prejuízo causado por um nematoide, *Meloidogyne exigua* (Heterodera-radicula), teve início em 1875 nas regiões entre São Fidélis e Cantagalo. MATIELO, José Brás, CARVALHO, Francimar. CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO: O CASO DO CAFÉ. <https://www.revistasober.org/article/5d077eca0e8825504df70b6e/pdf/resr-18-3-495.pdf>. p. 499. Consultado em 30-01-2020.

alfândega por aqui. Outro fator determinante foi o ramal ferroviário até Niterói, possibilitando o uso daquela alfândega e as constantes lutas políticas do antigo estado do Rio de Janeiro.

A elaboração do traçado urbanístico de Macaé, bem como a grande variedade de ambientes naturais em seu município, principalmente numa região onde os recursos técnicos arcaicos deixavam o homem muito dependente da natureza, permitiu o surgimento de realidades sociais distintas, sobretudo no controle das elites sobre as populações marginalizadas. Em Macaé, palco de crimes célebres, de repercussão nacional, ficou claro que tais ocorrências sempre se davam em determinadas regiões do município, enquanto outras pareciam conviver com ambientes mais “seguros”.

## **CORONÉIS, BARÕES, AVENTUREIROS, EXCLUÍDOS, ESCRAVIZADOS: A RELAÇÃO ENTRE A DINÂMICA SOCIAL E ESPACIAL MACAENSE NOS OITOCENTOS**

Knauss (2001) faz uma interessante análise do traçado urbanístico elaborado por Luiz Belegarde, contratado pela Câmara Municipal de Macaé para planejar as obras necessárias à elevação da vila à condição de cidade, mostrando que o referido projeto tinha um caráter sectário, direcionando certos grupos sociais a áreas menos privilegiadas, enquanto outros a espaços mais nobres. Materializando, portanto, na própria remodelação arquitetônica da cidade as lógicas da ordem social de sua época.<sup>106</sup>

A afirmativa de KNAUSS (2001) é de uma pertinência ímpar. O eixo paralelo formado pelas ruas da Praia, Direita e Formosa, entrecortado metricamente por outras quatro ruas perpendiculares, limitado em suas extremidades pelas praças da Matriz e da Alegria, foi habitado, ao longo do século XIX e parte do XX, principalmente por setores sociais que mesclavam classes mais altas e médias, com os níveis econômicos da população diminuindo à medida que se afastava desse eixo em direção a ruas mais interioranas – salvo raras exceções a quem vivia em fazendas nos arredores da cidade, em geral pertencentes a classes mais abastadas.

<sup>106</sup> KNAUSS, Paulo. *op. cit.* p.31.

Lobo Júnior (1990) assim descreveu tais características em relação à rua Direita: “é a principal do comércio macaense: casas comerciais, empórios, confecções, profissionais liberais e boticas ali se instalam.”<sup>107</sup> E completou em relação a outra rua importante, a da Praia:

Outra rua importante é a da Praia, onde está localizado o Trapiche do Raton e onde o comerciante português, José Domingues de Araújo, construiu um belo solar de frente para o rio (hoje Câmara Municipal), que recebeu como hóspede ilustre o imperador Dom Pedro II em 1847, quando de sua viagem para Campos.<sup>108</sup>

A constatação dessas características também é possível ao se analisarem as cobranças de impostos prediais e comerciais ao longo dos séculos XIX e XX existentes nos arquivos da Câmara Municipal de Macaé, nas quais se percebe não só uma diminuição dos valores dos tributos, como as características mais simplórias das construções à medida que se afastam do eixo descrito anteriormente.<sup>109</sup> Outra constatação plausível é a observância do acervo fotográfico da cidade, cujo foco, via de regra, são as edificações e pessoas que ou viviam nesse eixo, ou em grandes fazendas da região.

Como exemplo, percebe-se, na tabela abaixo, a discrepância na cobrança de impostos prediais (relacionados à construção no terreno), quando associados à distância entre edificações construídas no eixo central e outras mais distantes desse ponto.

Empresa ou Edificação	Localização	Imposto ou Tributo	Valor Anual (Mil Réis)	Distância em relação ao eixo central <sup>110</sup>
Residência do Visconde de Araújo	Rua da Praia	Predial	75\$000,00	0
Taboada & Cia	Rua Formosa	Predial	66\$500,00	100
Ginásio de Instrução Masculina	Rua das Flores	Predial	54\$700,00	300
José Alvez Fontes	Rua da Esperança	Predial	11\$000,00	700

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ. Lançamento de Tributos e Taxas. Ano de 1899.

<sup>107</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al. op. cit.* p. 34.

<sup>108</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al. op. cit.* p. 34.

<sup>109</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ. Lançamento de Tributos e Taxas. Anos de 1868, 1877, 1888, 1904, 1919. Consultados entre 16 de janeiro de 1994 e 31 de julho de 2010.

<sup>110</sup> Entre as Praças da Matriz e da Alegria, formado pelas paralelas das ruas da Praia, Direita e Formosa, além de algumas transversais.

Essas constatações não se aplicavam apenas ao núcleo urbano da cidade de Macaé. Aplicavam-se a todo município, onde se percebe claramente a existência de áreas em que a presença e o controle das elites econômicas é mais presente e áreas onde, em razão da ausência ou debilidade desses poderes, há menos controle. Geograficamente falando, é possível identificar algumas áreas de predomínio das grandes fazendas monocultoras, como aquelas em que se percebia a presença dos grandes proprietários e burgueses. Nesse caso, destaca-se a região da cidade de Macaé, a serra macaense e o eixo Carapebus-Quissamã como predominantes.<sup>111</sup>

Nessas áreas, a plantagem cafeeira ou canavieira atraiu a presença de grandes empresários agrícolas e comerciais, cuja posição social automaticamente atraía um maior protagonismo político. Nesse quesito, a criação da Guarda Nacional em 1831 e as posições na linha nobiliárquica imperial se manifestaram através dos coronéis, cavaleiros, comendadores, barões, condes e viscondes que povoaram Macaé no século XIX.

Penha (2014) mostrou a projeção econômica do café e do açúcar em relação aos demais produtos macaenses, com exportações de 32:400\$000,00 de açúcar e 12:000\$000,00 de café, isso em 1844, quando a cafeeicultura apenas começava na região. Apenas para efeito comparativo, dois produtos fundamentais à sobrevivência humana no século XIX e até hoje, como feijão e arroz, renderam, no mesmo ano, 120\$000,00 e 24\$000,00 respectivamente, ou seja, bem menos. O que isso quer dizer? Simples, onde se tem tanta renda, tem-se também uma elite que concentra essa renda em detrimento de grupos menos favorecidos.<sup>112</sup>

A presença dessa elite e da Guarda Nacional teve, por assim dizer, outro lado: maior controle social. Num contexto de extrema desigualdade social, onde a mão de obra básica ainda era dos escravizados, onde os libertos e livres, em sua maioria, viviam abaixo da linha de pobreza, e a injustiça campeava, era natural a ocorrência

---

<sup>111</sup> Desde o século XVIII com as observações de Manoel Martins do Couto Reis, até o século XIX com diversos outros viajantes e naturalistas, além dos dados econômicos, percebe-se a proeminência de algumas regiões sobre as demais. O ciclo canavieiro deu protagonismo a Carapebus e Quissamã durante o século XIX, enquanto o ciclo cafeeiro fez o mesmo com a região serrana macaense.

<sup>112</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. Nas Águas do Canal: política e poder na construção do Canal Campos-Macaé (1835-1875). Rio de Janeiro: APERJ, 2014, p.106.

de revoltas e outros atos de resistência, não fosse o alto índice de controle dessa população por autoridades bem municiadas de poder.

Não é de se estranhar que a incidência de crimes, como por exemplo, revoltas de escravizados e formação de quilombos, fossem mais raras nessas áreas do que em outras onde a fragilidade das ações preventivas e coercitivas eram mais débeis – caso de outras áreas do município.<sup>113</sup>

As características ecológicas de algumas áreas do município de Macaé não se mostraram, a princípio, ideais para instalação de *plantations* canavieiras ou cafeiras. Eram regiões abaixo de 400 metros, ou seja, não adequadas à produção de café do gênero arábica, o produzido no Brasil na época, mas com uma altitude que não favorecia a produção canavieira. Além dessas regiões, pântanos e restingas também constituíam obstáculos à produtividade agrícola.<sup>114</sup>

Assim, a elite do “baronato do açúcar” predominava em áreas específicas, enquanto, em outras, seus tentáculos nem sempre atingiam. A mesma coisa acontecia com a elite cafeeira, que na região foi menos poderosa que a açucareira, mais antiga, maior, mais importante politicamente. Essa dicotomia entre áreas de influência das elites rurais e áreas mais periféricas fica clara em Gomes (2019):

Enquanto as baixadas entre Macaé e Campos, próximas a faixa litorânea, iam sendo ocupadas pelo gado e cana-de-açúcar, de grandes proprietários, as regiões mais ao interior ficavam com pessoas de outros estratos sociais, em geral mais baixos que os do litoral.<sup>115</sup>

Essas regiões se tornaram paralelas, com uma dinâmica econômica e social diferente das demais onde a presença de elementos sem oportunidades, escravizados foragidos, alforriados, “novos ricos”, emergentes buscaram se estabelecer como novamente esclareceu Gomes (2019):

A região, que a princípio, não despertava interesses, com o tempo tornou-se uma área de colonização periférica,

<sup>113</sup> PARADA (1995), TINOCO (1963), GOMES (2019), LAMEGO (1943) identificam os grandes crimes, revoltas e quilombos macaenses, em sua maioria, fora dessas áreas de plantagem.

<sup>114</sup> GOMES, Marcelo Abreu.(org) *op. cit.*

<sup>115</sup> GOMES, Marcelo Abreu. *op. cit.* p.48.

possível de se obter através da doação de sesmarias, baixos porém pantanosos, infestados de doenças, com montanhas que, além das madeiras, ainda não estavam destinadas a produção cafeeira, com o tempo a região foi cobiçada por pequenos e médios proprietários – que em geral não tinham condições de obter posses em áreas mais significativas economicamente, como áreas próximas a Macaé, Campos e Quissamã.<sup>116</sup>

Nessas áreas a presença de *plantations* foi rara ou inexistente. Da mesma forma, uma elite mediana instalou-se ali, sem condições de atuações contundentes de prevenção ou coerção a atividades consideradas subversivas. É exatamente em áreas assim que revoltas de escravizados, quilombos, conflitos fundiários, presença dos últimos indígenas serão constatados. O vale dos rios Macabu e São Pedro, em suas fases medianas, ou seja, nem montanhosas e nem nas planícies, é o caso mais característico – não por acaso, territórios de aventureiros, de foragidos, onde se desenrolaram algumas das principais histórias narradas pelo livro *Evocações – Crimes Celebres em Macabé*:

Crime Célebre narrado no Livro	Localização
Quilombo do Carukango	freguesia de N. Sa. Neves, bacia dos rios Macabu e São Pedro, região de ocupação recente na época.
Motta Coqueiro	Bacia dos rios Santa Catarina e Macabu, região de terras devolutas e grilagem.
Chico do Padre	rio São Pedro e rio Aduelas.

Fonte: VASCONCELLOS, A. C. *Evocações - Crimes Celebres em Macabé*. Campos: Leusinger, 1911.

## REFERÊNCIAS

AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMAN, Carlos; FREIRE, Jonis (org). *Macaé nos Séculos XVII e XVIII: Catolicismo e Povoamento*, In: *Povoamento, Catolicismo e Escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

<sup>116</sup> GOMES, Marcelo Abreu. op. cit. p.48.

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ. Lançamento de Tributos e Taxas. Anos de 1868, 1877, 1888, 1904, 1919. Consultados entre 16 de janeiro de 1994 e 31 de julho de 2010.

CARVALHO, Augusto de. Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, M. C. V. A Antiga Macaé. In: [www.macaerj.gov.br](http://www.macaerj.gov.br). Consultado em 29-01-2020.

FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1977.

FRIDMAN, F.; CHRYSOSTOMO, M. I. J. *Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense*. In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v.20 nº 1, pp.157-168, Jan-Jun 2010.

GABRIEL, Adelmo Henrique Dumas e LUZ, Margareth da (Orgs.); FREITAS, Carlos Roberto B.; SANTOS, Fabiano Vilaça dos KNAUS, Paulo; SOFFIATI, Arthur (notas explicativas) e GOMES, Marcelo Abreu. Roteiro dos Sete Capitães. Macaé: Funemac Livros, 2012.

GOMES, Marcelo Abreu (Org.); BASTOS, Tarcísio; MARCHI, Carlos; SOFFIATI NETO, Arthur. *Conceição de Macabu: História das Origens até a Segunda Emancipação*. Conceição de Macabu: Ed. Macuco, 2012.

KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura. 2001.

LAMEGO, A. F. M. "Macaé À Luz de Documentos Inéditos." Anuário Geográfico Do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IHGB, Vol. 11, 1958.

\_\_\_\_\_. O Homem e a Restinga. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 (1946).

\_\_\_\_\_. O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 (1945).

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1945, v. VII.

LERY, Jean. Viagem à Terra do Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999, p. 116.

LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares *et al.* Macaé - Síntese Geo-Histórica. Rio de Janeiro: 100 Artes Publicações, 1990.

- MATIELO, José Brás, CARVALHO, Francismar. CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO: O CASO DO CAFÉ. <https://www.revistasober.org/article/5d077eca0e8825504df70b6e/pdf/resr-18-3-495.pdf>. p. 499. Consultado em 30-01-2020.
- PARADA, A. A. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas. 1995, Vol. I e II.
- PENHA, Ana Lúcia Nunes. *O Município de Macaé: Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão para o Trabalho Livre*. Universidade Federal Fluminense, 2001 (Dissertação, mestrado em História).
- \_\_\_\_\_. Nas Águas do Canal – Política e Poder na Construção do Canal Campos-Macaé (1835-1875). Rio de Janeiro: APERJ, 2014.
- PESSOA, Thiago Campos. Sob o signo da ilegalidade: o tráfico de africanos na montagem do complexo cafeeiro (Rio de Janeiro, 1831-1850). *Tempo*, v. 24, n. 3, p. 422-449, 2018c.
- REYS, Manoel Martins do Couto. *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, Coleção Fluminense.
- SANT-HILAIRE, Auguste de. A Cidade de Macaé. Viagem dessa cidade aos limites do Distrito de Campos dos Goitacazes. In: *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Leonam de Azevedo Pena, São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 (Capítulo XIX).
- SILVA, José Carneiro da. Memória Topográfica e Histórica sobre Campos dos Goytacazes com uma Notícia Breve de Suas Produções e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.
- SOFFIATI, A. “Macaé Em Quatro Tempos.” Oficina sobre impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé, Niterói: UFF, 2011, 138. Disponível em: [www.uff.br/macaeimprocto/OFFICINAMACAE/pdf/21\\_ArthurSofiatti.pdf](http://www.uff.br/macaeimprocto/OFFICINAMACAE/pdf/21_ArthurSofiatti.pdf)>. Acesso: 30/12/2020.
- SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: EBP, 1938, p. 66.
- THEVET, André. Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944.

# (IN) JUSTIÇA E CRIMINALIDADE EM MACAÉ NO SÉCULO XIX: CHICO DO PADRE, CARUKANGO E MOTTA COQUEIRO – CULPADOS OU INOCENTES?

*Tarcísio Pereira Bastos<sup>117</sup>*

A organização judiciária da América Portuguesa estava concentrada nas Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, especificamente o Livro V, que tratava do Direito Penal, e nas deliberações das Casas da Câmara, Juizados das Comarcas, Tribunais da Relação e Casa da Suplicação de Lisboa. As Ordenações Filipinas serviram como dispositivo estruturador das atribuições camarárias, buscando diminuir os de subordinação entre a municipalidade e o poder central. As “camaras municipais” eram compostas por um juiz ordinário, seu presidente; três ou quatro vereadores, segundo o foral ou costume da terra; um escrivão; um procurador; e, às vezes, um tesoureiro. Eles eram reconhecidos como “officiaes da câmara”. De quatro em quatro anos, ocorriam escrutínios nas paróquias, vilas e cidades para nomeação de seus membros.<sup>118</sup>

Na primeira metade do século XIX, tribunais superiores foram criados na capital do Império, com a finalidade de legalizar o aparato administrativo-jurídico, a partir da transferência da Família Real. A Casa da Suplicação do Brasil (1808-1833), institucionalizada pelo príncipe regente D. João de Bragança, assumiu os agravos ordinários e apelações do Pará, Maranhão, Relação da Bahia, Ilha dos Açores e da Madeira, transformando-se na mais alta jurisdição luso-brasileira. Após a Revolução do Porto, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa reuniram-se, em Lisboa, para arquitetar uma nova carta constitucional para Portugal e seus domínios ultramarinos. Houve o desmembramento da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que se tornou Secretaria de Negócios da Justiça, com competências sobre “os assuntos da justiça civil e criminal, os negócios eclesiásticos, a expedição das nomeações de lugares da magistratura e

<sup>117</sup> Graduado em História. Especialista em Patrimônio Cultural. Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde.

<sup>118</sup> LAXE, João Baptista Cortines. Regimento das Câmaras Municipaes ou Lei de 1º de Outubro de 1828. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.

dos ofícios de justiça e a inspeção das prisões”.<sup>119</sup> Tais ditames se mantiveram vigentes, influenciando as jurisprudências do Brasil recém-emancipado. A implantação do Supremo Tribunal de Justiça, em 1828, ocasionou a extinção da Casa da Suplicação e a reativação da Relação do Rio de Janeiro (1833-1890) como tribunal de segunda instância, similar às que existiam nas províncias da Bahia, Maranhão e Pernambuco. Os casos de primeira instância eram julgados pelas Câmaras e suas respectivas Comarcas.

Somado ao papel das casas judiciárias, o governo monárquico necessitou criar codificações penais que refletissem seu aparelho judicial independente e respeitassem a “Constituição Política do Império do Brasil” de 1824, promulgada por D. Pedro I, como o Código Criminal de 1830, idealizado pelo deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, e o Código do Processo Criminal de 1832, cujo projeto final foi elaborado por Manoel Alves Branco, 2º Visconde de Caravelas. Subdividida em quatro partes: I) Dos crimes e das penas; II) Dos crimes públicos; III) Dos crimes particulares; e IV) Dos crimes policiais, o Código Criminal de 1830 mesclava características forenses retrógradas do Antigo Regime e ideias inovadoras do Iluminismo. Em seus artigos constam os seguintes princípios: “Não haveria crime ou delito, sem uma lei anterior que o qualificasse”, “Criminosos [são] aqueles que cometiam, constrangiam ou mandavam alguém cometer crimes”; e “Nenhum crime fosse punido com penas que não estivessem estabelecidas nas leis, conforme a gradação de máximo, médio e mínimo, em razão das possíveis atenuantes ou agravantes”.<sup>120</sup> Entre as penalidades, o Código previa: pena de morte, galés, prisão com trabalho, prisão simples, banimento, degredo, desterro, multa, açoites, suspensão e perda do cargo.<sup>121</sup>

Já o Código do Processo Criminal de 1832 abordou a administração da Justiça Criminal em primeira instância e o aditamento processual inerente ao Código Criminal de 1830. Esse código concedeu maior autonomia aos juizados municipais, incumbidos de demarcar

<sup>119</sup> TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Relatório da Pesquisa da Proveniência: Casa da Suplicação do Brasil. Rio de Janeiro: TJERJ, 2011, p. 17.

<sup>120</sup> SOUZA, Braz Florentino Henriques de. Código Criminal do Império do Brasil (1830). Recife: Typographia Universal, 1858.

<sup>121</sup> CRUZ, Rogério Schietti Machado. Pena e punição no Brasil do século XIX. Revista do Conselho Nacional do Ministério Público, n. 4, Brasília, 2014.

as Comarcas e seus respectivos Termos e Distritos de Paz. Com uma média de setenta e cinco casas habitadas, os Distritos tinham juiz de paz, nomeado por eleições locais, bem como escrivão de paz, com no mínimo 21 anos de idade, bons costumes, experiência em processos judiciais e indicado pela câmara municipal. Quanto à segurança pública, existiam os inspetores de quartirão, maiores de 21 anos, bem-conceituados na sociedade, também designados pela câmara. Em conformidade ao juiz de paz, os oficiais de justiça desempenhavam atividades forenses e administrativas. Os Termos possuíam Conselho de Jurados, formado por eleitores de “reconhecido bom senso e probidade”, aprovados por uma Junta constituída por juiz de paz, pároco ou capelão e presidente ou vereador da câmara. Além dos jurados, havia juiz municipal, graduado em Direito ou “pessoa bem-conceituada e instruída” em leis, escolhido pelos camarários. Para o cargo de promotor público, o indivíduo deveria compor o Júri, ter conhecimento em leis e ser recrutado pela Câmara, Governo da Corte ou Presidência da Província. Os escrivães serviam ao Juizado Local e à Comarca, tanto nas obrigações criminais, como nas cíveis. Os oficiais de justiça dos Termos, desde que tivessem mais de 21 anos, eram selecionados pelo juiz municipal. Em relação às Comarcas, estas tinham juiz de direito, graduado em Ciências Jurídicas, bem-conceituado, com 22 anos de idade completos e experiência em tribunais, sendo convocado pelo imperador. Junto a ele atuavam uma série de oficiais renomados, equivalentes aos Termos e Distritos.<sup>122</sup> No tocante à Província do Rio de Janeiro, em 1833, ela contava com seis comarcas, abrangendo Ilha Grande, Resende, Cantagalo, Campos,<sup>123</sup> São João de Itaboraí e Rio de Janeiro.<sup>124</sup> Cada uma delas comandava dezenas de câmaras e cadeias, espalhadas de norte a sul da província.

O artigo 179 da Constituição de 1824 determinava que as prisões fossem “seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes”. Para atender essa premissa, providenciou-se a

<sup>122</sup> PESSOA, Vicente Alves de Paula. Código do Processo Criminal de Primeira Instância do Brasil. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1899.

<sup>123</sup> Até a criação da Comarca de Campos (1833), o Termo de Macaé pertencia à Comarca do Rio de Janeiro. Dois anos depois, migrou para a Comarca de Cabo Frio. Perdurou nessa condição até 1874, quando se tornou “cabeça” de Comarca.

<sup>124</sup> TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Relatório da Pesquisa da Proveniência: Casa da Suplicação do Brasil. Rio de Janeiro: TJERJ, 2011.

construção de três instituições correcionais, sob inspiração europeia e estadunidense: a Casa de Correção da Corte (1834-1850), a Casa de Prisão com Trabalhos da Bahia (1834-1861) e a Casa de Correção de São Paulo (1837-1852).<sup>125</sup> Todas elas aplicavam a penalidade por meio de trabalhos.

Os conceitos mais humanistas de recuperação de presidiários remontam às ideias reformistas que floresceram no século XIX, ainda durante o império, quando as penas de prisão passaram a incorporar jornadas diárias de trabalho, cujo objetivo tanto era reprimir quanto levar à reforma moral do criminoso, reabilitando-o para o convívio social. O modelo, considerado como um tipo de punição moderna, trazia a noção de que a disciplina do trabalho contribuiria para a recuperação do delinquente.<sup>126</sup>

Nas primeiras décadas dos Oitocentos, as prisões da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro estavam situadas na Baía de Guanabara, como, por exemplo, na Ilhas das Cobras e na Fortaleza de Santa Bárbara, específicas para detentos militares. Havia também o Aljube, para prisioneiros civis, localizada nas proximidades do Morro da Conceição, e o Calabouço, assentado no Morro do Castelo, exclusivo para punição de escravos fugitivos ou desordeiros.<sup>127</sup>

No interior da Província do Rio de Janeiro, os cárceres eram precários e insalubres. Apesar das reclamações dos chefes da polícia e solicitações dos juízes e do presidente da Província, não era habitual construir ou reformar enxovias. Geralmente, elas ficavam junto às câmaras municipais ou fóruns das comarcas, também, em péssimas condições de manutenção.

As cadeias viviam em obras, muitas vezes recebendo investimento público ou privado, mas que jamais

<sup>125</sup> ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Da Casa de Correção da Corte ao Complexo Penitenciário Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro (1834-2006). Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 1, Rio de Janeiro, 2007.

<sup>126</sup> ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Capitalismo, classes sociais e prisões no Brasil. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, Rio de Janeiro, 2014, p. 26.

<sup>127</sup> ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Prisão, trabalho e liberdade: os africanos livres na construção da Casa de Correção do Rio de Janeiro (1834-1864). Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

culminava em uma real melhora da cadeia e do sistema jurídico. Os juizes de paz eram figuras raras em algumas regiões, ao lado dos juizes de direito, sendo julgamentos constantemente cancelados ou nem vinham a ocorrer. Isso fazia com que muitos presos fossem detidos, mas logo soltos. Em contrapartida, o número de crimes nessas regiões eram alto, principalmente os relacionados a ferimentos e homicídios. Nesses casos, os presos eram detidos nas cadeias e enviados à capital para aguardar julgamento ou cumprir sentença. O destino era Aljube, Casa de Correção da Corte ou Casa de Detenção de Niterói,<sup>128</sup> dependendo da sentença a ser cumprida.<sup>129</sup>

Em 1835, a situação era preocupante. “As Vilas de Valença, Vassouras, Cantagalo, Nova Friburgo, Barra Mansa, S. João do Príncipe, Itaguaí, Mangaratiba, Itaboraí, Maricá e Macaé não possuíam prisões, mas sim casas de pau a pique, casas particulares alugadas ou um quarto no Forte de Mangaratiba”.<sup>130</sup> De acordo com os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, os crimes mais cometidos foram o de ferimentos leves e graves, homicídios ou tentativas de homicídios, furtos, uso de armas, insultos e injúrias, considerando-se o período entre 1835 e 1839.<sup>131</sup> Considerando-se o total de julgamento de crimes, Campos dos Goytacazes, Angra dos Reis, Niterói, Vassouras, Cabo Frio, Resende, Cantagalo e Itaboraí tiveram maior incidência de criminalidade.

O mapa prisional de 1857 indica que a quantidade de escravizados aprisionados era superior à de brasileiros, vindo, em seguida, os estrangeiros. Os índices mais baixos de encarceramento correspondiam aos africanos livres, africanos libertos e indivíduos de naturalidade desconhecida.<sup>132</sup>

<sup>128</sup> A Casa de Detenção de Niterói foi aberta em 1857.

<sup>129</sup> AMARAL, Rita de Kasia Andrade. Saúde e escravidão: medicina e direito no Brasil e nos Estados Unidos (1830-1888). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020, p. 329.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>131</sup> Na década de 1860, segundo o nível de decorrência, as transgressões mais corriqueiras na cidade de Macaé eram: I) Roubos, calúnias, injúrias, ferimentos e ofensas físicas; II) Homicídios, tentativas de homicídios, infrações, resistências e danos; III) Fugas de presos, furtos e tentativas de furtos.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

O maior número de escravos era recolhido às prisões para a realização de averiguações, provavelmente para se confirmar a sua documentação. Depois o que veremos são casos de desordem, desobediência, embriaguez, infrações, homicídios e furtos. No caso dos africanos livres, os poucos recolhidos às prisões eram por motivo de averiguação, existindo poucos casos de correção, desordem e calúnia. Os africanos libertos também eram poucos e cuja razão da prisão concentrava-se nas averiguações, espalhando os restantes entre os motivos de vadiagem, uso de armas, desordem, embriaguez, correção e depósito.<sup>133</sup>

A Província do Rio de Janeiro era palco frequente de querelas entre senhores de terras e agentes do poder, visando legitimar sua representatividade política nas comarcas. A carência de arranjos jurídicos, regimentos policiais, julgamentos oficiais e cadeias seguras favoreciam a ocorrência de crimes de toda sorte, como insurreições, assassinatos e ferimentos, agravando, assim, a realidade. Atos de corrupção, fugas e solturas também eram práticas comuns. A administração pública e forense provinciana “era refém de conflitos de jurisdição e precária fiscalização, como também exercício de seu dever por parte das autoridades e magistraturas, evidenciando um sistema prisional ineficiente e refém dos interesses das elites locais”.<sup>134</sup>

Portanto, com algumas exceções, essa era a configuração judiciária e social existente em boa parte das freguesias, vilas e cidades do Império do Brasil, como também no norte da Província do Rio de Janeiro, sobretudo Macaé, no decorrer do século XIX.

## SÍNTESE HISTÓRICA DE MACAÉ E REGIÃO

Durante os séculos XVI e XVIII, o território que hoje se denomina Macaé pertencia à Capitania de São Tomé, posteriormente Capitania da Paraíba do Sul, abrangendo planícies propícias para o desenvolvimento da criação de gado, plantio da cana-de-açúcar, agricultura de subsistência e extração de madeira. Com a extinção das

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 252.

capitanias hereditárias, as terras foram transformadas em sesmarias e doadas aos Sete Capitães em 1627. Eles promoveram a colonização efetiva das glebas distribuídas entre os rios Itabapoana (*Managé*) e Macaé (*Miquié*).<sup>135</sup> Quando os Capitães chegaram à “Aldeia de Macaé”, em 1632, encontraram os padres da Companhia de Jesus que, desde 1630, haviam instalado a Fazenda Jesuítica de Macaé, contendo engenho, colégio e capela, edificadas no Morro de Santana.

A sede do povoado foi elevada à categoria de Villa de São João de Macahé, em 1813, antes subordinada à Villa de São Salvador de Campos e à cidade de Nossa Senhora de Assumpção de Cabo Frio, tendo como limites geográficos o rio São João e o rio do Furado. No ano seguinte, construiu-se a Casa da Câmara, Cadeia e Pelourinho, que eram requisitos basilares para formalização da estrutura jurídico-administrativa municipal. No “Auto de Abertura de Pelouros”, assinado em 22 de janeiro de 1814, na residência do desembargador ouvidor geral e corregedor da comarca, Manoel Pedro Gomes, redigido pelo escrivão da ouvidoria e correição, Amaro José Vieira, mencionam-se os nomes daqueles que ocuparam os cargos de vereança e juizado na Villa de São João de Macahé. Dentre os fidalgos, foram citados: Antônio de Souza e Manuel José Ferreira Rabelo (juizes ordinários); Manuel Gomes Braga, Demétrio Maria Fragoso e Manuel de Abreu Lima (vereadores); José de Oliveira Franco (procurador); Manuel Francisco Caldas (tesoureiro); tenente-coronel João Luiz Pereira Vianna (juiz de órfãos). Também tomaram posse Bento José Ferreira Rabelo e Antônio Francisco de Figueiredo (juizes almotacés); Antônio da Rocha e Souza (tabelião e escrivão da Câmara); e Inácio Cardozo da Silva (escrivão de órfãos).<sup>136</sup>

<sup>135</sup> Acredita-se que o nome “Macaé” é uma variação da terminologia indígena *Miquié* (rio dos Bagres), referindo-se ao rio homônimo que banha o município. Para Jean de Lery, a nomenclatura tem a ver com um rochedo cintilante, localizado no litoral macaense, chamado pelos navegadores como *Esmeralda de Maq-hé* (Macaé). Outra hipótese é que, no dialeto guarani, *macaé* é uma espécie de arara da cor verde. Outra explicação se relaciona à *macuba* (macaúba), fruta abundante às margens do rio Macaé, ou *mak'a'bium*, palmeira que produz a macaúba. Ver: SAINT-HILAIRE Auguste de. Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1917] 1941; LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a restinga. Rio de Janeiro: IBGE, 1946; INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse estatística do município de Macaé. Rio de Janeiro: IBGE, 1948; LAMEGO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos inéditos. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 11, 1958; GOMES, Marcelo Abreu. ABC de Macabu: dicionário de topônimos e curiosidades. Macaé: AsM, 2019.

<sup>136</sup> Sugiro que futuros pesquisadores estudem a genealogia desses atores sociais e sua relação com a história macaense e a aristocracia regional. LAMEGO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos

Em 1815,<sup>137</sup> o curato de Santana se tornou freguesia de São João Batista, englobando as cercanias do rio Macaé e da antiga fazenda jesuítica. Essa área ficava numa posição geográfica privilegiada na foz do rio principal. Na margem direita, existiam “setenta ou oitenta casas, pequenas, baixas, separadas uma das outras, por assim dizer, esparsas, na maioria coberta de colmos”. Nessa mesma direção, ergueu-se o pelourinho numa “grande praça ainda em formação”, na qual avista-se “a igreja construída, ao alto de um pequeno morro, a pouca distância das casas”.<sup>138</sup>

Além da freguesia de São João Batista, a Villa de Macahé continha outras freguesias, compostas por paróquias, curatos e arraiais. Nas baixadas macaenses, localizavam-se a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã (1755), a mais antiga, assim como a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carapebus (1842), a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macabu (1855) e a freguesia de São José do Barreto (1857). No trecho serrano, chegava-se à freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita (1765) e à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Frade (1872). Com a República, as freguesias se tornaram distritos municipais, com a adição do distrito de Cachoeiros (1892) e o distrito de Sana (1902).<sup>139</sup> No século XIX, poucas mudanças ocorreram nesses espaços, nos quais freguesias e paróquias administravam aspectos da vida material e espiritual da população.

A Villa de São João de Macahé foi agraciada com o título de cidade em 1846, fato comemorado pelas elites que desejavam maior autonomia política e ampliação de seus negócios, com destaque para a produção cafeeira. Esse desenvolvimento econômico ocasionou aumento da população livre e escravizada, intensificação das atividades mercantis e expansão do traçado urbano macaense. As ruas paralelas

---

inéditos. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 11, 1958, p. 70-71.

<sup>137</sup> Em 1815, foi conferido o cargo de juiz de fora do cível, do crime e de órfãos para a cidade de Cabo Frio e à vila de São João de Macaé.

<sup>138</sup> SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, p. 362-363.

<sup>139</sup> A respeito das freguesias, paróquias e distritos, ver: LAXE, João Baptista Cortines. Regimento das Câmaras Municipaes ou Lei de 1º de Outubro de 1828. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885; MINISTERIO da Agricultura, Industria e Commercio. Divisão administrativa em 1911 da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Directoria do Serviço de Estatística, 1913; INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 10, 1957; LAMEGO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos inéditos. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 11, 1958; GOMES, Marcelo Abreu. ABC de Macabu: dicionário de topônimos e curiosidades. Macaé: AsM, 2019.

ao rio e ao mar, cortadas por eixos transversais, eram embelezadas por largos, como a Praça Municipal, atual Praça Washington Luiz, próxima à Câmara Municipal; a Praça da Alegria, hoje Praça Veríssimo de Melo, defronte à Igreja e à Casa de Caridade de São João Batista; e a Praça da Luz ou Rocio, extinta Praça Nilo Peçanha, no sentido do Riacho do Brejo. A rua da Praia margeava o rio Macaé e os ancoradouros. A rua Direita era a principal, onde existiam modestos palacetes e casas comerciais. Partindo da zona central, seguiam a estrada do Litoral, unindo Cabo Frio a Campos, e a estrada de Cantagalo, interligando serra e mar. Essa simetria geométrica e utilitarista traduzia os preceitos urbanísticos luso-brasileiros, herdados do mundo colonial, representando a “ordem social” estabelecida pela municipalidade e seus mecanismos de poder.<sup>140</sup>

Em 1858, a freguesia de São João Batista tinha cerca de 5.500 a 5.700 habitantes. Considerando todas as freguesias, o município era gerido por vereadores, juízes, promotores, delegados, tabeliães, escrivães, advogados, inspetores, coletores de rendas, entre outros. Nos ofícios religiosos, havia o Juizado Eclesiástico, as Irmandades de São João Baptista e do Santíssimo Sacramento, bem como as paróquias atendidas por vigários. Dispunha também de casas de negócios, lojas de fazendas secas e molhadas, agências dos correios, hospedarias, padarias, açougues, marcenarias, serrarias, ferrarias e olarias. Entre os profissionais liberais, médicos, boticários, engenheiros, maquinistas, construtores, professores e alfaiates trabalhavam em Macaé. Na produção agrícola, contabilizavam-se 267 fazendeiros e lavradores de café, cuja maior lucratividade provinha da freguesia de Nossa Senhora das Neves; 68 fazendeiros e agricultores de outros gêneros; e 15 proprietários de engenhos de açúcar e aguardente.<sup>141</sup> As notícias eram

<sup>140</sup> Sobre o processo de povoamento, escravização e urbanização em Macaé, ver: PARADA, Antônio Alvarez. *Histórias curtas e antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995; FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição do trabalho escravo para o livre*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001; KNAUSS, Paulo. *Macaé: história e memória*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2001; SAYD, João Lemos Cordeiro; BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. *Estuário do Rio Macaé: o papel das obras hidráulicas na configuração do espaço urbano*. Anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Quanto à formação das cidades luso-brasileiras, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>141</sup> No *Almanak Laemmert*, encontrei os nomes de Antônio Coelho Antão de Vasconcellos e de Henrique Antônio Coelho Antão, parentes de Antão de Vasconcellos. Há vários fazendeiros e cafeicultores com sobrenome “Pinto”. Talvez, sejam parentes de Antônio Pinto e Chico Pinto, mortos por Carukango,

divulgadas nos periódicos, que chegavam da Corte, como também no *Monitor Macabense* (1864-1870), impresso duas vezes por semana, informando sobre política, literatura, agricultura e comércio da região. Posteriormente, surgiram o *Commercio de Campos* (1877-1878), jornal de assuntos econômicos e comerciais, vendido em Macaé; *O Século* (1886-1912), diário semanal de assuntos políticos; *Trinta de Maio* (1892), gazeta de defesa da classe operária; e *O Lynce* (1895-1909), contendo pautas literárias, recreativas e sociais. Além disso, a cidade abarcava os serviços de navegação por meio do canal Campos-Macaé, concluído em 1872,<sup>142</sup> onde companhias transitavam entre lagoas e rios, encurtando distâncias. Dois anos depois, a Estrada de Ferro Macaé-Campos foi inaugurada, expandindo a circulação de mercadorias e pessoas, conectando Macaé ao restante da Província do Rio de Janeiro.<sup>143</sup> Isso demonstrava a potencialidade da economia macaense e seus desdobramentos sociais na segunda metade do século XIX.

Foi nesse cenário patriarcal, escravista, agrário e provinciano, que se sucederam os crimes cometidos por Chico do Padre, Carukango e Motta Coqueiro, conforme *Evocações: crimes celebres de Macabé*, de Antão de Vasconcellos, publicado pela Editora Benjamin de Águila, em 1911.

## CHICO DO PADRE – O JULGAMENTO DE UM ESCRAVIZADO ARREPENDIDO

“Chico do Padre” vivia na freguesia de Nossa Senhora das Neves, uma das mais antigas e prósperas de Macaé. Recebeu essa alcunha por ter sido “criado” na residência de um clérigo. Na época,

---

em 1831. Curioso também é a quantidade de mulheres proprietárias de terras, escravos e negócios, em Macaé, nesse período. Trata-se de treze fazendeiras/lavradoras de café, quatro fazendeiras/lavradoras de produções agrícolas diversificadas, duas proprietárias de engenho de açúcar/aguardente, duas professoras para meninas e uma proprietária de serraria. ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1858.

<sup>142</sup> Em 1872, o município de Macaé tinha, aproximadamente, 25.150 moradores, mensurando livres e escravos. BRAZIL. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874. v. 10.

<sup>143</sup> Com relação aos sistemas hidroviários e ferroviários em Macaé, ver: PENHA, Ana Lúcia Nunes. Pelas águas do canal: política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875). Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012; FINGER, Anna Eliza Um século de estradas de ferro: arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ser apadrinhado ou serviçal de um sacerdote não mudava a condição de escravizado do indivíduo, mas o diferenciava dos demais cativos, inclusive, permitindo-lhe acesso à cultura letrada. É provável que fosse um negro forro ou liberto. Era pardo, alto, corpulento e gago. Desde a juventude, Chico era temido por ser forte, corajoso, audacioso e truculento. Ele aterrorizava Macaé, de modo que os agentes policiais promoviam diligências para capturá-lo, principalmente o delegado Henrique Antônio Coelho Antão, avô paterno do autor. Na historiografia regional, não há vasta produção biográfica sobre Chico do Padre. Antão de Vasconcellos (1911) foi um dos poucos que legou à posteridade relatos alusivos a ele.

O último crime realizado por Chico do Padre aconteceu nas imediações da Freguesia das Neves, hoje, Córrego do Ouro. Ele tinha o costume de beber em tabernas da região. Numa ocasião, viu o jovem fazendeiro Sabino Cêa adentrar o estabelecimento comercial e convidou-o a jogar. O moço fora à freguesia “comprar medicamentos para sua esposa, que estava em trabalho de parto”.<sup>144</sup> Devido às circunstâncias, Sabino negou-se a jogar. Chico, zangado, advertiu-o dizendo que a recusa era em razão de sua cor negra. No mesmo dia, vingou-se, assassinando o rapaz com um tiro.

Correram todos os presentes ao lugar, distante uns cem metros, e deparou-se-lhes o triste e horripilante quadro: junto à barranca jazia sem vida o desgraçado Sabino Cêa, com a cabeça em estilhaços; ao lado o cavalo, estirado; de pé, saqueando os dois cadáveres, o Chico do Padre, que com a maior tranquilidade, voltou à venda, conduzindo os arreios e o mais que arrecadara em suas vítimas, e, bebendo ainda alguns tragos de cachaça, retirou-se para o seu covil, de todos desconhecido.<sup>145</sup>

Temendo retaliações, Chico do Padre fugiu para a Corte. Para detê-lo, o delegado Henrique Antão enviou seu subordinado Belchior ao Rio de Janeiro, com um ofício dirigido a Eusébio de Queiroz,<sup>146</sup>

<sup>144</sup> VASCONCELLOS, Antão. *Evocações: crimes celebres em Macahé*. Rio de Janeiro: Benjamin de Águila Editora, 1911, p. 9.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>146</sup> Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara nasceu em Luanda (Angola) em 1781. Juiz do crime da freguesia de Sacramento, juiz de direito e chefe de polícia da Corte. Deputado da Província do Rio

chefe de polícia, informando o ocorrido. Com auxílio de Queiroz, Belchior o prendeu no Largo do Paço, atual Praça XV, regressando a Macaé. Para que não fugisse, tinha uma grossa argola de ferro no pescoço e uma corrente atada à viga mestra da cela. As duas pernas estavam encaixadas em pesado tronco de madeira. As mãos permaneceram algemadas. Era vigiado pelo inspetor de quartelão e o delegado. A instrução do processo criminal teve início na cadeia, visto que era impraticável conceder-lhe o julgamento em liberdade. Chico saiu da enxovia apenas para o tribunal e, posteriormente, à força em praça pública.

No tribunal, a guarnição policial escoltava e vigiava Chico do Padre, com ordem para fuzilá-lo se houvesse atos de rebeldia. Presidiu o julgamento o Dr. José Augusto de Menezes, juiz de direito, acompanhado pelo Corpo de Jurados e o advogado de defesa *ex-officio*, Luiz José Vianna. Feitas as acusações, somadas à inabilidade da defesa e ao cinismo do réu, condenaram Chico à pena capital. Decorridos os trâmites e prazos legais, veio das Minas Gerais o carrasco,<sup>147</sup> Fortunato, para cumprir a execução. Como de praxe, apresentaram-no a Chico, que o ameaçou de morte, dizendo: “Então é você einh, Pai Fortunato, que vem brincar comigo na corda bamba? Não há novidade, que senão, eu te deito a unha e tu é que vaes”.<sup>148</sup> Antes da execução da pena, Chico teve direito a rezar, confessar e receber o perdão divino. O padre Tremedal, vigário paroquial, foi chamado para tal atribuição. Zombando do sacerdote, Chico solicitou o comparecimento do padre Freitas, vigário geral de Macaé, desprezando o padre Tremedal. Após esse episódio, os clérigos acolheram o réu, recebendo apoio espiritual até seus últimos momentos.

---

de Janeiro e da Assembleia Geral Legislativa, senador, conselheiro de Estado e ministro de Estado dos Negócios da Justiça. Idealizador da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como “Lei Eusébio de Queiroz”. Presidente da Relação da Corte (1854-1864). Faleceu no Rio de Janeiro, em 1868.

<sup>147</sup> Em geral, o carrasco “era um condenado pela justiça que negociava vantagens em sua pena em troca do serviço desgraçado. Sua função não se restringia em armar a força e arremessar o condenado. Devia completar o enforcamento subindo nos ombros do executado, estrangulando-o, gesto designado como cavalgar sobre o condenado [...]. Desse importante protagonista dos enforcamentos esperava-se muito sangue frio, indiferença, coragem”. ROCHA, Anderson Coelho da. A espetacularização da morte: enforcamentos de escravos no Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa (Org.). Experiências atlânticas e história ambiental. Sobral, CE: Sertão Cult, 2020, p. 21-22.

<sup>148</sup> VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 12.

No dia derradeiro, montou-se a forca<sup>149</sup> na Praça da Luz, situada na Villa de São João de Macahé, sede da jurisprudência, câmara e/ou termo onde o crime transcorreu. Para lá se dirigiu Chico do Padre, bem como o carrasco, as autoridades e a população, em especial, os escravos. Era uma mistura de temor, ira, curiosidade e justiça. Os acontecimentos a seguir demonstram a encenação jurídica exemplar, evitando-se, assim, possíveis criminalidades.

O som das cornetas e o tinir das armas indicam que a tropa se movimenta para em quadrado receber o condenado. Abre-se a porta do carcere; n'elle penetra lepidamente o carrasco e manietta os pulsos ao infeliz com pesadas algemas, que lhe cingem os dois braços ao peito.

Observado devidamente para que seja respeitada a decencia, é substituído pelo Ministro de Deus, trajando todo de negro; a prisão ilumina-se então por uma luz vivida, fulgente, irradiando do Crucificado, que lhe vem trazer, na suprema hora, o supremo consólo.

O penitente, de joelhos, recebe-o das mãos do seu ministro e este, n'uma invocação sublime, também de joelhos, lh'o entrega, collocando-o entre os dedos apertados pelas algemas, depois de exclamar por tres vezes: *Senhor Deus! Misericordia! Senhor Deus! Misericordia! Senhor Deus! Misericordia!*

Eu vol-o entrego Pai Misericordia! Que o vosso perdão seja a Divina Luz que lhe illumine os passos.<sup>150</sup>

À frente da cadeia, Chico do Padre estava acompanhado pelo juiz da execução, escrivão e oficiais de justiça, onde se leu três vezes a sentença a ser cumprida. Nas ruas, à frente, caminhavam as irmandades; logo atrás, o juiz, o escrivão e os oficiais; e, no final, o condenado, algemado, carregando um crucifixo, conduzido pelo

<sup>149</sup> “No Brasil, não se adota o cadafalso de alçapão. A forca ergue-se sobre três moirões, em forma triangular. A ela se sobe por uma escada, e, quando a corda já está ajustada ao pescoço do condenado, este é içado pelo carrasco que, para abreviar a morte, se pendura nos ombros da vítima”. KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil - Províncias do Norte: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Ed. Martins, 1951, p. 179.

<sup>150</sup> VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 15.

carrasco Fortunato e o padre Freitas. Os soldados guarneciam o grupo. O povo seguia o cortejo. Em cada esquina, o préstito parava e o escrivão lia a sentença três vezes. Nas escadas do patíbulo, leu-se o veredito mais uma vez. O juiz perguntou a Chico qual seria sua última vontade. Pediu para proferir algumas palavras ao público. Deram-lhe permissão. Ele fez orações e recebeu a benção sacerdotal. Abatido e resignado, olhou para a multidão e confessou seus crimes.

Fui uma fêra, enquanto não conheci a voz de Deus, pelo seu ministro. Meu intento era lançar da forca embaixo ao padre que me acompanhasse. Disso peço-lhe humildemente perdão e já Deus me deve ter perdoado. Peço perdão ao sr. Henrique Antão, que me prendeu e perseguiu, do odio que lhe tive e peço-lhe que por mim paga a N. S. das Neves duas libras de cêra que lhe devo. Não me queixo. Mereço o castigo que vou sofrer. Agora, carrasco, que acabei, não te temo porque estou em paz com Deus!<sup>151</sup>

Sem aguardar o carrasco, precipitou-se, sendo protagonista de seu enforcamento. O ritual condenatório de Chico de Padre foi emblemático e reproduziu a “espetacularização da morte”. Tratava-se de uma espécie de “teatro do poder”,<sup>152</sup> no qual cada ato expressava dimensões simbólicas, intimidatórias e disciplinadoras da/na sociedade.<sup>153</sup> Crimes graves praticados por africanos, crioulos, pretos, pardos, escravos, libertos e/ou alforriados, contra a elite senhorial, deveriam ser punidos com o suplício em praça pública. O horário marcado, o cortejo nas ruas da vila, o tocar dos sinos, as proclamações, as orações e a presença da multidão, tudo isso “tinha sua forma, seu tempo e lugar. Tudo tinha sido planejado para gerar o máximo efeito nos que assistiam àquele espetáculo da morte”.<sup>154</sup> Ou seja, o caso

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>152</sup> “Assim como nas peças teatrais, em que tudo era encenado, segundo um roteiro que determinava as falas e os gestos dos atores, os cortejos de execuções capitais também seguiam uma lógica preestabelecida. Os rituais de enforcamento começavam quando o réu era levado até o oratório para que fosse realizada a confissão, sempre um dia antes da data marcada para a execução. A confissão dos réus fazia parte das prerrogativas legais estabelecidas no Código Criminal de 1830 para a realização da execução, e durante todo o cortejo o réu deveria ser acompanhado por representantes da justiça e da igreja, irmanando poder temporal e divino num mesmo desfile”. ROCHA, *op. cit.*, p. 20.

<sup>153</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>154</sup> ROCHA, *op. cit.*, p. 19.

Chico do Padre, assim como outros, cumpria os protocolos oficiais da “justiça divina” e da “justiça humana”, aliviando os sofrimentos da alma condenada e controlando os revoltosos com o sistema escravagista imperial.<sup>155</sup>

## CARUKANGO – A CAPTURA DE UM LÍDER MOÇAMBICANO EM TERRAS MACAENSES

“Carukango” ou “Antônio Moçambique”, nome cristão, foi um africano que chegara a Macaé, no início do século XIX, como tantos outros cativos de sua época. Era baixo, corpulento, meio corcunda e coxeava de uma perna. Foi escravo em uma das propriedades da Família Pinto, de procedência lusitana, que se estendia da freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita até a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Frade. Por ser arredio e temido, Carukango era sempre castigado por seus senhores. Quando conseguiu escapar da fazenda, permaneceu dois anos desaparecido. Os escravizados da região também começaram a fugir sem dar notícias. Após um tempo, na fazenda, degolaram Antônio Pinto e toda sua família, assim como os escravos idosos, tendo fugido os mais jovens. A polícia deduziu que os crimes foram cometidos por cativos, que dali fugiram, assassinando os retardatários, com a finalidade de ocultar vestígios e silenciar os delatores. A população macaense vivia amedrontada, temendo homicídios e roubos em suas propriedades. Os crimes tinham um estratagema: fuga dos escravizados juvenis, mortes dos anciãos e espoliação de “animais, dinheiro, joias e relíquias sagradas”.<sup>156</sup>

O desfecho dos episódios deu-se quando Carukango tentou invadir a casa de Chico Pinto, irmão de Antônio Pinto. Acompanhado por Josepha, parda amancebada, Chico atirou em Carukango, que, ferido, embrenhou-se no mato. Ele prometeu retornar e vingar-se. Com toda a família, Chico Pinto retirou-se para o núcleo urbano de Macaé. Compreendeu-se, então, que os crimes e vandalismos foram praticados por Carukango e os aquilombados. O regimento policial

<sup>155</sup> VASCONCELLOS, *op. cit.*; LAMEGO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos inéditos. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 11, 1958.

<sup>156</sup> VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 22.

solicitou ajuda do coronel Antônio Coelho Antão de Vasconcellos,<sup>157</sup> chefe do Distrito Militar da Capitania do Espírito Santo, para deter Carukango e seu grupo. O coronel Antão organizou expedições e transformou a casa de Chico Pinto, em Crubixás, numa base militar provisória. Ao aprisionar um dos crioulos do quilombo, Antão obteve informações precisas de sua localização e planejou a emboscada.<sup>158</sup>

A expedição largamente municuada avançou com as maiores cautellas, antes da aurora, e ás sete horas tinha chegado ao chapadão, séde do Quilombo. O chapadão, em uma extensão a perder da vista, era coroadado por extensas roças de milho, feijão, ervilhas e, emfim, toda a sorte de legumes e cereaes. Tudo isto era occulto por immensa mata virgem que cobria a serra, circumdando-a em toda a volta. No centro das roças via-se uma casa baixa, muito comprida, com a frente para a estrada da mata e os fundos apoiados em tres enormes pedras a cavalleiro da casa.<sup>159</sup>

Por volta de 1831, a força policial sitiou e atirou no casebre. Iniciou-se o massacre. Os negros corriam e atiravam em todas as direções, inclusive do abrigo subterrâneo existente na habitação. Boa parte dos mocambeiros estavam mortos, feridos ou presos. Pouparam somente as negras. Após a chacina, Carukango surgiu vestido com hábito sacerdotal, portando um crucifixo de ouro no peito.

Parou, olhou para todos os lados, e, dirigindo-se a passos lentos para a direita onde estava o quartel general, ao approximar-se do seu senhor moço, o filho do Pinto, seu senhor por elle assassinado, bem como toda a familia, repentinamente ergueu o braço direito que trazia occulto sob a capa sacerdotal, armado de uma pistola de dois canos e sobre elle desfechou os dois tiros, matando-o *in continenti* [sem perda de tempo].<sup>160</sup>

<sup>157</sup> Antônio Coelho Antão de Vasconcellos, português, chegou ao Brasil em 1808. Militar honrado, disciplinado e dedicado. Organizou a Guarda Nacional. Responsável pela jurisdição entre a Capitania do Espírito Santo e a Capitania do Rio de Janeiro.

<sup>158</sup> Apesar das controvérsias, Antão de Vasconcellos (1911) deduziu que a sede do quilombo se localizava entre o distrito de Cachoeiros (Macaé) e Nova Friburgo. Para Marcelo Abreu Gomes (2019), o Quilombo do Carukango ficava na Serra do Deitado, hoje divisa entre Macaé e Conceição de Macabu. Essa é uma incógnita para os futuros pesquisadores resolverem.

<sup>159</sup> VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 25.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 26.

O grupo linchou Carukango, arrancando-lhe as vestes e o objeto sagrado. Os corpos dos negros foram decapitados e as cabeças espetadas em estacas, posicionadas no trajeto da Estrada Geral de Cantagalo, para desestimular insurreições escravas. A cabeça de Carukango foi colocada no entroncamento das estradas do Frade, Macaé e Farumbongo. Esses fatos ainda carecem de investigações aprofundadas para que se possa reescrever a biografia desse líder moçambicano, assim como identificar a localização do quilombo e seu significado como lugar de resistência escravista. O caso Carukango representa interpretações historiográficas baseadas em fontes literárias, cinematográficas, arquivísticas e orais. Existe uma “teatralização discursiva” nas memórias de Antão de Vasconcellos, a partir de suas vivências particulares: recordações de infância e juventude. Junto a isso, tem-se a documentação produzida entre os séculos XIX e XX, que permite “mergulhar” nessas narrativas históricas: documentos textuais, notícias jornalísticas e referências bibliográficas. Vasconcellos (1911) descreve a “caçada a Carukango e seu bando” com olhar conservador, aristocrata e justiceiro, característico de seu tempo. Em suas memórias, vê-se elementos simbólicos espetaculosos, como a geomorfologia do quilombo e da serra macaense, a fisionomia sacralizada e escravizada de Carukango, a legitimidade do poder senhorial, o morticínio dos aquilombados e a catástase fantasiosa em que “bandidos” são “mortos” e “mocinhos” são “heróis”. De forma anacrônica, isso em nada perde para roteiros, filmes e seriados hollywoodianos. Cada acontecimento é rememorado e detalhado, conforme a perspectiva escravocrata do passado. Ao ler *Evocações*, esse é um cuidado a ser observado, levando em conta as três narrativas: Chico do Padre, Carukango e Motta Coqueiro.<sup>161</sup>

## MOTTA COQUEIRO – CULPADO OU INOCENTE?

Manoel da Motta Coqueiro, fazendeiro campista, casou-se com Joaquina Maria de Jesus, em 1820, moça prometida a seu primo

<sup>161</sup> VASCONCELLOS, *op. cit.*; LAMEGO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos inéditos. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 11, 1958; AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé no século XIX. Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria, v. 10, n. 18, jul./dez. 2007, p. 623-647.

Julião Baptista Coqueiro, que jurou vingar-se. Com o falecimento de Joaquina e em situação mais abastada, Motta Coqueiro casou-se, em 1832, com Úrsula Maria das Virgens Cabral. Tiveram três filhos. Eram proprietários de cinco fazendas, sendo duas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macabu, território macaense: a Fazenda Bananal, atual Fazenda Santa Isabel, cortada pelo rio Santa Catharina, e a Fazenda Carrapato, no povoado de Macabuzinho. Nas propriedades, o casal utilizava mão de obra escravizada e migrante. Na Fazenda Bananal viviam Francisco Benedicto da Silva, português, colono, feitor e compadre de Motta Coqueiro, com sua esposa e filhos. Em 1852, Francisco deu uma surra de chicote em Coqueiro. O motivo pouco se sabe ao certo. Talvez, tivesse a ver com o romance entre sua filha primogênita e o ilustre fazendeiro, ou também, pelas inúmeras desavenças entre ambos. Numa determinada noite, assassinaram Francisco, sua mulher e seis filhos. De imediato, atearam fogo aos corpos. Por causa da chuva que caiu na região, o incêndio apagou-se e os cadáveres permaneceram intactos. Com as chamas, a vizinhança correu para o local. A opinião pública apontou Motta Coqueiro como autor dos crimes, que, aconselhado, fugiu, temendo represálias. A notícia da tragédia chegou ao delegado de polícia, Dr. Apolinário José Pacheco, iniciando as buscas do paradeiro de Coqueiro. Dias depois, Faustino Pereira da Silva e Florentino da Silva, jagunços da fazenda, e Domingos, escravo de Coqueiro, foram capturados, condenados e executados. A justiça os indiciou pelas mortes a mando de Motta Coqueiro, de acordo com o artigo 192 do Código Criminal de 1830.

O processo de julgamento de Coqueiro foi tumultuado. No dia da primeira audiência, o Dr. José de Almeida Couto, futuro Barão do Desterro, presidiu a sessão, tendo na promotoria pública o Dr. José Peixoto Ypiranga dos Guarany's. Para defender o réu, requisitou-se a presença do Dr. Luiz José Pereira da Fonseca. Antão de Vasconcellos, assim descreveu o cenário:

O preso vinha guardado por forte tingente de força publica, devidamente embalada, formando quadrado para livrá-lo da senha do povo, que possesso vociferava mata, mata, mata! Depois das formalidades legais, teve a palavra o Promotor, que mau grado a sua myopia oratoria, muito agradeou e de todos os lados

manifestavam-se signaes de regosijo e aprovação. O advogado da defesa tinha diante de si jurados e auditorio incapaz de prestar-lhe a minima atençaõ; em vista da sanha, do odio, que abertamnte manifestavam contra o Reu. O seu primeiro cuidado foi preparar o auditorio, predispô-lo para ouvir a defeza, o que só conseguiu no fim de um trabalho insano, longo, fenetico, que o esfalfou: lançando apenas as bases em que ia assentar sua defeza, e sentou-se, aguardando a replica do Dr. Promotor, visto sua declaração de que replicaria á defeza, para rebatê-la e dar maior desenvolvimento á accusação.<sup>162</sup>

Percebendo que a condenação era evidente, o Dr. Guarany absteve-se de acusar o réu. Marcaram um segundo julgamento. A defesa de Coqueiro entrou com vários recursos, sobretudo o pedido de clemência imperial, que lhe foi negado. Por fim, condenaram Manoel da Motta Coqueiro pelos crimes cometidos em 1852, cabendo-lhe a pena capital. No dia da execução, ele vestia uma túnica de algodão e uma corda percorria seu corpo. As mãos foram mantidas algemadas, carregando uma imagem de Jesus Crucificado. Recebeu apoio espiritual do Padre Freitas, vigário de Macaé, confessando sua inocência e revelando o nome do verdadeiro culpado pelos crimes. O semblante de Coqueiro estava envelhecido e esquelético. O rosto era magro e encoberto por longa barba embranquecida. “Seu porte era firme; a expressão do seu olhar, serena; a sua fisionomia, cheia de unção, era a de um resignado, de um grande infeliz, de um grande desgraçado”.<sup>163</sup> Análogo a Chico do Padre, conduziram Coqueiro até o Largo do Rocio, antiga Praça da Luz ou Praça Nilo Peçanha, em Macaé, onde executavam-se os condenados à força. Chegando ao patíbulo, continuou-se a mórbida espetacularização. Os tambores rufaram e leu-se a sentença mais uma vez. O réu teve direito ao último desejo. Ele declarou-se inocente e rogou uma praga à cidade de Macaé. Em seguida, o corpo de Motta Coqueiro, vulgo “Fera de Macabu”, jazia nas mãos do carrasco em 06 de março de 1855.

Reconhecido como um dos maiores erros da justiça brasileira, com relação à pena de morte, a condenação moral e judicial

<sup>162</sup> VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 33.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p. 34.

de Manoel da Motta Coqueiro é um grande enigma ainda não solucionado e, ao mesmo tempo, repleto de lições para a sociedade. Oriundos daquele contexto histórico, diversos fatores geraram dúvidas sobre a culpabilidade ou a inocência de Coqueiro. Tudo levava a crer que ele era o mandante e não o executor dos crimes. Isso envolvia uma trama de desentendimentos familiares, interesses econômicos, rivalidades políticas e omissões jurídicas. Excluindo a possibilidade da vingança de Motta Coqueiro contra Francisco Benedicto por questões particulares, quem teria motivos para planejar e operacionalizar as mortes, incriminando-o? Úrsula Maria das Virgens Cabral, esposa do fazendeiro, é uma das suspeitas, quiçá porque descobrira as traições do marido com Francisca, filha de Francisco Benedicto, ou por razões escusas, que somente o Padre Freitas, Coqueiro e ela soubessem. Julião Baptista Coqueiro, primo do sentenciado, também tinha intenções para vingar-se em virtude do romance entre Coqueiro e sua ex-noiva, Joaquina Maria de Jesus. Outras motivações poderiam advir de inimigos de Coqueiro ou de Benedicto, elites rurais, autoridades forenses, arrendatários ou escravizados, que, aproveitando-se da situação, cometeram os crimes, safando-se da responsabilidade. Alguns pormenores não devem ser esquecidos, como a ausência de provas substanciais e a fragilidade dos depoimentos, que incriminassem ou inocentassem o réu, visto que nem todos os envolvidos foram interrogados; a pressão popular e o furor da imprensa, que, moralmente, condenou Coqueiro, contribuindo no veredito favorável ao seu enforcamento; o silêncio confessional do Padre Freitas, que, certamente, sabia quem assassinou a Família Silva; e a negligência do Conselho de Estado e de D. Pedro II por indeferirem a petição de graça imperial ao condenado. Afinal, Manoel da Motta Coqueiro era culpado ou inocente? Ainda não existem respostas para esse o mistério.<sup>164</sup>

---

<sup>164</sup> PATROCINIO, José do. Motta Coqueiro ou a pena de morte. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1878; VASCONCELLOS, *op. cit.*; LAMEGO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos inéditos. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 11, 1958; MARCHI, Carlos. Fera de Macabu: a história e o romance de um condenado à morte. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998; GOMES, Marcelo Abreu (Org). Conceição de Macabu: história das origens até a segunda emancipação. Macaé: AsM, 2019; MARCHI, Carlos. As lições do caso Motta Coqueiro. In: GOMES, Marcelo Abreu (Org). Conceição de Macabu: história das origens até a segunda emancipação. Macaé: AsM, 2019.

## CONCLUSÕES PARCIAIS

*Evocações: crimes celebres em Macabé* não trata de investigações policiais ao gosto oitocentista, mas narra e descreve casos jurídicos significativos para a historiografia regional: Chico do Padre, o escravizado arrependido por seus crimes; Carukango, o africano – “rei do quilombo”, libertador dos escravos; e Motta Coqueiro – a “Fera de Macabu”, que amaldiçoou Macaé por cem longos anos.

A obra emprega três temporalidades históricas: o “tempo cronológico dos acontecimentos”, o “tempo conjuntural do espaço-sociedade” e o “tempo biográfico-memorialístico do autor”. O tempo cronológico é aquele representado pela curta duração dos crimes cometidos. É o contexto histórico das mortes, fugas, perseguições, prisões, julgamentos, condenações, arrependimentos e execuções. É o tempo factual dos personagens: Chico do Padre e Carukango, primeiras décadas do século XIX; e Motta Coqueiro, meados do referido século. Já o tempo conjuntural é o ciclo do *modus operandi* da vida social, que influencia e é influenciado pelas histórias dos culpados e seus delitos. É o tempo dos barões, sinhazinhas, senhores de terras e escravos; das produções de açúcar, aguardente, café e agricultura de subsistência; das transformações jurídicas e administrativas nos juizados locais; dos informativos que chegam da Corte, da capital da Província, Nitheroy, e da Europa; ou dos novos meios de transporte e comunicação, como a locomotiva a vapor e o telégrafo. O tempo biográfico retrata as memórias individuais e coletivas de Antão de Vasconcellos oriundas dos séculos XIX e XX. Ele registrou tudo aquilo que ouviu, leu e aprendeu sobre os casos. Para ilustrar suas lembranças, cita nomes de intelectuais e episódios da literatura mundial. Reproduz também o pensamento social estereotipado do passado, como lhe foi ensinado.

No que concerne à territorialidade, a narrativa de Vasconcellos materializa a Villa/Cidade de São João de Macahé, assim como a freguesia de Nossa Senhora das Neves e a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macabu, palcos dos assassinatos relatados. Em certos momentos, ele menciona as províncias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, Niterói, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Nova Friburgo, entre outros lugares. Essa “cartografia memorialística” permite mapear os territórios onde os criminosos viveram e

transitaram, bem como as referências geográficas e topográficas descritas em *Evocações*, aproximando “grandes histórias”, “micro-histórias” e “memórias coletivas”.

Como produção historiográfica, o livro dialoga com a História Criminal, História da Escravidão, História Social, História Fluminense, História Econômica, Ciências Jurídicas, Geografia Histórica, Antropologia Social, Genealogia Regional, Literatura Histórica e demais campos do conhecimento. A temática “crimes célebres em Macaé” é transversal, interdisciplinar e multidisciplinar. Com um olhar diferenciado, é possível trazer respostas ao tempo presente acerca de questões pretéritas, como: Quem foi Chico do Padre? Como chegou a Macaé? O que já se descobriu sobre Carukango e o Quilombo? Quais resultados a pesquisa documental trouxe ao caso Motta Coqueiro? Qual a importância da história familiar de Antão de Vasconcellos para Macaé e Região?

Há muito o que se aprender com Chico do Padre, Carukango e Manoel da Motta Coqueiro. Não se deve julgá-los por seus crimes. Todos eles foram “vitimizados” pelas conjunturas históricas do seu tempo: patriarcado, escravidão, monocultura, sistema jurídico e regime monárquico. Portanto, é imprescindível lembrar à sociedade contemporânea os erros do passado para que não se repitam e não sejam esquecidos.

## REFERÊNCIAS

- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1858.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Capitalismo, classes sociais e prisões no Brasil. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, Rio de Janeiro, 2014.
- AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé no século XIX. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria, v. 10, n. 18, jul./dez. 2007, p. 623-647.
- AMARAL, Rita de Kasia Andrade. Saúde e escravidão: medicina e direito no Brasil e nos Estados Unidos (1830-1888). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Da Casa de Correção da Corte ao Complexo Penitenciário Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro (1834-2006). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 1, Rio de Janeiro, 2007.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Prisão, trabalho e liberdade: os africanos livres na construção da Casa de Correção do Rio de Janeiro (1834-1864). *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BRAZIL. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874. v. 10.
- CRUZ, Rogério Schiatti Machado. Pena e punição no Brasil do século XIX. *Revista do Conselho Nacional do Ministério Público*, n. 4, Brasília, 2014.
- FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. O município de Macaé: fortunas agrárias na transição do trabalho escravo para o livre. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- FINGER, Anna Eliza. Um século de estradas de ferro: arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. *Tese (Doutorado)*, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- GOMES, Marcelo Abreu. ABC de Macabu: dicionário de topônimos e curiosidades. Macaé: AsM, 2019.
- GOMES, Marcelo Abreu (Org). Conceição de Macabu: história das origens até a segunda emancipação. Macaé: AsM, 2019.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 10, 1957.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse estatística do município de Macaé. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil - Províncias do Norte: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. São Paulo: Ed. Martins, 1951.
- KNAUSS, Paulo. Macaé: história e memória. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2001.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. Macaé a luz de documentos inéditos. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n. 11, 1958.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a restinga. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- LAXE, João Baptista Cortines. Regimento das Câmaras Municipaes ou Lei de 1º de Outubro de 1828. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.
- MARCHI, Carlos. As lições do caso Motta Coqueiro. In: GOMES, Marcelo Abreu (Org). Conceição de Macabu: história das origens até a segunda emancipação. Macaé: AsM, 2019.
- MARCHI, Carlos. Fera de Macabu: a história e o romance de um condenado à morte. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- MINISTERIO da Agricultura, Industria e Commercio. Divisão administrativa em 1911 da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Directoria do Serviço de Estatística, 1913.
- PARADA, Antônio Alvarez. Histórias curtas e antigas de Macaé. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995.
- PATROCINIO, José do. Motta Coqueiro ou a pena de morte. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1877.
- PENHA, Ana Lúcia Nunes. Pelas águas do canal: política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875). Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- PESSOA, Vicente Alves de Paula. Código do Processo Criminal de Primeira Instância do Brasil. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1899.
- ROCHA, Anderson Coelho da. A espetacularização da morte: enforcamentos de escravos no Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa (Org.). Experiências atlânticas e história ambiental. Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.
- SAINT-HILAIRE Auguste de. Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1917] 1941.
- SAYD, João Lemos Cordeiro; BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. Estuário do Rio Macaé: o papel das obras hidráulicas na configuração do espaço urbano. Anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. Código Criminal do Império do Brasil (1830). Recife: Typographia Universal, 1858.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Relatório da Pesquisa da Proveniência: Casa da Suplicação do Brasil. Rio de Janeiro: TJERJ, 2011.

VASCONCELLOS, Antão. Evocações: crimes celebres em Macahé. Rio de Janeiro: Benjamin de Águila Editora, 1911.

# **SOBRE A SÉRIE MEMÓRIAS FLUMINENSES**

---

Possui como objetivo a publicação ou republicação de livros referenciais para a história, a memória e as identidades culturais no âmbito das regiões de atuação do Instituto Federal Fluminense, de forma a possibilitar a ampliação do conhecimento e compreensão da territorialidade fluminense. Optou-se pela manutenção da ortografia original do texto (ou da publicação disponível como referência), sem atualização ortográfica, com transcrição *ipsis litteris* do conteúdo do livro, de forma a garantir ao leitor acesso o mais próximo possível de uma transcrição fiel à primeira publicação.

## **VOLUMES JÁ PUBLICADOS**

v.1 - CYCLO AUREO: HISTORIA DO 1º CENTENARIO DE CAMPOS - Horacio Souza. Obra original: 1935.

v.2 - ITINERARIO DA FREGUEZIA DO SENHOR BOM JESUS DO ITABAPOANA Á GRUTA DAS MINAS DO CASTELLO - Manoel Basilio Furtado. Obra original: 1884

v.3 - ESTUDOS AGRICOLAS - João José Carneiro da Silva. Obra original: 1872 / 1875.

v.4 - HISTORIA DO DESCOBRIMENTO E POVOAÇÃO DA CIDADE DE S. JOÃO DA BARRA E DOS CAMPOS DOS GOYTACAZES ANTIGA CAPITANIA DA PARAHYBA DO SUL E DA CAUSA E ORIGEM DO LEVANTE DENOMINADO - DOS FIDALGOS - ACONTECIDO NO MEADO DO SECULO PASSADO DIVIDIDA EM TRES PARTES - Fernando José Martins. Obra original: 1868.

v.5 - RUMOREJOS DO MONTE HIMALAYA - Amelia Gomes de Azevedo. Obra original: 1894.

v.6 - APONTAMENTOS PARA A HISTORIA DA CAPITANIA DE S. THOMÉ - Augusto de Carvalho. Obra original: 1888.

v.7 - O HOMEM, O RIO E A TERRA: O RIO MURIAÉ E A FREGUEZIA DA LAJE. TRAÇOS GEOGRÁFICOS E HISTORICOS - Manoel Ligiéro. Obra original inédita: 1960.

v.8 - OS MAIS ANTIGOS DOCUMENTOS EUROPEUS SOBRE A CAPITANIA DE SÃO TOMÉ - Arthur Soffiati (Org.).

v.9 - EVOCAÇÕES: CRIMES CÉLEBRES EM MACAHÉ: CHICO DO PADRE, KARUKANGO, MOTTA-COQUEIRO - Antão de Vasconcelos. Obra original: 1895.

## PRÓXIMO LANÇAMENTO

v.10 - O NORTE FLUMINENSE À LUZ DE ALBERTO FREDERICO DE MORAIS LAMEGO - artigos reunidos





**Essentia**  
E D I T O R A  
IFFLUMINENSE

**Tipologia:** (Capa) Trajan Pro, Bodoni Poster Compressed  
(Miolo) Garamond, Adobe Garamond Pro  
**Formato:** 16 x 23 cm (fechado)